



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 11

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 19 de fevereiro de 2013

Presidente: *Deputado Ricardo Cabral*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

A sessão iniciou-se com a **interpelação ao Governo Regional, sobre “a estratégia a desenvolver pela Região Autónoma dos Açores no âmbito das diversas vertentes da economia do mar”**, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Após as intervenções do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e do Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*), participaram no debate os Srs. Deputados José Contente (*PS*), Luís Garcia (*PSD*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*), Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), José Ávila (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Silveira (*CDS-PP*), o Sr. Vice-

Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e o Sr. Secretário Regional do Turismo e dos Transportes (*Vitor Fraga*).

Em seguida iniciou-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 2/X](#) - **rejeita o Memorando de Entendimento assinado entre o Governo Regional e o Governo da República**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), iniciou-se o debate que contou com a participação do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e dos Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Rogério Veiros (*PS*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Duarte Freitas (*PSD*) e Berto Messias (*PS*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Por fim foi apresentado, pela Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, relatora da CAPAT, o relatório sobre a [Petição n.º 10/2012](#) - **Alameda dos Plátanos da Povoação a património paisagístico da RAA**, apresentada por António Manuel Vieira Resendes, na qualidade de primeiro subscritor.

Proferiram intervenções os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), José Andrade (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Silveira (*CDS-PP*) e Pedro Moura (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 35 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Encarrega-me sua Excelência, a Sra. Presidente da Assembleia Regional, de conduzir a sessão de hoje, porque está em Lisboa em representação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Presidência da República.

A Sra. Presidente retomará os trabalhos amanhã pelas 10 horas da manhã.
Agradecia que o Sr. Secretário fizesse o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lara Fernandes Martinho

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Carlos Martins Maciel

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da Costa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral**
António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Berta Maria Correia Almeida Melo **Cabral**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Nuno Alberto Lopes **Melo Alves**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Está aberta a sessão. Pode entrar o público.

Como combinado na Conferência de Líderes, o primeiro ponto da nossa Agenda é a **interpelação ao Governo Regional, sobre “a estratégia a desenvolver pela Região Autónoma dos Açores no âmbito das diversas vertentes da economia do mar”**, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

O debate rege-se pelo artigo 184º.

Como combinado em Conferência de Líderes, o Governo Regional, o proponente (o Partido Popular Monárquico) e o Partido Socialista têm cada um 32 minutos, o PSD 24 minutos, o CDS-PP 13 minutos, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português 10 minutos cada um.

Tem a palavra o interpelante, o Sr. Deputado Paulo Estêvão do Partido Popular Monárquico.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Membros do Governo:

O PPM tem, desde a sua fundação em 1974, um Programa Político que valoriza a tradição e o potencial marítimo de Portugal. Valorizamos a nossa História e a nossa tradição marítima. A nossa identidade nacional está indelevelmente ligada ao Mar. Portugal e o Mar são sinónimos. Portugal e o Mar são companheiros inseparáveis de caminho e de destino.

Este é o nosso credo e o nosso dogma há quase 40 anos, no âmbito do contexto de um país com quase um milénio de existência. Uma longa aventura na

História da civilização humana. Uma aventura que teve no Mar o seu zénite, pois foi aí que alcançamos uma dimensão universal e tocámos, para sempre, a alma da nossa civilização. Enquanto existirem homens, estes saberão sempre quem foram os portugueses e o que fizemos.

Nas últimas décadas, Portugal desviou-se bastante da sua longa tradição marítima. O fim do Estado Novo, em 1974, significou o fim do império e do discurso apologético do regime em relação ao nosso passado enquanto grande nação marítima. Deixámos o salazarismo raptar a nossa História. Foi esse o nosso erro. O nosso passado e identidade não foi obra da ditadura, assim como se provou que o futuro também não o seria.

Nas décadas seguinte apostámos tudo no projeto Europeu e não soubemos evitar o desmantelamento do nosso potencial marítimo.

O sucesso de antigas potências, como a Holanda e o Reino Unido, na preservação do seu potencial marítimo, constitui uma prova evidente que a integração europeia não é incompatível com a manutenção de uma forte identidade marítima e de uma vocação global. Pelo contrário, a dimensão marítima do país e a existência de um rico quadro relacional externo – principalmente no contexto da lusofonia – acrescentam dimensão estratégica e potencial à própria União Europeia.

É neste prisma que a questão marítima tem vindo a ser revalorizada no contexto do conceito estratégico nacional e é exatamente nesse mesmo âmbito que a Região Autónoma dos Açores deve enquadrar a sua ação nesta matéria.

O Mar dos Açores é imenso. Se for aprovada na ONU a proposta portuguesa referente à expansão da Plataforma Continental adjacente à nossa Zona Económica Exclusiva, Portugal passará a contar, no melhor dos cenários, com uma área de jurisdição marítima de cerca de 4.000.000 de km² (que corresponde a cerca de metade do território do Brasil). A nossa ZEE e a plataforma continental que lhe está adjacente somam cerca de 2.353.000 km². Ou seja, os Açores possuem cerca de 60% do espaço marítimo sob jurisdição nacional. Uma área vastíssima que contém um enorme potencial mineral, energético, biológico, económico e geopolítico.

Por tudo isto resulta evidente que o desenvolvimento de todos os sectores ligados à economia do mar constituem uma prioridade para o futuro da Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

A principal preocupação política dos partidos açorianos, no âmbito da questão do mar dos Açores, deve ser a de promover a unidade de todos em redor desta questão. Não se trata, neste sector, de elaborar uma definição estratégica para esta legislatura. As políticas de promoção do desenvolvimento da economia do mar têm uma dimensão eminentemente estrutural. Serão necessárias décadas de investimento público e privado para que este sector possa vir a desenvolver todo o seu imenso potencial.

Por isso tenho vindo a defender, nesta casa, a convergência política de todos. Conheço bem a identidade programática de todos os partidos parlamentares açorianos e sei que todos eles colocam a proteção e exploração sustentada do Mar dos Açores como prioridade. Nesta matéria é muito o que nos une e pouco o que nos separa. Existem condições de unidade. Eu diria mais: a união em torno da defesa e exploração sustentada do Mar dos Açores é uma exigência e um dever de todos os patriotas autonómicos.

Mas esta unidade de que vos falo tem de ser uma unidade de iguais. Uma unidade em que todos desempenham o seu papel, sem que nenhum partido se outorgue a liderança ou pratique a simbiose exclusiva com a política de promoção económica do Mar dos Açores. Já vimos como no passado a apropriação ideológica das tradições marítimas do país, por parte do Estado Novo, teve como resultado o abandono da identidade marítima nacional. Esta História não pode repetir-se.

Eu li a Moção de Orientação Política Global, “Renovação Com Confiança Por Uma Autonomia Com Futuro”, que o atual Presidente do Governo Regional apresentou, na qualidade de 1.º subscritor, no XV Congresso do Partido Socialista/Açores. O Presidente do Governo Regional propôs a criação de uma frente comum em defesa do Mar dos Açores, liderada pelo PS. Concordo com a frente comum, que aliás eu próprio propus há cerca de dois anos nesta mesma

tribuna, mas não posso concordar com a ideia de afirmação de uma liderança partidária no contexto do Mar dos Açores.

Se quiser, Senhor Presidente, terá o PPM a marchar atrás da bandeira azul e branca da Autonomia Açoriana, em defesa do nosso Mar. O que lhe proponho é uma aliança de iguais. O que lhe proponho é a liderança dos órgãos de governo próprio dos Açores. O que lhe proponho é o abandono de qualquer ideia de hegemonia partidária no âmbito do ideário marítimo açoriano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Abordei, em primeiro lugar, a questão da nossa unidade no âmbito da questão do Mar dos Açores e a prioridade estratégica que lhe deve ser atribuída. Em segundo lugar quero aqui analisar a questão do relacionamento entre a Região e o Estado português.

O PPM não vê qualquer razão para que exista uma relação conflitual entre a Autonomia Açoriana e o Estado. No nosso conceito, os órgãos de governo próprio e a nossa administração regional representam os interesses da Nação Portuguesa no Arquipélago dos Açores. O que fortalece os Açores fortalece Portugal. O que beneficia os Açores beneficia Portugal. O que prestigia os Açores prestigia Portugal.

A questão reside em saber, no nosso ordenamento constitucional, em quem faz o quê no nosso território e, adicionalmente, quem o faz com vantagem para o interesse nacional. Nós consideramos que cabe aos nossos órgãos de governo próprio a gestão integral do Mar dos Açores, sendo que este conceito genérico inclui a nossa zona económica exclusiva e a respetiva zona adjacente da plataforma continental onde vier a ser reconhecida a jurisdição nacional. Cabe-nos a nós essa gestão e não a qualquer outro órgão político da República.

Foi noticiado esta semana que, no âmbito de uma ação interposta por associações de pescadores açorianos, “o Tribunal Central Administrativo Sul considerou como provada a omissão por parte do Estado português do dever de fiscalização das águas dos Açores, para além das 100 milhas, e que esse facto provocou, em 2004, danos de natureza ecológica e económica”. Este facto demonstra, uma vez mais, que os açorianos são, naturalmente, quem mais se

preocupa com a defesa do interesse nacional no nosso território. Foi esse facto objetivo que a nação reconheceu e consagrou na Constituição Portuguesa.

Se não formos nós a garantir a defesa do interesse nacional neste território, tenho a certeza que o imenso potencial do Mar dos Açores será vendido por meia dúzia de patacas por quem governar em Lisboa. Quem conhece a nossa História sabe que existe sempre esse risco.

Nós garantimos a defesa dos recursos do país e garantimos que eles não serão delapidados. Esta é a mensagem que devemos levar junto da opinião pública nacional. Estou em crer que as historietas sobre o Barba-Ruiva, o Barba-Negra, o Francis Drake e tantos outros não nos levarão a lugar nenhum.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A terceira questão fundamental que quero abordar nesta intervenção tem a ver com a definição da nossa estratégia global no âmbito da economia do mar.

Defendo que a Região deve assumir como objetivo estratégico a liderança nacional neste sector. O Mar está a ser desenhado do ponto de vista teórico como um desígnio nacional. No entanto, o que é possível observar em relação ao esforço concreto do Governo da República no âmbito da política marítima, não corresponde minimamente à planificação que diversos grupos de trabalho nacionais desenharam para esta área. O país tem agora um plano, mas não tem a determinação política necessária para lhe alocar as verbas necessárias.

Neste contexto, a nossa condição de primeiro território marítimo nacional, as vantagens geopolíticas que decorrem da nossa localização atlântica e a nossa determinação na execução de políticas de fomento da economia marítima, constituem vantagens relativas decisivas em relação ao restante contexto nacional.

Assim, os Açores devem assumir plenamente essa ambição de liderança na política marítima e captar uma parte significativa das capacidades nacionais no âmbito da economia do mar. Isto na medida em que o esforço de fomento da política marítima é elevadíssimo e supera em muito os poucos recursos que possuímos. Nesse sentido, as nossas prioridades devem ser as seguintes:

1 – Na defesa nacional exigir o reforço dos meios da Marinha e da Força Aérea. Temos uma missão estratégica de enorme dimensão e prestígio para elas – fiscalizar e afirmar a jurisdição nacional num território marítimo que corresponde a cerca de 30 vezes o território do nosso retângulo peninsular;

2 – No âmbito da investigação científica e inovação, atrair os melhores académicos nacionais no âmbito das ciências do mar, captar uma parte importante do esforço de investigação realizado por Portugal neste sector e criar, conforme alguns documentos estratégicos nacionais propõem, um “Centro Internacional de investigação Atlântica” orientado para o estudo das formas de vida nas fontes hidrotermais de grande profundidade e das respetivas aplicações no campo da biotecnologia. Ainda neste âmbito localizar um polo industrial ligado ao comércio e indústrias farmacêuticas e de cosmética em redor deste centro de investigação.

3 – Incluir, em condições ótimas, a Região Autónoma dos Açores nas estruturas logísticas integradas nacionais que estão a ser montadas para reposicionar o país enquanto centro redistribuidor europeu do comércio marítimo;

4 – Captar uma parte significativa do esforço estatal de levantamento dos recursos minerais e energéticos existentes na nossa extensa plataforma continental;

5 - De uma forma geral, atrair para a Região – criando condições de atratividade – as melhores iniciativas nacionais no âmbito dos diversos sectores ligados à economia do mar (no turismo e práticas náuticas, na preservação ambiental, na pesca, na produção de energia em contexto marítimo, na aquicultura, nas infraestruturas portuárias, na prospeção e exploração dos fundos marinhos, etc.)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está na hora de definirmos a nossa estratégia, com precisão e racionalidade, em muitos dos sectores da economia do mar regional. Por falta de tempo vou abordar na parte final desta intervenção apenas as três áreas que considero mais estratégicas: pescas, transporte marítimo de mercadorias e passageiros e atividades turísticas associadas ao espaço marítimo.

O sector das pescas representa cerca de 20% das nossas exportações. Fizemos, nos últimos anos, um grande esforço de modernização da frota, de melhoria das infraestruturas portuárias, da formação profissional e das condições de conservação e comercialização.

No entanto, este sector apresenta constrangimentos que temos de superar:

1 - O fundo de compensação salarial, o FundoPesca, tem de estabilizar e passar a pagar a tempo e horas. De outra forma, criar-se-ão dificuldades muito significativas para as famílias ligadas a este sector. Bem sei que hoje é notícia o início dos pagamentos aos pescadores, por isso ninguém dirá que este debate que o PPM promoveu não teve pelo menos uma utilidade imediata;

2 – O relativo esgotamento dos stocks existentes nas 100 milhas da nossa Zona Económica Exclusiva. Por isso a recomendação do Parlamento Europeu para que as embarcações de pesca dos Açores passem a ter acesso exclusivo aos montes submarinos situados para além das 100 milhas da Zona Económica Exclusiva, assume uma importância estratégica fundamental para este sector e para o esforço de conservação e reposição de stocks que a Região tem vindo a realizar.

3 – As limitações de uma parte substancial da nossa frota para operar fora das 100 milhas e para pescar em águas profundas. Temos de reforçar com urgência a nossa capacidade nestas duas áreas.

No transporte marítimo de passageiros julgo ser urgente adquirir meios próprios e planificar a operação num quadro temporal mais vasto. Nesta matéria não podemos continuar a viver de planos de contingência anuais, com muita vulnerabilidade face aos operadores externos. Como se explica que o preço da operação marítima oscile 100% no espaço de apenas um ano?

Deputado José San- Bento (PS): Não é! Informe-se!

O Orador: Das duas, uma: ou o Governo Regional fez este ano um excelente negócio ou então o Governo Regional fez o ano passado um negócio ruinoso.

No transporte de mercadorias a nossa principal vulnerabilidade continua a ser a inexistência de um mercado interno unificado. É absolutamente estratégico para

o futuro da Região, através do transporte marítimo de mercadorias, criar esse mercado interno.

No campo das atividades turísticas associadas ao espaço marítimo, importa salientar o enorme potencial que a Região possui em muitas das atividades que integram esta área. O crescimento que se regista neste sector, no contexto internacional, é quase exponencial. A náutica de recreio duplica a sua dimensão em cada 10 anos, registando os cruzeiros náuticos um crescimento muito semelhante.

O primeiro sector é dominado pelos alemães e o segundo pelos norte-americanos. Importa promover as nossas capacidades junto destes mercados de uma forma muito mais eficaz. Temos de melhorar a logística associada a estes dois sectores e reforçar a imersão turística e cultural de quem nos visita através destes meios (construir roteiros temáticos, excursões, horário de abertura de museus e monumentos, etc.). Ainda assim, o PPM defende a interrupção dos grandes investimentos em infraestruturas nesta área. A nossa prioridade deve ser rentabilizar os recursos existentes e só depois equacionar qualquer futura expansão.

Estas são as nossas opções para esta área e o nosso contributo para a formulação de uma estratégia de âmbito regional que fomente o desenvolvimento da economia do mar. No contexto deste debate temos, naturalmente, a expectativa que o Governo Regional aproveite esta oportunidade para descrever o conjunto de prioridades que concebeu para o desenvolvimento da economia do mar e que forneça uma calendarização das atividades que programou no âmbito desta área.

Disse!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Disse mal!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Passo a palavra o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, Eng^o Luís Neto Viveiros.

Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo o mar um dos principais recursos naturais que temos à disposição, nas suas diferentes vertentes económicas, constitui-se por si só como um pilar estratégico do desenvolvimento dos Açores.

A exiguidade do nosso território terrestre, face à dimensão do **mar** que nos rodeia, faz dele simultaneamente uma oportunidade e uma obrigação inerente ao nosso progresso.

O Governo dos Açores coloca natural ênfase na sua exploração, de forma ambientalmente sustentada, mas com o propósito de rentabilizar o potencial que a sua exploração equilibrada certamente nos proporcionará.

Estamos envolvidos em diferentes frentes que nos permitem manter a gestão do mar dos Açores, abrir novas oportunidades com retorno económico na sua utilização, vincar a qualidade e o reconhecimento das suas características a nível internacional e desenvolver estratégias e iniciativas que permitam incrementar o conhecimento científico das suas potencialidades.

Porém, estamos sob uma ameaça centralista do Governo da República, que pretende assumir o protagonismo e, certamente os benefícios da exploração deste enorme bem comum dos Açorianos, tentando apropriar-se de competências próprias da Região, que nos são muito caras e das quais não abdicaremos.

Existem atualmente medidas de política e legislação específica que nos protegem dessas investidas, designadamente o Estatuto Político-administrativo da Região, ao atribuir competências claras aos órgãos do governo próprio dos Açores, no que à gestão do território regional diz respeito, onde se incluem as *“águas interiores, o mar territorial e a plataforma continental contíguos ao arquipélago”*.

Estão assim claramente definidas as competências do Governo dos Açores relativamente à gestão do mar.

Existe ainda legislação própria que salvaguarda o uso racional do Mar, designadamente o regime jurídico da **conservação da natureza e da biodiversidade dos Açores**, diploma visionário e que agrega toda a preservação e utilização de espécies e habitats terrestres e marinhos do

arquipélago, e a definição de áreas classificadas pelo seu valor ambiental dentro e fora da Zona Económica Exclusiva dos Açores, consagrada no diploma que estrutura o **Parque Marinho nos Açores**.

A **exploração dos recursos geológicos e biológicos**, estão também devidamente regulamentados nos Açores por legislação própria, designadamente no âmbito da exploração mineral, da extração de inertes, do exercício da pesca, da aquacultura, da pesca lúdica e da relação entre as pescas e o turismo.

Estão assim criadas ferramentas legais, regulamentadoras de toda a atividade com interesse económico no âmbito da exploração sustentada do mar, que nos garantem, não só a gestão do nosso espaço marítimo, mas também a salvaguarda do ambiente e da biodiversidade com ele relacionado.

Não obstante os ataques da República, que tenta insistentemente obter a gestão dos nossos mares, continuamos a resistir, mantendo, no essencial, a gestão do mar dos Açores.

À tentativa de colocar a Plataforma Continental Estendida sob jurisdição nacional, mesmo que com isso se entrasse numa profunda contradição com o Estatuto Político-Administrativo dos Açores e com o Parque Marinho nos Açores, respondemos de forma firme, queremos garantir a gestão do nosso espaço conforme está legalmente consagrado.

No âmbito da utilização de novas oportunidades de utilização do mar, importa preencher ainda alguns nichos.

Por esta razão, o Governo tem acompanhado as novas iniciativas económicas, verificando que não se apresentam constrições à sua implementação e estimulando o seu sucesso, mas, também, garantindo que respeitam a legislação, que não ultrapassam os limites ambientais existentes e que são socialmente aceitáveis. Será o **Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores** a identificar quais as atividades já em curso no nosso mar, quais os potenciais conflitos, como poderão ser resolvidos e quais os espaços ainda disponíveis para a implementação de novas soluções com retorno económico.

Entre estas iniciativas com retorno económico a decorrer no mar dos Açores, contam-se:

1. A manutenção de embarcações em trânsito;
2. A implementação de centro de rotação, nos Açores, criando o “Hub Atlântico”. Assim aproveita-se a nossa localização geoestratégica, ter-se-ão em consideração os grandes fluxos de carga este-oeste e o aumento do trânsito de navios de maior porte, atendendo não só ao alargamento do Canal do Panamá, mas também aos mercados emergentes da América do Sul. Desta forma será possível ter nos Açores um *stopover* interessante para o comércio do Atlântico.

Aparentemente, os Açores são um dos poucos sítios no mundo em que se sabe existirem **Depósitos de Sulfidos Polimetálicos** na superfície do fundo marinho. A empresa Nautilus Minerals, uma multinacional com sede no Canadá, apresentou ao Governo a intenção de prospetar e explorar os minerais existentes no leito do mar profundo dos Açores. Após publicação dos mapas, como previsto na lei, e não tendo obtido contestação, a intenção da Nautilus, encontram-se em preparação tendo em consideração os procedimentos tendentes a formular o respetivo contrato de prospeção.

A empresa açoriana FlyingSharks considerada uma das cinco maiores empresas mundiais da especialidade, exporta animais para os maiores aquários do mundo. A observação de pescas, através do Programa (POPA), da responsabilidade do IMAR, Instituto do Mar. O Governo dos Açores apoia grande parte do trabalho do POPA, constituindo assim um auxílio às pescas e que permite a exportação de pescado com o selo DolphinSafe e Friend of the Sea.

No âmbito do turismo e do Lazer há mais de uma centena de empresas a trabalhar no Mar dos Açores. Entre as diversas atividades, destacam-se:

- a. Uso balneário.
- b. Observação de cetáceos.
- c. Mergulho com escafandro autónomo.
- d. Suporte à Rede Marinas dos Açores.

- e. Aluguer de embarcações de vela de cruzeiro.
- g. Observação de jamantas.
- h. Observação de tubarões.
- i. Mergulho arqueológico
- j. Pesca grossa.
- l. Observação do mundo marinho a partir de embarcações com fundo transparente.
- m. Observação de aves marinhas.
- n. Surf, entre outras.

Mas é naturalmente a pesca a atividade rainha na utilização do Mar dos Açores. Constitui um pilar estratégico para a Região, porque contribui para a nossa capacidade de exportação e para o nosso autoabastecimento alimentar. Esta é responsável por gerar uma atividade económica que abrange cerca de sete centenas e meia de empresas que geram riqueza e proporcionam rendimentos a mais de quatro mil famílias.

Neste momento é uma preocupação do Governo dos Açores a situação que se verifica com a diminuição das capturas o que poderá indiciar um problema com os mananciais de pesca.

Por isso, é intenção do Governo continuar a incrementar e a apostar na investigação científica de modo a obter maior robustez na determinação dos recursos e agir rapidamente perante situações de eventual fragilidade.

De encontro a esta nossa preocupação e prioridade, está a recente aprovação pelo Parlamento Europeu de uma recomendação para que sejam implementados, por parte da União Europeia, políticas de apoio direto à investigação científica.

A principal preocupação do Governo é a de garantir uma atividade piscatória com futuro no Mar dos Açores, por isso estamos atentos ao esforço de pesca que é exercido nas espécies tradicionais de fundo, que são as mais sensíveis à sobre-exploração.

Paralelamente, torna-se necessário que os nossos armadores apostem numa gestão coletiva da sua atividade, por forma a não colocarem no mercado quantidades de pescado que excedam a procura, o que provoca, naturalmente, a baixa nos preços de venda em lota, desvalorizando o produto do trabalho das suas tripulações.

O nosso principal objetivo é o de promover o equilíbrio da gestão e da conservação dos recursos haliêuticos no Mar dos Açores, promovendo um desenvolvimento integrado e sustentável do setor das pescas, com políticas que levem a um incremento nos rendimentos dos profissionais do setor e a uma melhoria das condições de trabalho e de segurança a bordo das embarcações.

A proposta recentemente aprovada no Parlamento Europeu, do documento que serve de base para a nova Política Comum de Pescas da União Europeia, já se revestiu de especial relevância para as nossas pretensões.

Contemplou a defesa dos argumentos apresentados pela região, no que diz respeito à gestão das pescarias por territórios biogeográficos marinhos diferenciados.

Deste modo, permite-nos legislar e criar zonas de proteção e de reserva à nossa frota pesqueira nas zonas em torno dos montes submarinos e das fontes hidrotermais existentes entre as 100 e as 200 milhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No programa do XI Governo dos Açores e nos manifestos de ilha existem 134 medidas exclusivamente dedicados ao mar e orla costeira dos Açores.

Porque tem direta e efetiva relação com a economia do mar destaco o **MicroMacroMar**. Esta é uma iniciativa que pretende estimular pequenos investidores que tenham ideias sustentáveis passíveis de dar retorno financeiro na utilização do mar. Prevê-se o seu início em 2015.

Há no entanto outras ações a ser desenvolvidas e que não pretendem estimular o uso com retorno económico direto, mas sim, a compreensão profunda do oceano que rodeia o Mar do Açores das quais destaco:

1. O “**Açores Entre-Mares**”

2. A **Campanha “SOS Cagarro”** é, muito provavelmente, a maior organização para a defesa de uma espécie em Portugal.

3. O **Sentir e Interpretar os Açores através de Recursos Auxiliares Multimédia (SIARAM)** é uma das boas iniciativas de promoção ambiental do último Governo.

4. O **EduAzMar** iniciativa abrangente e que tenta motivar para a educação marinha.

5. O **Observatório do Mar dos Açores**, Organização Não-Governamental para o Ambiente que usufrui do apoio do governo e desenvolve a sua atividade em torno da promoção ambiental marinha.

6. O protocolo estabelecido com a **Fundação Rebikoff-Niggeler** que nos permite usar um submarino para trabalhos de monitorização ambiental.

7. **QualityCoast**: Que classificou os Açores como o destino número 1 em termos de qualidade costeira da Europa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A fim de promover, evidenciar a qualidade e o reconhecimento das características do Mar dos Açores a nível internacional, é necessário estar permanentemente perto das mais importantes iniciativas europeias. Assim, o Governo, em parceria com o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, acompanha em detalhe o que se passa ao nível de:

1. **Convenção OSPAR**: É a convenção internacional que permitiu a classificação de áreas em volta do arquipélago dos Açores, mas já fora da Zona Económica Exclusiva. Graças à permanente participação nas reuniões internacionais, principalmente através do DOP, mas sempre com o apoio do Governo Regional, os Açores ganharam prestígio e Portugal beneficiou com a imediata aprovação de todas as iniciativas propostas.

Na senda do Parecer emitido em 2006, sobre Política Marítima Integrada na Europa, que então dava os primeiros passos, anuncio aqui que o Governo dos Açores acabou de remeter à Comissão um parecer sobre Plano de Ação da Estratégia do Atlântico.

2. **Estratégia do Atlântico:** É um documento que visa definir os princípios e práticas que garantam a utilização sustentável deste oceano. O governo, tal como em 2006, assinala o seu interesse, colabora, propõe caminhos e soluções. Se em 2006 o nosso contributo foi considerado importantíssimo pela própria Comissão, queremos agora, novamente, influenciar os objetivos e as metas inerentes ao crescimento azul preconizado e bem pela Comissária Damanak.

3. **Implementação da Diretiva-Quadro “Estratégia Marinha”:** *Esta iniciativa europeia tem por objetivo garantir o Bom Estado Ambiental Marinho no ano 2020. O Governo dos Açores estabeleceu uma equipa, em cooperação com o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, que está a elaborar o relatório de caracterização inicial e que servirá de base ao estabelecimento das metas ambientais e às estratégias a implementar.*

4. **Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores:** Apesar de ainda não haver uma Diretiva sobre esta temática, os Açores já se pronunciaram e têm acompanhado o seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, internamente, coordenado pela Comissão Interdepartamental para os Assuntos do Mar dos Açores, tem-se desenvolvido o **Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (também conhecido por POEMA).**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A estratégia do Governo para a utilização económica do mar assenta em vetores concretos que são, quotidianamente colocados em prática: conhecimento, planeamento, e ação que nos permite avançar em passos seguros, na senda do desenvolvimento e consolidação da nossa economia, para a qual concorre de forma decisiva a exploração sustentada dos recursos marinhos e do mar.

O mar dos Açores foi o passado, é o presente e é também o futuro dos açorianos.

Esse futuro, como alguém aqui disse, vale todas as batalhas.

Disse.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Já tenho duas inscrições para o debate.

Dou a palavra ao Sr. Deputado do Partido Socialista, José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me nesta primeira intervenção, como Deputado Regional, que saúde a câmara e, nesta circunstância, num assunto importante para o Partido Socialista e para o Governo, desde há muito tempo, independentemente de situações que poderíamos perspetivar como históricas.

Desde tempos e memoriais que o mar é falado no nosso país. Nem vou aqui apelar à visão muito avançada de D. Dinis, nem ao reinado de D. João II, mas vou naturalmente dizer que nesta História passámos por várias fases.

A partir dos Descobrimentos tivemos uma queda da importância estratégica do mar que, aliás, se aprofundou com a ida da corte para o Brasil em que (como aqueles que são da área da História sabem) todas as naus, todos os navios da armada portuguesa para lá foram e não regressaram.

Curiosamente o último Rei de Portugal foi um rei oceanógrafo que de algum modo voltou a pôr na agenda as questões marítimas sem que a Primeira República, pela sua turbulência, tivesse esquecido esta questão e o Estado Novo a retomasse com intuitos mais propagandísticos do que com intuitos estratégicos.

O certo é que nós chegámos a 1974 e o país entendia o mar como passado e no Estado Novo como ética e memória que efetivamente engrandecia a nação.

Nos Açores, chegámos a 1974 como uma região com algum transporte marítimo e sem portos. Depois, verificou-se que desapareceram algumas embarcações que faziam o transporte marítimo e ficámos com alguns portos.

De resto, o próprio país, em 1974, perdeu grande parte da sua influência marítima, porque todo o tráfego, entre a chamada metrópole e as províncias

ultramarinas, perdeu essa importância e Portugal soçobrou em matéria de marinha mercante um pouco por essa área.

O Partido Socialista e o Governo, desde que tomaram posse em 1998, num amplo movimento que também foi nacional (é preciso não esquecer que Portugal está na base de uma luta na ONU para o estabelecimento do Ano Internacional dos Oceanos e que em 1998 veio a ser coroado com a Expo 98), participaram ativamente e o mar começou efetivamente também a ser uma nova temática.

É a partir daí que se põem em ação muitas situações e conceitos que têm a ver com a boa utilização do mar.

Hoje, aqui, já foram referidos vários documentos europeus, como a Diretiva-Quadro “Estratégia Marinha”, a Política Marítima Integrada, a Estratégia para o Atlântico. São documentos europeus importantes, que vieram permitir ao país introduzir a chamada Estratégia Nacional para o Mar.

Também foi dito aqui, e com toda a propriedade, que os Açores tiveram um papel importante ao conseguirem sair da sua Zona Económica Exclusiva ou, de algum modo, imporem, através da Diretiva OSPAR, a possibilidade de haver esse mapeamento marítimo.

Hoje, com os projetos que foram enunciados no Programa Eleitoral do Governo, entende o Governo e o Partido Socialista que, para além das questões históricas, efetivamente a ciência, o planeamento de ação, como foi dito pelo Sr. Secretário, são fundamentais nesta fase.

Há, por parte do Partido Socialista também, projetos fundamentais em que a Universidade dos Açores é parceira e sempre foi parceira.

Neste momento decorrem 11 projetos de investigação e de desenvolvimento na área do mar e das pescas, o que de algum modo potenciam a importância do mar para o Governo dos Açores e naturalmente para a comunidade científica que acompanhou, desde o princípio, esta postura.

Por isso nós não temos um discurso passadista nem saudosista, desta questão.

Sabemos que os Açores de algum modo estão quase umbilicalmente ligados ao mar.

Deputado João Costa (PSD): Quase!

O Orador: Sabemos que a partir de 74, infelizmente, o país substituiu o mar pela Europa. É caso para dizer nem tanto à terra, mas se calhar agora um pouco mais ao mar.

Os Açores, neste momento, com os desafios da globalização, das potencialidades energéticas do mar, da segurança, das alterações climáticas e os desafios do ambiente e da biodiversidade, têm basta matéria para poder ter uma nova postura em relação às questões do mar, que aliás têm sido sobejamente aprofundadas e até chamadas à atenção no centro do nosso território, por exemplo, com a visita de Jorge Sampaio à Região na Comemoração do Dia de Portugal, onde efetivamente chamou a atenção nessa altura para a nossa centralidade mais do que para a nossa ultraperiferia no centro do quadro atlântico.

Mas não tenhamos dúvidas que não é uma questão, como o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse, de estarmos contra a República.

A República é que provavelmente vai estar contra nós. Vai estar contra nós, porque sempre foi assim em outras circunstâncias.

Eu chamava a atenção neste debate para um pormenor que é mais de ordem científica mas que tem a ver com a própria designação da estrutura de missão para a extensão marítima da plataforma continental.

Nós não temos nenhuma plataforma continental dos Açores.

Temos uma plataforma quanto muito insular, que é geologicamente de outra constituição que são gabros e basaltos, onde estão essas riquezas ditas minerais. Também devo dizer que não se conhece a impossibilidade, por isso a necessidade desse mapeamento espacial que aliás está previsto também na estratégia para o mar dos Açores.

Em relação às fontes hidrotermais sabemos que já há estudos da Universidade dos Açores que podem constituir alavancas em termos de cenários da biotecnologia, nomeadamente para métodos, produtos farmacêuticos e outras aplicações industriais, mas esta fase, como também foi aqui dito é de grande

investimento e sobretudo de se saber continuar a alavancar, com vários instrumentos na área do direito público internacional, novas situações.

O que sabemos é que, como dizia há pouco, essa estrutura de extensão marítima da plataforma continental é uma aberração sob o ponto de vista do seu termo. É como estender os chamados granitos do território nacional, que aliás bordejam o Continente e fazem parte dessa plataforma, até uma zona que é de garbos e basaltos, que tem uma espessura muito mais diminuta e onde estão todas essas riquezas.

Há aqui, no início, situações capciosas para que estejamos atentos à vontade do país de estender o seu braço continental até àquilo que são os 60% da nossa área.

Por isso esta vai ser uma luta, não de nenhum partido em geral, mas uma luta de uma geração. Uma luta de uma geração que tem que estar devidamente preparada e informada...

Deputado João Costa (PSD): Só com umas bolsas!

O Orador: ... para nos fóruns internacionais poder efetivamente resolver várias questões que se vão dirimir em termos políticos, mas também em termos jurídicos.

Por isso, o Partido Socialista entende que esta questão é demasiado importante. Recentemente os Srs. Deputados devem ter recebido um documento de Estratégia de Investigação e Desenvolvimento para a Região Autónoma dos Açores em que muitos políticos empresários, e também outras autoridades, como os investigadores, participaram num movimento de mais de 300 inquirições e de apreciações sobre várias áreas da atividade económica e também da política do mar.

Esse documento está neste momento em fase de consulta pública. Ele não só faz um diagnóstico apurado perante os dados colhidos, como projeta fundamentalmente ações e novas medidas para que consigamos na área do mar ter outro tipo de atuação e de pro-atividade.

É por isso hora de, para além do estudo, para além da capacitação da Região e do Governo com informação científica, poder lutar devidamente por esta

estratégia do mar que é, ao fim e ao cabo, um desígnio da Região Autónoma dos Açores, porque o mar é seguramente um dos melhores e dos mais significativos ativos para os Açores de agora e do futuro.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra ao Sr. Deputado do Partido Social Democrata, Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos hoje a discutir, mais uma vez, o mar e a sua importância para o desenvolvimento dos Açores no âmbito desta interpelação sobre a estratégia a desenvolver pela Região no domínio da nova e emergente economia do mar.

É da maior relevância política que esta Assembleia e todos os agentes económicos ligados ao mar, nas suas mais diversas vertentes, conheçam e se identifiquem com essa estratégia.

Até porque foi assumido e prometido pelo Partido que ganhou as recentes eleições regionais que o mar constituiria uma prioridade e uma forte aposta da sua governação.

Se, por um lado, a fixação deste objetivo é uma opção correta e estratégica, ela, no entanto, acaba por ser, por outro lado, o reconhecimento que a governação anterior, também da responsabilidade do PS, não apostou como devia no mar.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas mais vale tarde do que nunca!

O mar há muito que entrou no discurso político.

Mas infelizmente tarda a entrar na economia.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: O mar tarda nos Açores a tornar-se um aliado da economia e a constituir-se como um ativo gerador de riqueza e de criação de emprego.

Desde logo, o mar não teve na orgânica do Governo a relevância que o discurso eleitoral parecia antever.

O Governo não colocou, como devia, no nosso entendimento, o Mar como uma prioridade política de primeira grandeza.

Numa altura em que ao nível da União Europeia se dão passos para tornar o mar cada vez mais presente e visível na governação.

Numa altura em que a União Europeia definiu uma política marítima e que, inclusivamente, pela primeira vez, existirá uma componente orçamental para a financiar.

Numa altura como esta, tão decisiva, o Governo Regional caminhou em sentido contrário e escondeu o mar na sua orgânica.

Deputados Duarte Freitas e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não basta reconhecer a importância do mar. É preciso definir uma política coerente que consubstancie essa aposta. É isso que se exige de um Governo de uma Região que tem a maior Zona Económica Exclusiva de Portugal. E é essa a primeira questão que nesta interpelação o Governo deve responder de forma clara.

A aposta no mar tem de estar alicerçada numa política marítima bem definida, bem estruturada e bem conhecida.

Uma componente importante dessa política é a defesa dos direitos e dos interesses dos Açores no plano nacional e europeu.

A Região pela sua localização geoestratégica, pela sua extensa Zona Económica Exclusiva, pela sua experiência e tradição marítimas, pelo seu conhecimento científico e também pelos direitos que estão consagrados na lei pode e, sobretudo, quer ter um papel relevante na gestão e na utilização sustentável dos mares que a rodeiam.

O envolvimento ativo dos Açores nesta tarefa resultará, estamos certos, em vantagens para o País e para a Europa.

Os Açorianos podem contar sempre com o PSD/Açores para fazer a defesa dos direitos e dos interesses dos Açores nesta matéria.

Neste contexto o PSD/Açores apresentará nesta Assembleia uma iniciativa legislativa com o objetivo de reafirmar, perante a República, os direitos da Região na gestão do seu espaço marítimo e dos seus recursos, incluindo os dos fundos marinhos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sobre esta matéria o PSD/Açores entende que não pode haver nenhuma dúvida e, por isso, achamos que é competência do Primeiro Órgão da nossa Autonomia reafirmar e defender os nossos direitos nesta matéria.

Pela nossa parte estaremos sempre ao lado dos Açores, cooperando com os órgãos de governo próprio em todas as ações que venham a ser tomadas para assegurar e defender os direitos e as competências da Região sobre os seus mares e respetivos recursos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As políticas marítimas – europeia e nacional – têm reflexos e implicações na nossa ação. Mas não devem nem podem servir para desculpar a inação e as omissões da governação dos Açores agora como no passado.

Tais reflexos e implicações não nos devem inibir de definir a nossa própria política marítima.

Não podemos navegar à vista, sem orientação nem destino, sob pena de naufragarmos.

A nossa política marítima deve identificar e estabelecer uma estratégia para desenvolver os diversos componentes do Hypercluster da Economia do Mar, que no caso do mar dos Açores e numa perspetiva holística inclui, entre outros domínios: ambiente, biodiversidade, transportes, energia, turismo, náutica de recreio, ordenamento do território, pescas, aquacultura, conservação e transformação do pescado, biotecnologias, tecnologias marinhas, construção e reparação naval, defesa e segurança no mar, infraestruturas portuárias e serviços marítimos, ensino e formação.

Compatibilizar e potenciar todas estas vertentes é uma tarefa que tem tanto de dificuldades quanto de desafios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta aposta no mar deve ser alicerçada no conhecimento científico. No conhecimento científico que temos e que deve ser colocado ao serviço da economia. Mas também no conhecimento científico que é preciso continuar a desenvolver para que continuemos a ter neste domínio uma investigação científica de qualidade e reconhecida a nível internacional.

Esta é uma mais-valia de que não podemos abdicar e que inclusivamente vem dando frutos, como aconteceu ainda recentemente na aprovação do Regulamento Base da Política Comum de Pescas.

Com uma abordagem ambiental sólida e cientificamente fundamentada, conseguimos que passe a ser considerada na Política Comum das Pescas, até 2020, medidas específicas destinadas a minimizar o impacto das atividades de pesca na biodiversidade marinha e nos ecossistemas marinhos, nomeadamente os que estão identificados como sendo zonas biogeograficamente sensíveis, como os montes submarinos em torno das regiões ultraperiféricas. Estes recursos passam a ser explorados unicamente pela frota local através de artes de captura seletivas e respeitadoras do meio marinho. Ou seja, conseguimos a proteção destas zonas com uma restrição de acesso a estas águas a frotas não regionais e que vão para além das 100 milhas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é uma vitória de um caminho estrategicamente encetado em 2007. Nesse ano o conceito de “zona biogeograficamente sensível” foi definido e proposto pelo PSD numa reunião do PPE, em Ponta Delgada. Este conceito fez o seu percurso e começa agora, passados 6 anos, a dar os seus frutos para a Região.

Deputados Duarte Freitas e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finalizo referindo mais três pilares importantes para que nesta aposta no mar seja bem-sucedida, nomeadamente o investimento privado, a formação e a educação.

Esta aposta na economia do mar não será bem-sucedida sem empresas e sem investimento privado. Neste contexto, há muito que defendemos a criação de um parque tecnológico ligado às atividades relacionadas com o mar que poderia constituir um instrumento eficaz para atrair investimento, apoiar novas empresas e assegurar uma articulação funcional entre a Universidade e as empresas.

A formação e a qualificação de recursos humanos para as atuais e para as novas profissões do mar é outro desafio. Os Açores podem, neste domínio, transformar-se numa referência internacional. Esta perspetiva poderá abrir um conjunto de oportunidades de emprego, sobretudo, para os nossos jovens, cuja taxa de desemprego atinge números verdadeiramente dramáticos.

Finalmente, não podemos esquecer nem menosprezar a necessária reeducação e sensibilização de toda a população para que acredite nas potencialidades do mar.

Vivemos muitas décadas de costas voltadas para o mar. Torna-se, por isso, necessário fazer um investimento educativo especialmente junto dos nossos jovens nas nossas escolas e, em primeiro lugar, junto dos que têm de fazer opções formativas que vão condicionar o seu futuro.

Esta aposta no mar só terá futuro se os nossos jovens acreditarem e participarem nela.

Defendemos pois uma aposta económica no mar mas uma aposta estruturada e organizada. A estruturação desta aposta é decisiva para o seu sucesso.

O Governo Regional tem aqui uma oportunidade com esta interpelação para revelar o caminho que pretende percorrer para operacionalizar esta aposta. Tem uma oportunidade para revelar como pretende passar dos discursos proclamatórios à ação.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Mas isso também se aplica ao PSD! Convém o PSD dizer o que pretende para o setor!

O Orador: Esta é o desafio deste debate. Os agentes económicos precisam de linhas orientadoras claras.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do CDS-PP, Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia.

Já que há pouco tivemos uma pequena resenha histórica sobre a economia do mar nos Açores, permitam-me acrescentar dois aspetos.

Foi em 1427 que os descobridores portugueses, pela primeira vez, tomaram contato com as nossas ilhas. E foi em 2013, quase 600 anos depois, e após 17 anos de Governo Socialista, que parece que o PS finalmente está a descobrir que os Açores são ilhas, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: ... embora não seja ainda delinear que o PS perceba, advento de algumas políticas de concentração que pretende fazer, que além de serem ilhas, os Açores são um arquipélago.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As ilhas, por definição, são pedaços de terra rodeados de mar e, neste caso, de um milhão de quilómetros quadrados de zona marítima.

Deputado Berto Messias (PS): Quando o Sr. Deputado Artur não está, o Sr. Deputado solta-se!

O Orador: Para essa zona marítima, para esta atividade económica, para a riqueza que há anos se anuncia que existe neste nosso mar, o Partido Socialista não tem efetivamente revelado qualquer estratégia e não se perspetiva no

Programa do Governo qualquer estratégia para o futuro desta atividade e deste *cluster* económico.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Desenvolver a economia do mar não é atirar dinheiro ao mar literalmente, como o Partido Socialista tem feito, em forma de molhos, de marinas, de cais de cruzeiros, com rentabilidades duvidosas e utilidades também elas, muitas vezes, duvidosas.

São diversos os exemplos, até de mau planeamento e de má conceção de marinas, de erros feitos pelo Partido Socialista nestes anos de governação.

O Governo Regional precisa, efetiva e rapidamente, de um plano estratégico transversal aos diversos setores e às diversas vertentes da economia do mar, para desenvolver este *cluster* económico nos Açores.

O Governo Regional precisa de uma orientação estratégica que valorize o potencial geoestratégico dos Açores nos aspetos ligados ao mar, à gestão da Zona Exclusiva Marítima e na sua interligação com outros setores, como por exemplo, os transportes aéreos.

O que fez o Governo Regional ao longo destes anos em relação a áreas e setores da economia do mar?

Vamos ver o caso das energias renováveis.

Os Açores até foram pioneiros na exploração de energias renováveis a partir dos recursos do mar.

O que fez este Governo ao longo destes anos?

Zero!

Na aquacultura. Os Açores estão rodeados por mar. Sabemos que os recursos estão a ser delapidados, desaparecem fruto de outros fatores que muitas vezes são até externos e exógenos à Região.

Deputado Berto Messias (PS): Nada! Não temos nada!!! Santa paciência!

O Orador: O que fez o Governo Regional nestes anos todos em relação a esta matéria?

Mais uma vez, zero!

Qual foi o aproveitamento do potencial das algas para efeitos de talassoterapia ou para efeitos medicinais, para efeitos, aliás, alimentares, inclusive?

Nos Açores já tivemos indústria transformadora de algas, pelo menos na Ilha Terceira, e em mais ilhas, se calhar. Não me recordo.

Deputados Berto Messias e José San-Bento (PS): E em São Miguel também!

O Orador: São Miguel, também.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado já visitou! Por acaso já visitámos!

O Orador: O que fez o Governo Regional em relação a isto durante estes 17anos?

Zero, mais uma vez!

Em relação à construção e aos serviços de apoio naval, o que é que tem feito o Governo Regional nesta matéria?

Basicamente o que tem feito é ocupar os espaços, que podiam ser utilizados para varagem de embarcações nestas atividades, com bares, discotecas e com outras atividades seguramente importantes, mas certamente não tão importantes como estas para tirarmos vantagem, para tirarmos proveito económico, para termos um desenvolvimento sustentado no âmbito da economia do mar.

Mais uma vez o saldo é zero!

O que é que tem feito o Governo Regional em relação à valorização do pescado, já agora?

A rede de frio, como é sabido e reconhecido pelo Governo Regional, é insuficiente e deficiente.

Em relação à exportação do peixe fresco, o que é que tem feito o Governo Regional sobre esta matéria?

Recusar-se a seguir os conselhos e as propostas do CDS-PP, por exemplo, para o avião cargueiro que permite escoar e valorizar o pescado fresco, para pô-lo fora da região rapidamente.

Mais uma vez, o resultado do Governo de 17 anos é zero!

E o que dizer em relação à exploração dos recursos dos fundos marinhos, já aqui hoje tão badalados e tão falados?

O facto é que se não fosse o papão do Governo da República (sim, aquele Governo mauzão que quer tirar tudo à Região!) a legislar sobre esta matéria, a Região não teria feito aprovar, aqui, à pressa, uma legislação na última legislatura, depois de saber que o Governo da República estava a mexer nesse sentido, pese embora, desde 2007/2008, já constasse esta matéria, como aqui já foi referido, no Estatuto da Região Autónoma dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Temos uma delegação no Governo da República e na Assembleia!

O Orador: Mais uma vez o resultado aqui foi zero!

Digo mais até, se por acaso esta competência não ficar no âmbito da Região Autónoma dos Açores não será por culpa da ação do Governo da República, mas por culpa da inação do Governo Regional.

Em relação ao turismo do mar. Já referi aqui a talassoterapia, as atividades de mergulho náutico e a preservação da cultura subaquática, como por exemplo o Parque Arqueológico da baía de Angra do Heroísmo.

O que é que tem feito o Governo Regional acerca da preservação e da valorização desta matéria?

Principalmente o que tem feito é construir marinas e cais de cruzeiro por cima de alguns dos locais onde pode haver de facto uma atividade subaquática, cultural, valorizável.

Deputado José San-Bento (*PS*): Existe! Para sua informação existe!

O Orador: Mais uma vez o saldo é zero!

Falta, efetivamente, meus senhores, estratégia, uma estratégia integrada para se desenvolver a economia do mar.

As opções em terra que têm sido seguidas ao longo dos últimos anos são válidas, necessárias e devem continuar.

Deputado Berto Messias (*PS*): É o porta-voz do Governo da República!

O Orador: Não vamos aqui fazer o discurso contra a monocultura da vaca, até pelo contrário, estamos a falar aqui de atividades e de áreas que são perfeitamente complementares e que devem ser desenvolvidas a par e passo. Não é o que tem acontecido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Concluo como comecei, dizendo que ao fim de 17 anos deste Governo de governação do Partido Socialista estamos como há 600 anos, sem política para o mar dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor devia ouvir o seu líder sobre o mar dos Açores e o fundo do mar dos Açores!

Deputado Rogério Veiros (PS): A começar pelo acórdão do Tribunal Administrativo deste fim-de-semana!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sem querer menorizar outros aspetos ligados à economia do mar, como sejam os transportes, o turismo nas suas diferentes valências ou mesmo a construção e a reparação naval, a Representação Parlamentar do PCP, devido à escassez do tempo que tem para este debate, vai centrar a sua intervenção nas questões relacionadas com a prospeção e a exploração dos recursos minerais dos fundos marinhos, designadamente a mineração junto das fontes hidrotermais.

Deputado José San-Bento (PS): E as pescas?

O Orador: Esta questão não é nova. Aliás, o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais referiu-a na sua intervenção, designadamente referiu-se ao interesse da empresa Nautilus Minerals na prospeção e exploração dos fundos dos mares dos Açores e assim é.

É preocupante a forma como o Governo Regional tem conduzido este processo. Em julho de 2012, uma notícia na comunicação social dava conta de que a então Secretaria Regional do Ambiente e do Mar tinha dado parecer positivo a

um interesse manifestado pela Nautilus para fazer prospeção de minérios na nossa Zona Económica Exclusiva.

Em devia altura, e logo no dia 11 de julho do ano passado, a Representação Parlamentar do PCP fez um requerimento ao Governo Regional no qual solicitava cópia do projeto de prospeção, discriminando nomeadamente as áreas a serem prospectadas e as áreas que se pretendia eventualmente estender a mineração, a tecnologia empregue, as medidas de mitigação ambiental, as quantidades de material a ser processado e as quantidades expetáveis de minério, os valores de investimento e os rendimentos estimados da mineração e outras informações relevantes sobre o projeto.

Solicitava ainda a Representação Parlamentar do PCP, no dia 11 de julho de 2012, cópia do parecer da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e respetiva fundamentação técnica e científica, e ainda informação circunstanciada sobre o processo de negociação e contrapartidas financeiras e não financeiras para a Região Autónoma dos Açores.

Este requerimento nunca foi respondido.

O Governo não só não respondeu a este requerimento do PCP, como não tem dado conta (não tem havido informação) à opinião pública regional, e mesmo à comunidade científica, quer sobre os termos do contrato, quer sobre o teor do parecer e as eventuais contrapartidas para a Região.

A Representação Parlamentar do PCP está preocupada com esta questão, por um lado, porque isto pode representar aqui um potencial económico significativo e muito importante, mas também está preocupada pelo facto de este processo não estar a ser escrutinado quer por esta câmara, quer pela opinião pública regional, até porque este processo, daquilo que se conhece da tecnologia que é utilizada, pode provocar impactos ambientais negativos quer nos ecossistemas das fontes hidrotermais, quer ainda noutros ecossistemas.

Lembrava a esta câmara que a tecnologia que é utilizada ou foi utilizada pela Nautilus numa mina a Solwara-1, na Papua Nova Guiné, consistia no seguinte:

- limpeza de sedimentos soltos em torno de uma fonte hidrotermal;
- corte da chaminé da fonte hidrotermal;

- escavação de um fosso do género minas a céu aberto;
- escavação e recolha de lamas com sedimentos minerais e bombeamento (até há um navio especializado) à superfície;
- filtragem da lama e depois devolução das lamas sem minerais ao mar e o transporte dos sedimentos minerais para processamento em terra.

Esta atividade da Nautilus na Papua Nova Guiné tinha as seguintes implicações:

- ocupação e destruição de 11 km² do fundo marinho;
- escavação até 220 metros abaixo do fundo marinho;
- destruição de múltiplas chaminés hidrotermais ativas e não ativas.

Nós não podemos, até face ao conhecimento científico que existe sobre as fontes hidrotermais e os seus ecossistemas, deixar de nos preocupar com este aspeto, considerando, com certeza, uma atividade com um potencial económico importante, mas é necessário que este processo seja devidamente acompanhado e escrutinado, quer por esta câmara, quer pela opinião pública regional.

A preocupação é ainda maior, porque a Nautilus entretanto, em setembro do ano passado, solicitou direitos de prospeção do fundo submarino junto ao campo hidrotermal Lucky Strike.

Assim, Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, a Representação Parlamentar do PCP, aproveitando esta interpelação e também a oportunidade que o Governo tem de poder esclarecer esta câmara com o detalhe possível, gostaria que fosse prestada informação, com o detalhe possível nestas circunstâncias, sobre o processo de concessão de direitos de prospeção à Nautilus, que contrapartidas para a Região, que estudos de impacto ambiental foram realizados, bem como qual o envolvimento da comunidade científica, designadamente do Departamento de Oceanografia e Pescas, neste processo?

Gostaria ainda de saber, se fosse possível, quais são os meios que estão afetos, ou virão a ser afetos, à fiscalização desta atividade de mineração dos fundos marinhos?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveitar também a oportunidade desta interpelação sobre uma área absolutamente essencial (central mesmo) para o desenvolvimento económico dos Açores, no presente e no futuro, para levantar também algumas questões ao Governo Regional.

Entendemos que seja qual for abordagem pluridisciplinar que façamos à área da economia do mar, é obrigatório abordá-la também na perspetiva dos seus profissionais, nomeadamente no setor da pesca.

Aliás, o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais chamou mesmo à pesca “a atividade rainha”. Nós, Bloco de Esquerda, estamos absolutamente de acordo com o Sr. Secretário Regional.

Agora, há aqui algumas circunstâncias que temos que esclarecer. É que as rainhas, normalmente, são tratadas com respeito e com lealdade.

As rainhas não chegam ao final de um ano de trabalho, como aconteceu no ano de 2011, em que 26% dos nossos pescadores auferiram 2500 euros no fim do ano, e 24% 1500 euros no final do ano.

Isto para dizer que relativamente aos profissionais da pesca, e à pesca, alguma coisa de muito errado se está a passar nesta região.

Isso leva-nos para uma outra questão. O anterior e o atual Governo Regional têm afirmado reiteradamente que o problema dos maus proventos e dos baixos rendimentos dos pescadores da nossa Região se resolverá com a valorização do pescado, aliás, já aqui trazida também pelo Sr. Deputado do CDS.

Mas, Sr. Secretário Regional, nós procurámos no Programa Eleitoral, no Programa do Governo, na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e não vimos uma única medida objetiva para a tal valorização do pescado.

A primeira pergunta que lhe deixo, Sr. Secretário, é o que é que o Governo Regional vai finalmente fazer para garantir a valorização do pescado? – esta é uma pergunta.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não vê?! Está no transporte! Vai manter 20% do transporte!

O Orador: Sendo importante para o Bloco de Esquerda ela é fundamentalmente importante para as tais 4 mil famílias que vivem do setor da pesca na nossa Região.

Depois foi também aqui afirmado que o Governo da República é tratado pela Região, ou pelo menos por alguns discursos na Região, como um papão, como um mauzão.

Acho que há uma boa maneira de o tratar. É dizer claramente que o Governo da República é criminosamente negligente no que diz respeito à fiscalização da nossa Zona Económica Exclusiva, que é uma obrigação da sua responsabilidade. Não é o Bloco de Esquerda que o diz, é o Tribunal que o afirma.

Mas esta condenação recente do Tribunal em segunda instância, condenação do Governo da República pelo crime de omissão no cumprimento de uma responsabilidade e de uma obrigação que é exclusivamente sua, levanta ao Bloco de Esquerda uma questão. É que, primeiro, esta ação foi entreposta por pescadores e associações ambientalistas. Não foi entreposta pelo Governo Regional. Esta condenação diz respeito ao crime de omissão de fiscalização entre os anos 2002 e 2004.

A pergunta que se impõe é esta:

E de 2004 a 2013 o que é que aconteceu nos nossos mares?

O que é que aconteceu de diferente?

O Governo da República garantiu a fiscalização?

O Sr. Ministro da Defesa lembrou-se que, em vez de estar preocupado com a operacionalização das Forças Armadas para as pôr ao serviço da NATO, tem aqui uma região que obrigatoriamente tem que defender nos seus recursos vivos e minerais do mar, não só em nome dos Açores, mas sobretudo em nome do país, porque a riqueza desta região é a riqueza de Portugal?

O que é que aconteceu no hiato de tempo entre 2004 e 2013?

O que é que o Governo Regional fez de semelhante, ou não, àquilo que as tais associações ambientalistas e os pescadores fizeram relativamente ao tempo de 2002/2004?

Para terminar, nesta primeira fase, lembrar que o Bloco de Esquerda, mal tinha entrado nesta casa em 2008, apresentou neste Parlamento um Projeto de Resolução que recomendava ao Governo que, aproveitando a situação de aprovação e até de negociação do Tratado de Lisboa, procurasse garantir uma derrogação nesse mesmo tratado que permitisse que não nos fossem roubadas as 100 milhas que vieram a ser, ou seja, que mantivesse as 200 milhas da Zona Económica Exclusiva.

O Governo do Partido Socialista, o anterior e o atual, reiteradamente e bem, tem dito variadíssimas vezes que é importantíssimo recuperar as nossas 200 milhas. Tendo o Partido Socialista chumbado essa recomendação do Bloco de Esquerda, mas simultânea e reiteradamente afirmado que é importante recuperar as 200 milhas, o que eu pergunto, Sr. Secretário, é o que é o Governo Regional tem vindo a fazer no sentido de que isto não seja mera retórica e que esta recuperação possa vir a ser uma realidade?

Não é entrepondo ações no Tribunal Europeu que sabemos que não tem nenhum tipo de consequência, porque nem sequer quem as levantou, quem as entrepôs, é legitimamente (o estado) indicado para o fazer.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Atingimos as 11:30H. Vamos fazer o intervalo da manhã. Antes de suspendermos o Sr. Secretário vai informar todos os grupos e representações parlamentares do tempo que ainda dispõem para a segunda parte do debate.

Secretário: O Governo Regional tem disponível 29 minutos e 15 segundos;

O PPM 16 minutos e 45 segundos;

O PS 21 minutos e 40 segundos;

O PSD 12 minutos e 45 segundos;

O CDS-PP 6 minutos;

O BE 3 minutos e 45 segundos;

O PCP 3 minutos e 15 segundos.

Presidente: Muito obrigado. Vamos recomeçar os trabalhos ao meio dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas.

Tem a palavra a Sra. Deputada do Partido Socialista, Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por relevar a importância da matéria deste debate, porque a economia do mar, como já aqui foi dito, tem uma importância grande para o futuro dos Açores e do seu desenvolvimento.

Neste contexto o território é, de facto, um elemento fundamental da nossa autonomia.

Também já aqui hoje foi referido que os Açores combinam a dispersão e a exiguidade do seu território terrestre com a imensidão do seu mar.

É um território particularmente vulnerável e esta vulnerabilidade do território e dos ecossistemas insulares exige de nós capacidade de promover o nosso desenvolvimento, sempre em respeito do princípio da sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo que devemos garantir que serão os Açores os primeiros beneficiários dos recursos do nosso território marítimo.

O desenvolvimento da economia do mar em todo o seu potencial depende, assim, da consolidação da gestão das águas açorianas pelos Açores.

Este é o grande desafio que enfrentamos nesta matéria.

Devo dizer que o Partido Socialista não tem quaisquer dúvidas quanto aos direitos da Região Autónoma dos Açores sobre o seu mar.

Temos nesta matéria um importante ponto de partida, que é a definição de território regional, consagrada no nosso Estatuto Político-Administrativo, que, é bom lembrar, foi aprovado na Assembleia da República.

Aliás, a própria inserção sistemática do conceito de território regional, logo no artigo 2º do Estatuto dá boa nota da importância que o conceito reveste para a interpretação e integração de todas as restantes normas estatutárias.

Este conceito abrange, como aliás não podia deixar de ser, a plataforma contígua ao arquipélago.

Esta ideia de território regional, juridicamente consagrada, tem que ter naturalmente consequências e tem-nas, porque é um conceito que define as balizas geográficas da atuação dos órgãos de Governo próprio, donde decorre a integração da gestão do nosso território em toda a sua extensão, no leque de competências do órgão de Governo próprio da Região.

Não se vê, por isso, que possa existir quaisquer dúvidas relativamente àqueles que são os direitos da Região, àquele que é o seu território e às balizas geográficas sob as quais a Região exerce as suas competências.

Não podemos por isso aceitar que questões essenciais à gestão do nosso mar sejam decididas à distância por Lisboa.

É por isso que devemos nesta matéria, como também já aqui hoje foi dito, manter uma posição tanto quanto possível unânime de defesa intransigente daqueles que são direitos já consagrados e que não carecem de qualquer interpretação.

Eu aproveito esta minha intervenção também para discordar da apreciação que foi feita pelo PSD quanto à atuação dos Governos Socialistas.

Gostaria de lembrar o vazio, quer em matéria de regulação, quer em matéria de carácter conservacionista, que existia na Região Autónoma dos Açores em 1998.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Lembrava, por exemplo, o pioneirismo e até a audácia desta câmara quando aprovou o Parque Marinho dos Açores, ...

Deputado João Costa (PSD): Esta câmara não é o Governo, Sra. Deputada!

A Oradora: ... que integrou até duas áreas marinhas protegidas fora da ZEE, aliás, num esforço reconhecido internacionalmente.

Não posso também deixar de comentar a intervenção do Sr. Deputado Nuno Melo Alves que veio a este debate para defender o Governo da República, e certamente a Sra. Ministra do CDS-PP que tem a competência destas matérias,
...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Ministra há ano e meio!

A Oradora: ... em vez de assumir claramente a defesa dos interesses da Região, tecendo até (assim eu entendi) alguma crítica por a Região ter vindo a defender, de forma firme e intransigente, aqueles que são os nossos interesses.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Interesses defendidos tarde demais!

A Oradora: Devo dizer, Sr. Deputado, que a sua intervenção vem exatamente na linha das declarações que o líder do seu grupo parlamentar tem proferido nesta matéria. Não se percebe é como é que os senhores podem dizer que defendem os interesses dos Açores, mas esse já é um problema vosso, que os senhores têm que resolver com as açorianas e os açorianos, não comigo certamente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Por último, queria chamar a atenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, não sem antes considerar pertinentes as preocupações que manifestou relativamente à questão da proteção das fontes hidrotermais e que nós partilhamos em absoluto.

É precisamente por termos essas preocupações que as fontes hidrotermais e os montes submarinos são áreas marinhas protegidas, consagradas e reconhecidas no âmbito da OSPAR, e integradas no Parque Marinho dos Açores.

Dir-lhe-ia que estamos à vontade relativamente àquelas que se integram dentro das 200 milhas.

Naturalmente que as duas áreas marinhas protegidas que ficam fora das 200 milhas, pelo menos enquanto não estiver concluído o processo de extensão da plataforma, têm um regime mais aliviado, vamos dizer assim, que é aquele que decorre da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar.

Não podemos ir mais longe, porque nem o Estado Português tem jurisdição sobre essas águas. São águas que se encontram sob a regulação da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar.

Naturalmente que esta questão que o Sr. Deputado Aníbal Pires colocou adensa e explica muito bem a importância de serem os Açores a gerir o seu mar e o seu território, porque efetivamente dispomos de um conjunto de instrumentos ao nível da proteção dos ecossistemas e dos nossos recursos. São esses instrumentos que terão que ser tidos em linha de conta quando se pensar no desenvolvimento de qualquer atividade económica.

A nota que gostaria de deixar aqui, finalmente, é que da parte do Partido Socialista haverá sempre a defesa intransigente daqueles que são os direitos dos Açores face ao seu território, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... mas queria também sublinhar que não temos qualquer dúvida relativamente a esses direitos.

Não acredito que da parte da República também exista dúvidas. Da parte da República existe é um grande descaramento. Isso é outra coisa.

Obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Partido Socialista, José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu faço uma segunda intervenção para recordar que o Partido Socialista sente-se à vontade neste debate, não porque quer comparar o que foi feito até 1996. Conhecemos o que é que não foi feito; não conhecemos o que é que foi feito. É bom recordar algumas coisas que complementam este debate.

Hoje, se existe o Centro Nacional de Vigilância Marítima do Atlântico Norte, em Santa Maria, que é operado pela EDISOFT, isso deve-se ao projeto que lá foi concretizado pela Estação Espacial Europeia, da responsabilidade da ESA, que autorizou a EDISOFT, que é uma empresa ligada à empresa portuguesa de defesa nacional, para que ela instalasse um radar espacial. Vê em termos de infravermelhos, que chamam *Synthetic Aperture Radar*, em que a imagem passa hora a hora naquele satélite, um *footprint* ou uma imagem, e é neste momento vendida para países como a Itália e a Noruega. Curiosamente, o Estado Português não utiliza para a vigilância das águas territoriais e daquelas que ultrapassam mesmo as águas territoriais.

Há aqui um défice – mais um! – da República.

Ironicamente são capazes de pôr as fragatas a zarpar dos portos, a ir ver se há alguma coisa, ou as Aviocar a levantar e a ir ver se há alguma coisa, quando os outros países pedem essas fotografias para ir buscar alguma coisa que efetivamente já foi identificada nesse momento.

O défice não é do Governo Regional. O Governo Regional contribuiu com mais de um milhão de euros para o estabelecimento da ESA em Santa Maria (o anterior Governo e este também tem esses acordos).

Há aqui (se não é desconhecimento) uma má vontade em não vislumbrar que em matéria de segurança há coisas feitas, importantes, que dão centralidade ao país e que são tão só a Agência Europeia de Segurança Marítima que existe em Lisboa, em Alcântara, que reporta e recebe dados do Centro Nacional de Vigilância Marítima do Atlântico Norte, sediado em Santa Maria.

Gostaria de dizer que o documento que falei há pouco é um documento estratégico.

Se há uma estratégia de investigação e desenvolvimento para a Região Autónoma dos Açores, que foi elaborada com base numa audição muito alargada de investigadores, de políticos e de empresas, isso deve ser um documento que aponta não só novos caminhos, como reforça os caminhos existentes. Isso é também matéria do Governo Regional. Portanto, houve pró-atividade nesta área.

Não há efetivamente nenhuma inação.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Agora não se pode vir para aqui invocar infraestruturas que foram feitas, sobretudo alguns partidos que passaram (e eu conheço bem a história pelo menos dos últimos 16 anos) a invocar e a reclamar marinas, portos e outras coisas...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e neste momento demitem-se desse pedido.

Nós não colhemos essas lições neste momento, porque o que temos assistido nos últimos anos é a esses partidos a exigirem do Governo Regional mais obra e mais obra.

Agora, por uma questão de jeito, só falam mal dessas infraestruturas. É preciso esclarecer isso.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Não sou contra as infraestruturas!

O Orador: Outra coisa que é preciso esclarecer neste momento é que o Governo dos Açores, e este continua também com essa preocupação, de 2006 a 2011 (pelo menos são esses os dados que existem), investiu – é disso que se trata – mais de 50 milhões de euros na Universidade dos Açores, quer em matéria de infraestruturas, quer em matéria de apoio à investigação científica e aos Centros de Investigação, incluindo as bolsas, que é uma coisa que gostam muito de falar. Se quiserem falar agora eu também estou à vontade para falar sobre isso.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não parece!

(Risos do Deputado Jorge Macedo)

O Orador: Há aqui também, isso sim, um défice da República que se eximiu e está eximindo outra vez. Aí seria bom que os partidos da oposição que têm responsabilidades na República levantassem a voz contra o garrote financeiro

que agora existe na Universidade dos Açores. Isso é também defender o interesse da Região Autónoma dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Por isso nós não recebemos, mais uma vez, essas lições de, à última da hora, dizer que é o Governo do Partido Socialista que não olha, nem nunca olhou, para as questões ligadas à economia do mar.

Por outro lado é preciso conhecer, e ter também a humildade de pelo menos ler, os projetos de investigação que a Universidade dos Açores hoje em dia tem e que são apoiados no domínio do mar e das pescas.

Quem sabe isso, quem conhece o Plano Estratégico do Mar que está em elaboração pela Secretaria Regional dos Recursos Naturais, quem sabe, por exemplo, que foi apoiada pelo Governo Regional uma tese de doutoramento, que foi concluída em 2012, sobre a questão da governância estratégica e as bases estratégicas para o desenvolvimento do mar, quem sabe efetivamente qual é a participação do Governo do Partido Socialista nestas matérias, uma participação ativa e empenhada, não pode demagógicamente, com 4 ou 5 bases conceptuais, vir para aqui dizer que nós é que descobrimos o mar e os senhores andaram a ver navios esses anos todos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Boca santa!

O Orador: Os senhores é que andaram a ver navios esses anos todos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do Partido Socialista, José Ávila.

(*) Deputado José Ávila (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O peso que o setor das pescas representa para a economia dos Açores (3,6% do PIB e cerca de 20% das exportações) atribui à região enormes responsabilidades na sua gestão e sobretudo na sua preservação.

Os governos dos Açores constituíram como objetivo prioritário nesta área a proteção da nossa Zona Económica Exclusiva, porque sempre foi reconhecido que, para além de uma atividade importante do ponto de vista económico, configura-se também importante em termos sociais e até em termos culturais.

A perseverança neste desígnio há muito reivindicado deu frutos e permitiu aos Açores, recentemente, recuperar a exclusividade para a frota açoriana nas zonas em redor dos montes submarinos situados para além das 100 milhas da nossa ZEE.

A aprovação da não obrigatoriedade da imposição de quotas individuais transferíveis também veio ao encontro das pretensões do Governo dos Açores, garantindo por esta via que a gestão destas questões tenha a sua sede na Região Autónoma dos Açores.

A grande evolução verificada nos equipamentos, nos portos de pesca, a renovação da frota e a formação, trouxeram enormes benefícios, nomeadamente criando melhores condições de segurança, de trabalho e de habitabilidade e também acentuaram a pressão sobre os recursos que, sabe-se agora, são sensíveis e também finitos.

Sem dúvida que estes fatores contribuíram para a dignificação da classe e conseqüentemente do rejuvenescimento dos seus profissionais.

Por outro lado, as oscilações nas capturas, nomeadamente na pesca demersal, vieram levantar outra questão que tem estado na ordem do dia, a gestão dos recursos.

Aqui, a região também viu a União Europeia reconhecer a necessidade de financiar a investigação nesta importante fileira dando a conhecer aos utilizadores do mar a sua real situação. É por isso que estou a falar em grandes avanços.

Obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao próximo inscrito, ao Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico, Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que é de justiça reconhecer que o Governo Regional, no âmbito do seu programa tem uma grande apetência em relação às questões do mar.

A dificuldade que existe aqui – e eu concordo com 80% das formulações que aqui são feitas no âmbito do Programa do Governo, nesta questão específica do mar – está a nível da execução dos princípios que são definidos, do grau de execução dos princípios que estão definidos e de que forma é que concretizamos estes princípios orientadores.

Há aqui um conjunto de matérias que, embora estejam referenciadas, não tem uma descrição suficientemente objetiva. Vou colocar algumas questões concretas neste âmbito.

Por exemplo, temos definido no Programa do Governo que será promovida a integração de um porto dos Açores nas redes transeuropeias de transportes e “atribuição da dotação orçamental para apoio à construção da plataforma logística internacional”.

Estou de acordo com esta medida, mas falta definir, por parte do Governo Regional, qual é o porto. Essa é uma questão absolutamente essencial para que esta medida se concretize, definir qual é o porto. É essa questão que deixo ao Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

Outra questão tem a ver também com o reforço da capacidade da Região no âmbito da pesca em águas profundas e a mais de 100 milhas.

Como se sabe, a nossa frota tem neste momento uma capacidade muito limitada no âmbito da pesca em águas profundas.

Relativamente à capacidade técnica para pescar em águas profundas, temos uma grande margem de progressão, nós e todas as frotas internacionais, e também a capacidade de pescar para além das 100 milhas.

Pergunto ao Governo (uma questão concreta): o que é que pensa o Governo fazer em relação a esta matéria? Aumentar a capacidade da nossa frota nestas duas áreas?

Outra questão concreta:

O Programa do Governo referencia que o ideário do mar nos Açores deve ser promovido nas nossas escolas profissionais.

Eu pergunto: por que não em todo o sistema educativo açoriano? E por que não dar-lhe outra projeção nos nossos currículos? Temos capacidade de adaptar o nosso currículo regional. Por que não dar-lhe outra projeção a nível dos currículos escolares? É uma ideia que deixo.

Por exemplo, no âmbito de uma disciplina como a educação física, por que não introduzir os desportos náuticos, dar outra projeção?

Eu sei que algumas escolas já o fazem, mas devíamos fazê-lo de uma forma global, abrangendo toda a Região e dando essa possibilidade dos desportos náuticos terem outra projeção no currículo escolar.

A mesma coisa na área da biologia, da história, na geografia, dos diversos currículos escolares. Não restringirmos a propagação do ideário da exploração e da valorização do mar dos Açores apenas às escolas profissionais, mas fazemos um esforço suplementar no sentido de aumentar esta projeção também nas escolas no âmbito de todo o nosso sistema educativo, nomeadamente no sistema educativo formal.

Outra questão:

É preciso aqui definir qual é a posição do Governo em relação ao aumento das infraestruturas, como por exemplo, as marinas, os cais de cruzeiros, e todas estas infraestruturas que são importantes, que são negócios que estão a duplicar no espaço de 10 anos e nalguns casos de 7 anos. É preciso definir qual é o futuro.

Já deixei aqui a posição do PPM nesta matéria. Vamos rentabilizar as infraestruturas construídas (as existentes) e só depois pensar num futuro alargamento das nossas competências, das nossas infraestruturas nesta matéria.

Qual é a posição do Governo em relação a novos projetos nesta matéria ou se pensa, de facto, em rentabilizar, em primeiro lugar, aquilo que já existe?

Mais uma questão concreta. O caso de Ponta Delgada é um caso paradigmático.

Em relação à questão dos cruzeiros, temos conseguido atrair um número crescente de navios, mas depois, o que se verifica, é que toda a atividade de potenciação dessa atividade não existe ou não tem sido desenvolvida.

É necessário desenvolver roteiros culturais, é necessário coordenar com os operadores turísticos. Temos que saber quando é que eles chegam e temos que ter uma série de atividades preparadas para os receber, para rentabilizar o negócio, para rentabilizar o turismo.

Relativamente aos nossos museus, aos nossos monumentos, temos que adaptar o seu horário à chegada de quem nos visita.

Portanto, rentabilizar toda aquela que é a nossa logística a esse nível, a nível cultural também, para que possam ser potenciadas essas visitas a esses turistas, que depois podem comprar o nosso artesanato, podem visitar os nossos lugares mais emblemáticos, podem desenvolver uma série de atividades que são importantes para a economia regional.

Deixo-lhe aqui algumas questões concretas.

Fundamentalmente o que considero que é preciso definir, ao nível do Programa do Governo, agora que passaram alguns meses depois da tomada de posse, é todos aqueles temas em que se fala de um porto e não se diz qual, em que se fala de uma estratégia e não se diz qual. É necessário objetivar estas questões.

Uma última questão, para já, que tem a ver com o Centro Internacional de Investigação Atlântica.

A existência deste Centro Internacional de Investigação Atlântica está consignada no âmbito da estratégia nacional e muitos dos investigadores que estão a propor a criação deste Centro Internacional de Investigação Atlântica estão a propor que este centro seja instalado nos Açores.

Eu pergunto: o que é que o Governo Regional está a fazer, conjuntamente com o Governo da República, no sentido de que esta localização se venha aqui a fazer e que condições estamos preparados para dar, para criar esta atratividade em relação a este projeto?

Para já são estas as questões específicas que tinha a formular.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Agradecia que os Presidentes dos Grupos Parlamentares e as Representações Parlamentares fizessem o favor de chegar à mesa porque há aqui uma situação que é necessário resolver de imediato.

(Pausa)

Srs. Deputados, temos um problema técnico com a gravação do plenário. Fui informado que as baterias não estavam a aguentar. É necessário fazer uma interrupção para tecnicamente colocar a gravação do plenário 100%.

Em Conferência de Líderes acordámos que vamos fazer o nosso intervalo para almoço e retomamos os nossos trabalhos às 15 horas.

Muito obrigado. Bom almoço para todos.

Eram 12 horas e 31 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Eram 15 horas e 01 minutos.

Vamos dar continuidade à **interpelação ao Governo Regional, sobre “a estratégia a desenvolver pela Região Autónoma dos Açores no âmbito das diversas vertentes da economia do mar”**, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do CDS-PP, Luís Silveira, que não está presente na sala.

A seguir está inscrito o Sr. Deputado do PSD, Luís Garcia. Quando o Sr. Deputado Luís Silveira chegar, dou-lhe a palavra.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado do Partido Socialista, José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, Luís Viveiros.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro colega Membro do Governo:

Apenas um período para responder a algumas das questões que foram colocadas esta manhã.

Começaria pelos esclarecimentos pedidos pelo Partido Comunista Português, através do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Relativamente às questões da exploração mineral no mar profundo dos Açores, o ponto da situação é o seguinte:

A empresa Nautilus manifestou, após publicitação da Região, o seu interesse em explorar determinadas áreas do mar dos Açores, à volta da Região.

Esta intenção foi alvo de um comunicado público que foi sujeito a eventuais protestos, não tendo obtido qualquer protesto. Ou seja, nenhuma parte interessada se pronunciou contra a intenção da empresa Nautilus.

Começaram então as negociações entre a Região e esta empresa (neste momento ainda decorrem) em que foram colocadas algumas condições. Estamos a aguardar resposta da empresa no sentido de termos a certeza de que fica garantida a não execução de qualquer malefício ambiental e quais os benefícios que a região vai usufruir. Nesta fase que é de potencial risco para a empresa, obviamente que não há benefício maior para a região. Serão depois benefícios advindos no futuro, se se passar à fase de exploração.

De qualquer modo, as preocupações que o Partido Comunista, e muito bem, colocou relativamente à salvaguarda das questões ambientais e da fiscalização daquilo que será a extração no futuro, estarão sempre salvaguardadas com fiscalização presencial, da nossa responsabilidade, ou seja, com presença nos barcos onde esta exploração se faça.

Todo o processo irá ser acompanhado, desde a sua génese até à fase de exploração.

Relativamente às questões colocadas pelo PPM, através do Sr. Deputado Paulo Estêvão, gostaria de fazer aqui algumas considerações.

Relativamente à capacidade de pescarmos para além das 100 milhas, de facto é um processo complexo.

Neste momento temos algumas embarcações com essa capacidade, mas passará naturalmente por uma reformulação da nossa frota no sentido de nos equiparmos, no sentido de podermos, de facto, atingir estas áreas em condições de navegabilidade, de segurança e com equipamentos adequados, em quantidade, que permitam explorar estas zonas.

De qualquer forma há que reconhecer que já foi feito algum esforço nesse sentido, designadamente com a implementação de algumas embarcações na Região, capacitando-as para pescar em águas profundas. Designadamente o peixe-espada preto tem tido algum sucesso.

De qualquer modo isto só será possível com alguns apoios que naturalmente existirão para a modernização da frota pesqueira dos Açores. É essencial para podermos expandir a nossa atividade por estas zonas e criarmos sustentabilidade à atividade da pesca.

Deputado João Costa (PSD): Isso quer dizer que não existe!

O Orador: Relativamente à alteração dos hábitos das pessoas no sentido de aproximá-las bastante mais do mar nestas nossas ilhas rodeadas de mar ao longo de toda a sua costa, o Governo disponibiliza, como referi na minha intervenção inicial, o Programa chamado EduAzMar que permite, de facto, o lançamento de uma série de iniciativas tendentes a promover a educação das pessoas e aproveitarem esta enorme potencialidade que temos à nossa disposição.

A questão da implementação de um Centro Internacional para a Investigação Atlântica é também uma iniciativa que temos acompanhado e que naturalmente daremos a maior atenção através de uma avaliação da Direção Regional dos Assuntos do Mar e também do DOP.

Qualquer iniciativa internacional para o desenvolvimento da investigação das áreas da pesca ou de qualquer outra atividade ligada ao mar, naturalmente que é sempre seguida por nós com o maior interesse e de perto.

Relativamente às questões colocadas pela Deputada Zuraida Soares sobre a atividade da pesca, de facto é a atividade rainha (volto a dizer) no mar dos Açores, mas, dadas as circunstâncias e dada a estruturação deste setor, tem problemas. Não os vamos esconder.

O problema principal é, de facto, o rendimento dos pescadores que tem sido reduzido nos últimos tempos, mas isto deduz numa grande pressão que existe naturalmente sobre esta atividade.

A pesca, como todos sabemos, tem absorvido muitos ativos oriundos de outras áreas de atividade, o que cria nas zonas de pesca mais artesanal uma pressão muito grande sobre o rendimento que depois, quando é dividido pelos vários intervenientes, atinge em algumas circunstâncias valores bastante baixos.

De qualquer modo, a forma de reverter esta situação é promover a reorganização do setor, envolvendo armadores, pescadores e as suas próprias associações, formando melhor as pessoas, criando pescarias alternativas de espécies de maior valia no sentido de diversificarmos o mercado e valorizarmos os produtos da pesca.

Os apoios que existem ao escoamento do pescado são conhecidos. São os apoios que existem no âmbito do POSEI e, nas Ilhas de Coesão, o apoio específico ao escoamento do pescado que é capturado nas Ilhas de Coesão, conforme sabe.

Temos a intenção de implementar a marca Açores, conforme também é público, do produto da pesca, concedendo maior valorização e maior rendimento às vendas.

A última questão que colocou relativamente à fiscalização, a partir de 2004 e até aos nossos dias.

De facto, tivemos uma maior cooperação da marinha, ao que não correspondeu, em alguns anos, a cooperação da Força Área por (naturalmente também sabe) alteração de utilização de determinados equipamentos.

Felizmente que neste momento esta situação está ultrapassada.

Todas as ações de fiscalização são coordenadas pela Inspeção Regional das Pescas, com a colaboração da marinha e neste momento também da Força Aérea em pleno.

Devo dizer que ao crescimento percentual do número de inspeções efetuadas em toda a fileira da pesca, ao longo dos últimos anos, correspondeu também um aumento percentual muito menor das irregularidades, o que significa que, de uma forma geral, toda a fileira está a respeitar mais as regras da pesca e da comercialização do pescado em toda a sua componente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Dou a palavra ao Sr. Deputado do CDS-PP, Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É por todos reconhecido o valor que o mar tem para uma região como a nossa.

Hoje, aqui, já muito foi dito sobre o mar, sobre a importância que ele tem hoje, que teve no passado e certamente que terá no futuro.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: No entanto, gostaria de aqui relembrar alguma da falta de estratégia que tem tido o Governo Regional, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Agora é que começou a correr mal!

O Orador: ... nomeadamente este Governo Regional, suportado pelo Partido Socialista e que governa esta Região, não recuando à altura dos Descobrimentos da região, mas há 16 anos.

Falando nessa estratégia, quer no setor das pescas, quer dos transportes marítimos de passageiros e de mercadorias, quer dos investimentos na área do turismo, nomeadamente nas marítimo-turísticas, no que se confere à Ilha de São Jorge, gostaria de relembrar aqueles que são os compromissos do Governo Regional de há 16 anos a esta parte e até hoje nunca cumpridos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não vás por aí!

O Orador: Posso ir por aí, Sr. Vice-Presidente, porque o CDS-PP...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Sr. Deputado Nuno Melo Alves disse que isso era atirar dinheiro ao mar!

Entendam-se por aí!

O Orador: Vou dizer-lhe porquê.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): De manhã é uma coisa, à tarde é outra!

O Orador: Não! O que é de manhã é o mesmo que é de tarde.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não parece!

O Orador: Sabe o que é? É a falta de competência do Governo Regional dos Açores no que confere a obras marítimas, nomeadamente na Ilha de São Jorge.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Deve ser porque está nervoso!

O Orador: Não estou absolutamente nada nervoso. Vou dizer-lhe porquê.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não precisa ficar nervoso!

O Orador: Sabe o que é que é atirar dinheiro ao mar?

É dar cabo de uma das melhores baías dos Açores, como os senhores deram nas Velas de São Jorge.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se fosse só na Velas de São Jorge!

O Orador: Os senhores começaram de trás para a frente. Os senhores atiraram dinheiro ao mar quando construíram uma marina que não serviu no passado, não serve no presente e certamente não será aquilo que se quer para o futuro. Uma marina que após a sua construção, no mesmo dia, já não tinha lugares, para quem nos visitava, acostar o seu iate ou a sua embarcação. Isso é atirar dinheiro ao mar.

Atirar dinheiro ao mar é construir um núcleo de pescas, contra tudo e contra todos, onde os barcos estão durante todo o inverno em terraplano, porque não conseguem estar na água. Isso é atirar dinheiro ao mar.

Nós não dissemos em parte alguma, Sr. Vice-Presidente, que não queremos que se construam obras marítimas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Disse, disse. Esta manhã!

O Orador: Dissemos que não se atirasse dinheiro ao mar com as construções mal concebidas pelo Governo Regional suportado pelo Partido Socialista.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está a ver se conserta a coisa!

O Orador: Eu não estou a consertar. Agora o senhor fez a leitura que lhe dá jeito, mas não é a leitura que corresponde à verdade dos factos.

Esta é a verdade. Os senhores criaram na baía de Velas de São Jorge um autêntico labirinto. É isso que os senhores criaram.

Criaram um labirinto que hoje não permite inclusive os navios de mercadorias fazer a acostagem conforme deve ser.

No ano de 2012 São Jorge ficou três vezes sem mercadoria. Foi a única ilha dos Açores que isso aconteceu por o porto comercial não ter condições de atracagem. É essa a verdade.

Tanto é, que eu fiz um requerimento a questionar os senhores em julho do ano passado e ainda hoje aguardo a resposta. Não há resposta possível para isso.

É esta a verdade e isto é que é atirar dinheiro ao mar, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Julho do ano passado acabou com a legislatura!

O Orador: Para não fugir às suas responsabilidades, eu pergunto ao Sr. Vice-Presidente do Governo...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A mim?

O Orador: ... onde é que está o aumento do porto comercial de São Jorge prometido e reprometido no manifesto eleitoral...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é deitar dinheiro ao mar, como disse ali o Sr. Deputado!

O Orador: ... do Partido Socialista de São Jorge?

O Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais disse na sua intervenção...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É atirar dinheiro ao mar!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, calma! Ouça! Quem está nervoso é o senhor, não sou eu!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sim, sim!

O Orador: ... hoje, que havia 134 iniciativas ou medidas nos diversos programas de campanha (panfletos, manifestos, não me recordo de qual o termo utilizado pelo Sr. Secretário), para o mar nos Açores.

Pois ele podia conter 200 ou 300. Se as pessoas não as cumprem, não me incomoda nada que em vez de 200 tenha 300.

Onde é que está o aumento do porto comercial de São Jorge?

Era no âmbito do 4º Quadro Comunitário de Apoio.

Sr. Vice-Presidente, nem projeto, nem obra, nem Quadro Comunitário...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É deitar dinheiro ao mar!

O Orador: ... e nem sequer no início do novo se vislumbra que isso aconteça.

A pergunta muito concreta é para quando o aumento do porto comercial de São Jorge?

Ainda falando em obras marítimas, gostava de deixar outra questão ao Governo.

Onde é que está a rampa *roll-on/roll-off* a construir, numa resolução de 2010 do Governo, no porto da Calheta, para os novos navios que os senhores dizem que mandaram construir (só quando os virmos é que vamos acreditar) e que até hoje nunca chegaram? Como é que vão operar no porto da Calheta? A rampa até hoje nunca foi construída. É outra questão que coloco ao Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A mim? Isso é fixação!

O Orador: Depois, digo-lhe outra coisa:

Na estratégia do Governo Regional dos Açores, até aqui da responsabilidade do Partido Socialista (digo-lhe qual é), parece que não há coesão nos Açores. Parece, não! Não há!

Um turista que visite o triângulo São Jorge/Pico/Faial, quando embarca ou desembarca na gare marítima de passageiros da Horta, parece que está a desembarcar em Nova Iorque. Eu não tenho nada contra!

Quando chega à Madalena do Pico, desembarca nas condições que se vê, mas a obra está em andamento.

Quando se chega a São Jorge, parece que estamos no terceiro mundo, Sr. Vice-Presidente: à chuva, misturado com os animais que estão para embarcar, não há eletricidade no porto, é às escuras, não há proteção, as pessoas caem ao mar quando desembarcam (há poucos meses atrás caiu um idoso). Isso é que é atirar dinheiro ao mar, Sr. Vice-Presidente.

As grandes questões que aqui se deixam ao Sr. Vice-Presidente, ou ao membro do Governo que quiser responder, são:

- o aumento do porto comercial de São Jorge;
- a marina da Calheta que o senhor aí tanto falou e que o Partido Socialista esqueceu...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Olhe, é deitar dinheiro ao mar!

O Orador: ... que é um compromisso seu; ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É deitar dinheiro ao mar!

O Orador: - o porto de pescas do Topo que desde 2005 se diz que está no anteprojecto, e que o projecto foi feito em 2008, depois em 2009 e até hoje nunca se iniciou.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas é para fazer a marina ou não é?

O Orador: O senhor é que vai responder.

Vai ou não vai aumentar o porto comercial?

Vai ou não fazer a rampa *roll-off* no porto da Calheta?

Vai ou não fazer a marina da Calheta?

Vai ou não fazer o porto de pescas do Topo?

São estas as questões. Fico a aguardar, Sr. Vice-Presidente, porque o CDS-PP quer que se construam obras, inclusive marítimas, mas obras que sirvam a pessoas e que não sirvam para enganar as pessoas.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Vocês têm que se entender!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Informo o Sr. Deputado Luís Silveira e o Grupo Parlamentar do CDS-PP que não tem mais tempo disponível para este debate.

Dou a palavra ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Agradecer os esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, mas gostaria, se for possível, complementar os esclarecimentos, porque a questão da fiscalização preocupa-nos e preocupa a todos. Não é uma preocupação exclusiva da Representação Parlamentar do PCP, nem nada que se pareça.

Temos uma situação bem recente que tem a ver com a fiscalização dos mares, que é a condenação do Estado Português, do Ministério da Defesa, por ineficácia na fiscalização da atividade das pescas nos mares dos Açores.

Portanto, a região, o país, têm um défice de meios de fiscalização.

O Sr. Secretário disse que será presencialmente nos barcos da empresa.

Uma das questões que eu queria colocar, e se o Sr. Secretário me puder responder eu agradecia, tem a ver com o seguinte:

Quem é que vai estar a exercer essa fiscalização e se a comunidade científica, designadamente o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores vai estar presente.

Era importante, na nossa perspetiva, que nessas equipas de fiscalização estivessem também investigadores nesta área, pois não só pode contribuir para

uma efetiva fiscalização, como pode servir também para o enriquecimento do conhecimento científico neste domínio.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico, Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário dos Recursos Naturais, agradeço as respostas que me deu em relação às questões que tive oportunidade de lhe colocar e de partilhar esse sentido estratégico de realmente aumentarmos a capacidade da nossa frota em relação à capacidade da mesma pescar para além das 100 milhas, aumentar o número de embarcações que passam a ter essa capacidade e também aumentar essa capacidade no âmbito das águas profundas.

Também para referenciar-lhe que não respondeu a uma das perguntas que lhe coloquei.

Não sei se o Governo já definiu ou não esta questão, mas volto a colocar.

No âmbito do Programa do Governo temos esta referência que passo a ler: “a integração de um porto nos Açores nas redes transeuropeias de transporte” e “atribuição de dotação orçamental para o apoio à construção da plataforma logística internacional”.

A pergunta que lhe faço é precisamente esta:

O Governo já definiu qual o porto dos Açores que se irá integrar nas redes transeuropeias de transporte? A que porto será atribuído esta dotação orçamental para apoio à construção da plataforma logística internacional? Presumo que seja o mesmo.

A questão é:

O Governo Regional já definiu qual o porto regional que passa a ter esta capacidade logística?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria aproveitar o pouco tempo que me resta para, agradecendo ao Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais as respostas que deu às nossas perguntas, lembrar e insistir em duas coisas.

Primeiro: as medidas que o Sr. Secretário enunciou de valorização do pescado são aquelas que existem neste momento, mas não enunciou nenhuma medida nova no sentido de implementar um aumento desta valorização. Tanto quanto nós entendemos, é esta a preocupação fundamental do Governo Regional e que tantas vezes, nos últimos tempos, tem sido enunciada.

Portanto, medidas objetivas e novas para aumentar esta valorização.

Estranhamente, até esperava que o Sr. Secretário Regional referisse a LOTAÇOR como uma entidade protagonista e muito importante nestas medidas de valorização do pescado. Estranhei que não o tivesse feito.

Relativamente a novas medidas registo que elas não existem.

Relativamente às ações inspetivas que o Sr. Secretário referiu em número e com resultados, segundo entendi, que o satisfazem, a minha pergunta é:

Entre as 100 e as 200 milhas (porque é neste espaço que o tribunal se pronuncia condenando a ineficácia, a omissão e a negligência do Estado Português), se for possível, o Sr. Secretário Regional nos dar nota de quantas ações inspetivas foram feitas entre as 100 e as 200 milhas, nomeadamente às frotas estrangeiras, às espanholas, àquelas que o próprio tribunal diz que chegaram a ser 60 por mês, com meios, com capacidade e com artes até não seletivas a dar cabo dos nossos recursos.

Essas é que importa perceber se têm aumentado, ou não, ou se está tudo na mesma como estava em 2004.

Finalmente reafirmar de uma forma absolutamente clara que – não é só porque a Constituição o afirma, não é só porque o nosso Estatuto Político-Administrativo o defende – a pretensão surreal do Estado Português de querer para si o poder de decidir sobre os recursos marinhos da Zona Económica Exclusiva dos Açores e reivindicá-la como uma competência nacional, não é só

por ser ilegal à luz das leis vigentes, é porque fazê-lo seria entregar o capoeiro à raposa. Era pôr a raposa a tomar conta do capoeiro.

E a raposa, que neste caso é o Estado Português, já provou à saciedade, aos açorianos, aos órgãos de Governo próprio desta Região e ao país, que é incapaz de cumprir a sua responsabilidade de fiscalização nos recursos vivos da nossa Zona Económica Exclusiva, que fará nos recursos minerais que podem representar 60 mil milhões de euros.

Sras. e Srs. Deputados, é isto que está em causa.

Portanto, o Bloco de Esquerda está perfeitamente associado a todos aqueles e aquelas que dizem ao Estado Português para ele levar a raposa para outro galinheiro, porque aqui não põe o pé.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Sérgio Ávila.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para registar a mudança total de posição do PP sobre estas matérias entra a manhã e a tarde.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Não houve mudança! Houve uma interpretação dos senhores!

O Orador: De manhã o PP dizia que o Governo se tinha limitado a construir marinas e a fazer obras portuárias...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Mal feitas!

O Orador: ... e isso era deitar dinheiro para o mar.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Obras mal feitas!

O Orador: E que a política do mar (cito) “não era construir marinas, nem fazer obras portuárias”.

À tarde, o mesmo partido faz uma intervenção sobre a política do mar e a única coisa que pergunta é quando é que se vai construir marinas e fazer obras nos portos.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): E o senhor não responde!

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Cais de cruzeiros!

O Orador: Das duas, uma: ou mudaram de opinião e de posição total sobre esta matéria, à hora de almoço, ou há um PP na segunda fila e um PP na primeira fila. Os senhores que se entendam.

Deputado José San-Bento (PS): Parece!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): E as respostas para quando?

O Orador: Segunda questão e respondendo concretamente à versão da pergunta da política do mar, à tarde.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Houve várias questões!

O Orador: Nós não prometemos tudo a todos. Prometemos apenas aquilo que podíamos cumprir.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Não é verdade! Prometeram o que não cumpriram!

O Orador: Por isso, estamos em condições de dizer que tudo aquilo que prometemos será cumprido. Para este Governo compromisso assumido é compromisso cumprido.

Os nossos compromissos vamos cumpri-los.

Deputado João Costa (PSD): Em que legislatura?

O Orador: Neste contexto, aquilo que foi colocado nos nossos manifestos de ilha será integralmente cumprido no período em que for definido nesta legislatura.

Deputado João Costa (PSD): E os da legislatura passada?!

O Orador: É este o nosso compromisso com os açorianos, é este o compromisso que vamos cumprir, porque tivemos o cuidado de apenas prometer aquilo que sabíamos que podíamos fazer e não optámos, como outros, em prometer tudo a todos.

Assim temos a credibilidade, a confiança e a segurança que aquilo que dissemos ontem é aquilo que faremos hoje e aquilo que iremos cumprir ao longo desta legislatura.

Deputado João Costa (PSD): Quer dizer que vamos ter mais uns quantos *outdoors* na Graciosa!

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, tudo aquilo que são os nossos compromissos serão integralmente cumpridos ao longo desta legislatura, porque para este Governo compromisso assumido é compromisso cumprido.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Secretário Regional do Turismo e dos Transportes, Vítor Fraga.

(*) Secretário Regional do Turismo e dos Transportes (Vítor Fraga): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção rápida para esclarecer o Sr. Deputado Paulo Estêvão relativamente à questão colocada quanto à integração dos Açores nas redes internacionais de transportes marítimos.

A questão que colocou já havia sido respondida aquando da apresentação do Programa do Governo e o porto que propõe para fazer parte e integrar esta rede é o porto da Praia da Vitória.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Luís Silveira pede a palavra para?

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Para um protesto.

Presidente. Artigo 88º. Tem 3 minutos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vai protestar contra o seu colega de bancada!

Deputado Anibal Pires (PCP): Falta de nível!

(*) Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente do Governo, o senhor teve uma intervenção infeliz e pouco digna para um Vice-Presidente do Governo Regional.

O senhor fugiu às suas responsabilidades nas questões que eu lhe coloquei respondendo que não eu falava verdade.

O que eu disse aqui nesta casa foi que os compromissos do Partido Socialista de São Jorge...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): O senhor pediu a palavra para um protesto!

O Orador: ... não estavam cumpridos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah, não estavam!

O Orador: O senhor respondeu-me que o que eu disse não é verdade, porque aquilo a que se comprometem cumprem e que “compromisso assumido, compromisso cumprido”, que vão cumprir nesta legislatura.

O que eu perguntei ao senhor foi onde é que estava o aumento do porto comercial de São Jorge, prometido no manifesto eleitoral de 2004, prometido no manifesto eleitoral de 2008 no âmbito no IV Quadro Comunitário de Apoio que está a acabar e não há obra nenhuma adjudicada, nem está no orçamento da Região do próximo ano.

Perguntei pelo porto do Topo que está há 3 manifestos consecutivos e que nunca foi feito.

Perguntei pelo núcleo de Recreio Náutico da Calheta que até hoje nunca foi feito e que está no manifesto de 2008.

Foi isso que eu perguntei ao Sr. Vice-Presidente.

A sua não resposta é para fugir, mas isso já percebemos. Os senhores não querem cumprir os seus compromissos.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por isso compromisso assumido, compromisso não cumprido. Enganaram os açorianos e enganaram os jorgenses.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): E o protesto? Pediu a palavra para um protesto!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O artigo 88º do nosso Regimento diz que o contraprotesto terá lugar imediatamente a seguir ao protesto.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

Deputado João Costa (PSD): Então vai contra-protestar por quê?

Também devia reclamar agora, Sra. Deputada! Se não houve protesto!

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que a intervenção que me antecedeu não justifica qualquer intervenção adicional, porque das duas, uma: ou o Sr. Deputado não percebeu o que é que eu disse, ou o que o Sr. Deputado falou não tem nada a ver com o que eu disse.

É isso que tenho para dizer.

A matéria é muito clara, foi muito concreto e objetivo aquilo que dissemos e repetimos: compromissos que assumimos nos nossos manifestos eleitorais das nove ilhas dos Açores para esta legislatura serão integralmente cumpridos nesta legislatura.

Deputado João Costa (PSD): E nas anteriores?

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): E os anteriores a esta legislatura, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: Nós apenas prometemos aquilo que sabíamos que podíamos cumprir.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Srs. Deputados do Partido Socialista de São Jorge...

O Orador: Não prometemos tudo a todos, prometemos apenas aquilo que iríamos fazer.

Portanto, a resposta está mais do que dada.

O Sr. Deputado percebeu muito bem. Se não percebeu o problema não é meu.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa (PSD): A Graciosa está à espera do cartaz!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas dois esclarecimentos adicionais ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

De facto, por falha minha, não fiz essa referência na minha intervenção anterior, mas naturalmente pretendemos colocar na fiscalização, para além de pessoas ligadas à administração pública ou ao Governo, também os cientistas da Universidade dos Açores, para poderemos enriquecer o conhecimento da Região relativamente a estas questões.

Relativamente à Sra. Deputada Zuraida Soares, e no que tem a ver com as medidas de fiscalização para além das 100 milhas, como sabe existe um sistema, que é o MONICAP, que é coordenado pela Inspeção Regional das Pescas em permanente contato com a Força Aérea e com a marinha. É aí que está assente toda a nossa atividade.

Não lhe sei dizer exatamente os números, em concreto, de quantas inspeções foram feitas nessa zona, mas de uma forma global o aumento que tem sido conseguido nos últimos anos em toda a inspeção é de cerca de 13% nos últimos 5 anos.

Não lhe sei dizer exatamente desta percentagem quanto é que corresponde à zona das 100 milhas.

Ficará para uma próxima oportunidade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Não tenho mais nenhuma inscrição. Dou a palavra ao interpelante para encerrar o debate, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, do Partido Popular Monárquico.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considero que assistimos a um debate sobre uma questão estratégica.

Nesta questão estratégica, tirando aspetos de pormenor, penso que a câmara demonstrou que existe do ponto de vista estratégico uma grande confluência dos diversos partidos políticos nos Açores.

Estamos todos disponíveis para colocar os Açores em primeiro lugar no âmbito da defesa daquele que é o interesse da Região nas questões marítimas, na defesa do mar dos Açores.

Estamos todos de acordo, estamos todos ao mesmo nível nessa questão.

É evidente que da nossa parte há uma questão fundamental que é a relação com o Estado.

Aqui é preciso definir o seguinte:

A gestão do mar dos Açores pertence aos órgãos próprios dos Açores. Isto é absolutamente evidente para quem lê o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e é aquilo que também consagra a Constituição da República Portuguesa.

Nesse sentido, considero que o Quadro Legal é um quadro evidente e o Estado não deve intrometer-se naquela que é a função que foi reconhecida do ponto de vista constitucional à Região, que é a capacidade de gestão da nossa Zona Económica Exclusiva e da Zona Adjacente da plataforma continental que irá aumentar também o mar dos Açores.

Eu defendi esta nossa capacidade neste debate e várias forças políticas tiveram oportunidade de o fazer também.

Nós estamos especialmente vocacionados para o fazer em nome da nação portuguesa, porque estamos mais próximos, conhecemos melhor o que está em causa, ao contrário do Estado, que está a decidir longe e muitas vezes com interferência de um conjunto de interesses muito grandes para o futuro.

Como a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda falava, o Secretário de Estado, do atual Governo da República, fala que daqui a médio prazo, no prazo de 15 a 20 anos, podemos estar a falar de uma exploração do mar dos Açores que pode render 60 mil milhões de euros.

É um número brutalmente otimista. Talvez não chega a atingir estes valores, mas de qualquer das formas se atingir 50% estamos a falar em 30 mil milhões de euros.

O nosso orçamento executado anda à volta dos mil milhões de euros.

São valores extraordinariamente elevados a médio prazo e temos que garantir que este sentido de progresso, este interesse estratégico da região, tem que ser devidamente acautelado.

Para ser devidamente acautelado eu considero que é fundamental que as forças políticas dos Açores trabalhem com conjunto na defesa dos interesses dos Açores.

É fundamental e já verificámos que não existem grandes diferenças estratégicas. As diferenças que existem são em relação à apreciação que os partidos políticos têm da execução que o Governo faz das políticas marítimas com que se compromete no âmbito da atividade marítima e o grau de execução com que as mesmas estão a ser feitas.

Do ponto de vista da projeção estratégica ela não é muito diferente.

Eu penso que deste debate o que é importante que saia lá para fora, para o Governo da República, para a opinião pública dos Açores, é esta ideia de unidade do Parlamento dos Açores na defesa do interesse, na defesa do mar dos Açores. Esta é uma questão absolutamente fulcral.

Segunda questão:

Da parte do PPM vamos acompanhar muito de perto a execução das políticas nesta área.

Sabemos que as políticas nesta área exigem um investimento e um acompanhamento constantes. Não produzem resultados a curto prazo. Temos que esperar. São políticas que têm uma projeção de médio e longo prazo. É necessário insistir.

Evidentemente, para o político que procura um resultado no final da legislatura é um investimento que não pode apresentar de forma tão objetiva ao seu eleitorado, mas é importante que se faça na mesma, que se tenha uma visão, no âmbito da governação, de médio a longo prazo.

Esta visão de médio a longo prazo obriga a que a região continue a fazer este investimento a pensar que daqui a 10, 15 ou 20 anos podemos ter resultados muito importantes para a Região Autónoma dos Açores, que podem garantir o futuro das futuras gerações, passe a redundância.

Nesse sentido, é esta uma questão estratégica.

Para terminar, Sr. Presidente, deixar aqui a disponibilidade do PPM no sentido de encontrar mais pontos de confluência, de trabalharmos em conjunto, de abirmos mais pontos de diálogo com os diversos partidos políticos e de tornarmos esta questão numa questão verdadeiramente de patriotismo autonómico.

O PPM tem ideia daquela que é a nossa importância do ponto de vista parlamentar e temos também a humildade de verificar que somos apenas mais um parceiro. Não somos o melhor, não somos os mais interessados, não somos de certeza absoluta os mais empenhados. Não temos essa pretensão, não temos a pretensão de liderança. Temos a pretensão de ser mais um agente político envolvido na questão da defesa do mar dos Açores. É essa a nossa pretensão.

Ao Governo, ao Partido Socialista, lançamos este repto de defendermos o mar dos Açores em plano de igualdade de todas as forças políticas e de não fazermos desta questão do mar dos Açores uma questão partidária, mas fazer dela uma questão de regime autonómico.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Terminado o debate de interpelação ao Governo, vamos saltar do ponto 1 para o ponto 4. O ponto 2 vai ser discutido amanhã de manhã e o ponto 3 na quinta-feira de manhã.

Vamos passar para o **Projeto de Resolução n.º 2/X - rejeita o Memorando de Entendimento assinado entre o Governo Regional e o Governo da República**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Também queria informar a câmara que foi distribuído pelas Sras. e pelos Srs. Deputados uma proposta de substituição integral da Representação Parlamentar do PCP.

Vamos discutir esta proposta de substituição e depois votaremos a mesma.

Informo também o Parlamento que os tempos disponíveis para a discussão deste Projeto de Resolução são os seguintes:

Governo Regional - 25 minutos

Proponente (o PCP) - 25 minutos

PS - 25 minutos

PSD - 20 minutos

CDS-PP - 13 minutos

BE - 10 minutos

PPM – 10 minutos.

Tem a palavra o proponente, o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para que serve a Autonomia?

Para quê e com que objetivo resolveu o legislador Constitucional consagrar no artigo 6º da Constituição que “Os arquipélagos dos Açores e da Madeira constituem regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos e de órgãos de governo próprio”?

Foi ou não foi para promover a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico e a promoção e defesa dos interesses regionais, como está dito no artigo 225º da Constituição?

Serve por isso, para que sejamos nós, aqui nos Açores, e mais ninguém, a definir democraticamente os melhores caminhos e as melhores políticas para o desenvolvimento da nossa Região.

Serve para nos permitir criar mecanismos para compensar os custos de insularidade, sim, mas serve também para proteger os Açores das políticas da República que, quando aplicadas ao nosso arquipélago, lesam o interesse regional e prejudicam a qualidade de vida dos açorianos.

Depois de uma luta de mais de um século, a aurora libertadora do 25 de Abril permitiu-nos, finalmente, conquistar esse direito, essa liberdade. É apenas por isso que estamos todos aqui agora nesta sala. A defesa da Autonomia democrática é o nosso primeiro dever!

Esse é o sentido político da nossa proposta: recuperar a Autonomia dos Açores que foi alienada por um acordo iníquo, ilegítimo e ilegal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

É a avaliação desse chamado “Memorando de Entendimento” entre o Governo Regional e o Governo da República que nos cumpre aqui fazer. E poderíamos, talvez, resumi-las a três perguntas fundamentais:

O Memorando extravasa ou não o que são as competências do Governo Regional e invade ou não as competências deste Parlamento?

O Memorando prejudica ou não o desenvolvimento da Região e o bem-estar dos açorianos?

O Memorando retira ou não direitos à Região, alienando a nossa Autonomia?

Quanto à primeira pergunta:

Quando se impõe que a Região aplique todas as medidas que visam garantir o cumprimento dos objetivos do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro; quando se obriga a que a Região reduza o número de funcionários públicos e aplique zelosamente todos os cortes de que o Governo da República, ficando proibida de tomar qualquer medida compensatória, não se está a invadir as competências da Assembleia Regional?

A quem é que pertence, afinal, a competência para legislar sobre matéria orçamental ou sobre a organização da Administração Pública?

Penso que a resposta é iniludivelmente clara para toda a gente: Com este Memorando, o Governo Regional usurpou ilegalmente as competências que pertencem à Assembleia Regional e assumiu compromissos em matéria que não lhe compete decidir.

Quanto à segunda pergunta:

Conhecemos bem o agravar da recessão económica no nosso arquipélago e a sua face mais grave e mais visível, o desemprego. Quando nos obrigam a aplicar com zelo medidas de austeridade cada vez mais pesadas, estaremos a contribuir para inverter esse ciclo vicioso? Quando nos condicionam na nossa capacidade de investimento, sacrificada à obsessão orçamental, estaremos a insuflar algum ânimo e dinamismo económico na Região? Quando nos forçam a

reduzir postos de trabalho na Administração Pública, estamos a combater o desemprego?

Não! Não, Sras. e Srs. Deputados.

Quando seguimos esse rumo alegremente subscrito pelo Governo Regional, o que estamos a fazer é a cavar mais fundo o fosso da recessão, a empurrar mais e mais açorianos para o desemprego, a aumentar deliberadamente a crise nos Açores.

Finalmente, quanto à terceira, por ventura a mais fundamental das perguntas: o Memorando prejudica ou não os direitos da Região, limita ou não a nossa Autonomia?

Se o que enumerámos até aqui não bastasse para responder, o enunciado no ponto 5 do Memorando definitivamente chega: a Região passa a estar obrigada a enviar a proposta de Orçamento Regional para pré-aprovação pelo Governo da República,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pré-aprovação?

Onde está isso?

(Risos do Vice-Presidente do Governo Regional)

O Orador: ... antes mesmo de esta ser do conhecimento desta Assembleia! É a marca, real, da perda do pilar mais relevante da Autonomia: deixamos de poder dispor livremente das nossas receitas. Deixamos de ser uma Assembleia legítima, porque democraticamente eleita, para passar a ser um conselho de gestão!

Fica assim claro o conteúdo e a consequência deste Memorando de Entendimento. Os Açores e os seus órgãos de governo próprio deixaram de poder decidir livremente e passaram a ser tutelados pelo Ministério das Finanças!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional foi mandatado, em eleições livres e legítimas, para garantir a sustentabilidade das contas públicas. Assumidamente não conseguiu cumprir esse encargo que o Povo Açoriano lhe atribuiu.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Isto combinado não saia melhor!

O Orador: Compete-lhe, por isso, agora, resolver o problema que a sua própria incapacidade gerou. Mas isso não lhe dá nem competência nem legitimidade para ir entregar ao credor a Autonomia que os açorianos demoraram mais de um século a conquistar!

A necessidade de assumir compromissos para obter um empréstimo da República, entende-se, aliás, enquadra-se perfeitamente no espírito da solidariedade e coesão nacionais, previstos na Constituição e no Estatuto Político-Administrativo. No entanto, isso de forma nenhuma autoriza o Governo a alienar o núcleo fundamental das competências autonómicas.

Ninguém, nenhum de nós, foi mandatado pelo povo açoriano nem tem legitimidade para acabar com a Autonomia dos Açores!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional:

O verdadeiro objetivo político por trás deste Memorando é claro: Amarrar os Açores ao cumprimento do Acordo com a Troika que o PS negociou e também subscreveu. O que o PS pretende com este Memorando é impedir que a Autonomia Açoriana possa ser usada para minimizar os efeitos mais gravosos da política da Troika.

E assume esta atitude vergonhosa, porque sabe que é justamente o seu Governo Regional que vai ser beneficiado pela austeridade. Vai ser o Governo Regional que vai embolsar os cortes e reduções – aliás, como aconteceu com o subsídio de Natal e com o 13º mês – que nos serão impostas por este Memorando.

Assim, vão poder – tal como fazem em relação à Lei das Finanças Regionais – atirar com todas as culpas para o Governo de Passos Coelho/Paulo Portas e meter ao bolso o dinheiro roubado aos açorianos!

O PS se, por um lado, critica a austeridade e exige a renegociação do Acordo com a Troika, por outro, defende o Memorando que nos obriga a aplicá-lo. Em que ficamos, Sras. e Srs. Deputados?

Primeiro arruinam a Região para pagar os custos da sua rede de clientelas e garantir a sua sobrevivência no poder. Depois, entregam de mão beijada a Autonomia...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso foi escrito em Lisboa! Foi escrito pelo Comité Central! Não acredito!

O Orador: ... que demorou centenas de anos a conquistar em troca de uns cobres para ir tapando alguns buracos! É vergonhoso e inaceitável!

Atrevo-me mesmo a dizer: antes endividados do que à Troika sujeitos!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Até está a custar-te dizer isso!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional da Saúde:

A nossa proposta diz respeito à rejeição, no imediato, de um Memorando ilegal, ilegítimo e inaceitável. Mas diz sobretudo respeito àquele que é o primeiro dever deste Parlamento:

Defender a liberdade do nosso Povo, recuperar a nossa Autonomia!

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para o debate do Projeto de Resolução.

Não tenho nenhuma inscrição.

(Pausa)

Aguardo inscrições das Sras. e dos Srs. Deputados.

Deputado João Costa (PSD): E do Governo, já agora!

Presidente: E do Governo, também.

Passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo, Sérgio Ávila.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que sobre o tema que agora é trazido já tivemos oportunidade de referir imensas vezes. Já foi debatido, esclarecido e discutido. Sobre essa matéria penso que não existirão dúvidas.

No entanto, permita-me, Sr. Deputado, que realce, hoje, sim, a oportunidade e o interesse do tema que aqui traz, porque é altura de todos ponderarmos – não todos, porque há pessoas que falaram sobre este tema há uns meses atrás e que não estão na sala, mas se calhar terão que oportunamente voltar, se assim o desejarem – e foi um tema muito debatido na campanha eleitoral.

Hoje, foram repetidos alguns argumentos pelo Sr. Deputado Aníbal Pires que importa clarificar e comprovar.

Foi dito, durante esta campanha eleitoral, repetidamente, que, no âmbito deste Memorando, o principal aspeto negativo é que punha em causa a nossa autonomia, porque a partir da assinatura do Memorando implicava (cito aquilo que o PSD disse e repetiu) “um visto prévio do Ministério das Finanças em relação às propostas de orçamento e planos previsionais da região antes de serem apresentados a esta Assembleia.”

Foi esta a acusação que nos fizeram durante a campanha eleitoral.

Hoje, e passo a citar, o Sr. Deputado Aníbal Pires disse que, com este nº 5 do Memorando, passaríamos a estar sob a tutela do Ministério das Finanças.

Disse mais: que o Orçamento da região passaria a ter que ser pré-aprovado pelo Ministério das Finanças.

Deputado Berto Messias (PS): Bem lembrado!

O Orador: Foi isso que disse o PP, foi isso que disse hoje o PCP, foi isso que disse o PSD durante a campanha.

A pergunta que coloco a todos, Srs. Deputados, é:

Será entregue amanhã, às 14 horas, a proposta de Orçamento e o Plano de Investimento para 2013 do Governo Regional, à Assembleia. Onde é que está o visto-prévio do Ministério das Finanças que nos acusavam que éramos obrigados a ter?

Deputado José San-Bento (PSD): Muito bem!

O Orador: Onde é que está a tutela do Ministério das Finanças que nos disseram que nos tínhamos comprometido?

Onde é que está a pré-aprovação do Ministério das Finanças que os senhores disseram que estava neste documento?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Esta é, hoje, a oportunidade plena para este debate, porque como dissemos não há, nunca houve, e não está no Memorando qualquer visto prévio do Ministério das Finanças, qualquer tutela do Ministério das Finanças sobre os documentos, nem está qualquer pré-aprovação do Ministério das Finanças porque este Memorando respeita integralmente as competências do Governo e desta Assembleia sobre esta matéria.

Como sempre dissemos era esta a verdade em setembro passado, é esta a realidade hoje e nesta, como em todas as matérias, a verdade vem sempre ao de cima.

Também importa nesta abordagem dizer que, ao contrário do que foi dito na campanha, este Memorando não impede que se aumente, como já foi anunciado pelo Sr. Presidente do Governo, em 3% o Complemento Regional de Pensão.

Ao contrário do que foi dito por alguns partidos durante a campanha eleitoral, este Memorando também não impede que se mantenha o Complemento Açoriano de Abono de Família, a Remuneração Complementar, a Remuneração Compensatória, o Complemento Regional de Apoio aos Idosos na aquisição de medicamentos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que dissemos em setembro, antes das eleições, é o que estamos a fazer hoje. Os outros não poderão dizer o mesmo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Por falar também em Memorando e nas consequências do Memorando, ouvi (foi dito por aí) que a redução do diferencial fiscal tinha a ver

com o Memorando assinado entre o Governo Regional e o Governo da República.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Claro que tem!

O Orador: Então pergunto-lhe:

No Orçamento que vamos entregar amanhã na Assembleia Regional (nesta casa) mantemos o diferencial fiscal nos termos que existia: nos 30% do IRC, nos 30% do IVA e nos mesmos termos que havia no IRS...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já foi feita a revisão da Lei de Finanças Regionais?!

O Orador: ... estando o Memorando assinado desde agosto. Então se fosse por causa do Memorando Regional já não podíamos ter este diferencial fiscal de 30% que vamos manter no Orçamento da Região.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Está na Lei de Finanças Regionais que ainda não foi alterada!

O Orador: Aqui está a verdade dos factos e como tudo na vida a verdade vem sempre ao de cima.

Felizmente, sobre todas estas matérias, a verdade veio ao de cima. Tínhamos razão. Aquilo que dissemos em setembro é aquilo que dizemos e confirmamos hoje.

Os outros não poderão dizer o mesmo.

Mas mais importante que isso, permita-me saudar o Sr. Deputado Aníbal Pires pela oportunidade deste debate que permitiu esclarecer definitivamente estas questões.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Saúde)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Socialista, Rogério Veiros.

Deputado Rogério Veiros (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Rogério Veiros prescinde.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Antes de rebater algumas das questões que o Sr. Vice-Presidente aqui colocou, até porque tenho algumas perguntas para lhe devolver, apenas fazer um esclarecimento.

A proposta de substituição que foi apresentada...

(Aparte inaudível do Sr. Vice-Presidente do Governo)

O Orador: Eu sei, Sr. Vice-Presidente, mas deixe-me justificar, se me permite.

Permita-me que justifique por que é que aparece uma proposta de substituição integral ao projeto inicial. Se me permitir eu fá-lo-ei.

O objetivo desta proposta de substituição, que foi distribuída por todas as bancadas, foi para retirar qualquer alusão, ou juízo do âmbito jurídico, do texto, exatamente para que não pudesse vir a ser acusado, designadamente pela bancada do Partido Socialista, de estar a invadir competências que não são desta Assembleia, até porque o objeto do Projeto de Resolução põe em causa exatamente o facto do Governo Regional ter trocado a autonomia, competência da Assembleia. Ou melhor, assumiu competências que não lhe pertenciam, porque essas competências são da Assembleia.

Quanto à questão da oportunidade. É evidente que é oportuno. Todos os debates que estejam centrados na defesa da autonomia são oportunos.

O debate sobre o Memorando de Entendimento que foi assinado pelo Governo Regional com o Governo da República é, no essencial, um debate sobre a

defesa das questões autonómicas que, de facto, pelo Memorando que V. Exa. assinou, foi vendida a autonomia a troco de 136 milhões de euros.

Já agora, Sr. Vice-Presidente, gostava de lhe devolver a pergunta que endereçou à câmara, não só a mim mas a todas as outras bancadas:

Cumpriu ou não o visto prévio que é exigido no Memorando?

É que se não cumpriu... O Sr. Vice-Presidente é que tem que resolver isso.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu?

O Orador: Está no Memorando, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está? Onde? Diga lá!

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Ponto 5, número 2!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, reconheço-lhe muitas qualidades...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Olhe que se ouvem isso lá fora...

O Orador: Sr. Vice-Presidente, agora estou a louvá-lo.

Reconheço-lhe muita inteligência, muita competência, muita capacidade de trabalho, mas Sr. Vice-Presidente há uma coisa que V. Exa. não é capaz de fazer. É o seguinte:

Sr. Vice-Presidente, por que raio o nosso Orçamento havia de já lá trazer o diferencial fiscal se a Lei das Finanças Regionais ainda não foi revista e aprovada?

Deputado João Costa (PSD): Ora aí está!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah! Está na Lei de Finanças Regionais, não está no nosso Memorando! Certo!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, pois é evidente.

O Memorando que V. Exa. assinou traz para a Região a obrigação do cumprimento integral do pacto que a República assinou com a troika.

No pacto que a República assinou com a troika está lá a imposição da revisão da Lei de Finanças Regionais, designadamente no que concerne à redução da diferenciação fiscal.

Portanto, V. Exa. não pode vir a esta câmara dizer que o Orçamento, afinal de contas, vai vir ainda com as questões do diferencial fiscal nos 30%. Claro, Sr. Vice-Presidente! Isso todos percebemos.

A Lei das Finanças Regionais ainda não foi revista. Está num processo legislativo na República e até não sabemos muito bem qual será a versão final da Lei das Finanças Regionais, porque eventualmente até se pode conseguir que não haja redução do diferencial fiscal, mas não me parece, uma vez que o Primeiro-Ministro já disse que isso não era para aceitar.

Sr. Vice-Presidente não venha com essa argumentação, que eu só posso adjetivar de demagógica, dizer que a proposta de Orçamento que vai ser apresentada não consagra ainda o diferencial fiscal.

Melhor seria que já trouxesse consagrada a redução do diferencial fiscal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do Partido Social Democrata, António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta primeira intervenção serve apenas para colocar duas questões ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

De alguma forma, as duas questões já foram afloradas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, mas são duas questões muito concretas e diretas.

Caso, na pior das hipóteses, não seja aprovada a proposta de alteração que o PSD apresentou em sede da Assembleia República, relativamente à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, de manutenção do diferencial fiscal em 30%, ou seja, se se verificar aquilo que consta do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de redução para 20%, quando é que produzirá efeito esta redução do diferencial fiscal para 20%?

Quanto é que prevê que ela venha a produzir efeitos, designadamente se é já no Orçamento para 2013?

Segunda questão:

Deputado Berto Messias (PS): Fale com os seus colegas de Lisboa!

O Orador: O Governo Regional cumpriu ou não o nº 5 do Memorando de Entendimento entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores...

Deputado Costa Pereira (PSD): Caiu a máscara!

O Orador: ... que diz: “o Governo Regional dos Açores compromete-se, para efeitos de apreciação técnica, a dar conhecimento dos seus documentos previsionais e eventuais revisões ao Ministério das Finanças antes da sua apresentação à Assembleia Legislativa Regional”?

Foi ou não cumprido o ponto 5?

Quando é que prevê que venha a produzir efeito uma eventual revisão do diferencial fiscal, caso a proposta de alteração do PSD não seja aprovada?

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor tem que perguntar isso é aos seus colegas de Lisboa!

São as propostas inconsequentes do PSD!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra de imediato para a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apetecia-me começar assim: vamos lá ver se nos entendemos e se é desta vez que, de uma vez por todas, conseguimos esclarecer os açorianos e açorianas sobre tudo aquilo que tem sido dito, desdito e redito...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: ... acerca do Memorando de Entendimento assinado entre a Região Autónoma dos Açores e o Governo da República.

Nesse sentido vale a pena olhar com atenção qual é a proposta, a recomendação, deste Projeto de Resolução que a Representação Parlamentar do PCP traz a esta casa.

Recomenda ela ao Governo Regional que rejeite o Memorando de Entendimento assinado com a República – ponto 1.

Ponto 2 – que o substitua por um acordo de cooperação a fim de fazer face às necessidades de financiamento da dívida pública regional, mas fazer face a esta dívida pública no respeito pela Constituição da República Portuguesa, pelo nosso Estatuto Político-Administrativo, pela Lei de Finanças Regionais – que ainda não sabemos bem neste momento como é que vai ser – e já agora com o conhecimento prévio da Assembleia Legislativa dos Açores, coisa que não aconteceu (nunca é demais recordá-lo) com o Memorando de Entendimento de que estamos a falar.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

A Oradora: Sendo esta a ocasião (comecei eu por dizer) para tentarmos pelo menos clarificar definitivamente os açorianos e açorianas e pormos um ponto final nas manipulações e no ilusionismo que tem sido feito para iludir este povo açoriano, eu levanto três questões concretas ao Governo Regional e à bancada Parlamentar do Partido Socialista.

O Líder Parlamentar do Partido Socialista, aquando do envio para o Tribunal Constitucional do pedido de fiscalização sucessiva de 5 normas do Orçamento de Estado para 2013, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na nossa câmara, afirmou o seguinte (vou passar a citar):

“No âmbito da sobretaxa do IRS, o Orçamento de Estado, tal como está, é duplamente penalizador para os Açores. Primeiro porque o Governo da República fica com uma verba que constitucionalmente faz parte das receitas próprias da região e, em segundo lugar, porque a sobretaxa destina-se a repor [reparem agora especialmente nesta última parte] subsídios que foram erradamente retirados aos funcionários públicos”.

Vou voltar a ler:

Deputado Berto Messias (PS): Nem eu leria melhor!

A Oradora: “ (...) a repor subsídios que foram erradamente retirados aos funcionários públicos”.

Se foram erradamente retirados aos funcionários públicos e se é isto que afirma o Partido Socialista na Região Autónoma dos Açores, primeira pergunta: por que é que foram também retirados, por iniciativa do Governo Regional...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ...nesta Região?

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Não foi por iniciativa do Governo Regional!

A Oradora: Já lá vamos, Sr. Deputado.

Esta é a primeira pergunta: se foram erradamente retirados, por que é que o Governo Regional, os retirou aqui também?

Deputado Berto Messias (PS): Não foi por iniciativa do Governo Regional. A senhora está a chover molhado!

Quem tirou os subsídios aos portugueses foi o Governo da República!

A Oradora: Sr. Presidente, eu queria continuar sem ser obrigada a gritar... mas o Sr. Presidente está ausente!

Deputado Berto Messias (PS): Quem tirou os subsídios aos portugueses foi o Governo da República do PSD e do CDS-PP! Não restem dúvidas.

A Oradora: Sr. Presidente, eu estava a pedir-lhe para me permitir continuar sem ter que gritar.

Presidente: Sra. Deputada, tem todo o direito em fazer a sua intervenção...

A Oradora: Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: ... em silêncio e agradecia que todos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas...

A Oradora: Não é preciso silêncio, ...

(Risos da Câmara)

... só não quero é ser obrigada a gritar. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Peço aos Srs. Deputados que façam favor de ouvir a Sra. Deputada.

A Oradora: Segunda pergunta: sendo errado os cortes destes subsídios, que afinal foram também cortados na Região, por que é que o Governo Regional se recusa a aumentar na Região o salário mínimo regional, embora reconhecendo que a falta de poder de compra é o principal fator de morte e de definhamento da nossa economia?

Terceira pergunta: por que é que o Governo Regional se recusa a aumentar de uma forma decente e com significado as pensões de miséria, as pensões mais baixas que milhares de aposentados e reformados recebem na nossa Região?

E por que é que o Governo Regional se rejeita a adaptar à nossa região um Código de Trabalho, salvagem, pelo contrário, trazendo decência e respeito pelos trabalhadores açorianos e pelas trabalhadoras açorianas?

A pergunta que lhe faço a si diretamente, Sr. Vice-Presidente é:

Se tudo isto é possível à luz do Memorando de Entendimento estabelecido entre a Região e a República, se nada disto está proibido ao Governo Regional, então Sr. Vice-Presidente só há uma conclusão a tirar, das duas, uma:

Ou afinal o Governo Regional e o Partido Socialista concordam com as medidas do Memorando de Entendimento assinado pela troika e mente aos açorianos quando aqui se ataca e quando aqui se atira ao Governo da República por aquilo que está a fazer ao continente;

Ou, pelo contrário, o Governo Regional está proibido de aqui implementar medidas anticíclicas que vão, ao contrário e à revelia do que é imposto no Memorando da Troika.

Agora, este é o momento e o local para, de uma vez por todas, esta situação ser esclarecida, seja pelo Governo Regional, seja pelo Partido Socialista.

Ou estão de acordo com estas medidas ou não estão.

Os senhores dizem que não estão.

Então se não estão por que é que aplicam todas elas na Região?

Mais, não só as que estão inscritas no Memorando da Troika, mas muito para além delas como os senhores, e bem, têm chamado tantas vezes à atenção aqui na Região Autónoma dos Açores.

É porque aquilo que é mau, aquilo que é penalizador, aquilo que é criminoso para a economia no Continente, tem o mesmo resultado aqui, nas famílias, nas empresas, nos trabalhadores e na nossa economia.

Sr. Vice-Presidente, por favor, veja se clarifica e se esclarece, ao contrário do que o Sr. Vice-Presidente disse, esta questão está longe de estar esclarecida.

Veja e tente, peço-lhe de uma vez por todas, falar verdade aos açorianos e dizer-lhes definitivamente por que é que o Governo Regional diz uma coisa e faz exatamente o seu contrário.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do Partido Socialista, Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O acordo que está em discussão e que foi assinado entre o Governo Regional e a República era necessário face àquilo que são as circunstâncias que o nosso país vive.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ah! Não é a Região! É o país!

O Orador: Em primeiro lugar, era necessário definir e quantificar aquilo que deve ser a participação e o esforço da Região na consolidação orçamental e financeira do país.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Temos que dar um dinheirinho ao país!

O Orador: Em segundo, contratualizar a calendarização das medidas constantes no Memorando da Troika fazendo referência às regiões autónomas que não tinham a devida calendarização.

Terceiro, estabelecer um relacionamento financeiro sem prejuízo da Lei de Finanças Regionais entre a Região e a República.

Quarto, assegurar os mecanismos de acesso da Região aos mercados financeiros.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É só novidades!

O Orador: Estes eram os quatro objetivos que a Região se propunha neste acordo.

Foram amplamente alcançados e foi um bom acordo para a Região Autónoma dos Açores na medida em que foi um acordo que permitiu que as açorianos e os açorianos, em muitas das medidas, que são aquelas medidas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quais medidas?

O Orador: ... a que está sujeito o nosso país, ficassem imunes a algumas dessas medidas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quais?

O Orador: Srs. Deputados, o acordo da troika obrigada a muitas outras medidas que iam para além daquilo que está a ser aplicado hoje, nos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não posso crer!

O Orador: Nos Açores, temos um governo que tenta não aplicar a austeridade, ao contrário da República em que temos um governo que vai para além da troika e que quer a austeridade pela austeridade.

Queria dizer-vos ainda mais, Srs. Deputados.

Este acordo que aqui foi feito permitiu-nos ter acesso aos mercados financeiros exclusivamente para refinanciar dívida, não recorrendo ao sistema bancário, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ministério das Finanças!

O Orador: ... retirando capacidade de financiar a nossa economia, de financiar as nossas famílias, as nossas empresas.

Por isso, foi também um acordo que nos permitiu ter acesso a taxas de juro mais baratas.

Essa poupança financeira que a Região está a fazer permite que atualmente consigamos investir esse dinheiro no apoio às famílias e às empresas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E a roubar aos trabalhadores da administração pública regional!

O Orador: É com isso que este Governo se preocupa, tenta governar e governa da melhor forma.

Gostaria de acrescentar aqui algumas questões.

O Sr. Deputado Aníbal Pires, primeiro, apresentou um documento onde considerava que o acordo era ilegal e ilegítimo.

Depois, retirou e alterou a sua proposta considerando que o acordo já não é ilegal, nem ilegítimo. Mas nas suas declarações da tribuna considerou este acordo ilegal e ilegítimo.

Sr. Deputado, afinal em que é que ficamos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já lhe explico!

O Orador: Se ele é ilegal e ilegítimo, o senhor não tem que pedir a sua revogação.

O senhor tem que decidir em que é que fica.

Sr. Deputado António Marinho, eu não sou especialista em contas públicas...

Deputado António Marinho (PSD): E eu não sou Presidente do Governo!

O Orador: ... nem ambiciono ter a sua experiência nesta matéria, mas parece-me que a atual proposta de Orçamento para 2013 deve ser feita de acordo com as taxas fiscais que estão em vigor e de acordo com a Lei de Finanças Regionais que está em vigor. Parece-me que sim. Parece-me que isso é uma questão importante.

Uma outra questão, agora para o Bloco de Esquerda.

Sra. Deputada, não há nenhum ilusionismo.

O que os açorianos sentem atualmente é que está em vigor este Memorando que foi assinado entre o Governo da Região e a República.

O que os açorianos sentem hoje é que, ao contrário daquilo que dizia a oposição, não assistimos a despedimentos na função pública. Não assistimos à perda de conquistas que a autonomia permitiu-nos e sobretudo por conquistas trazidas aos Açores pelo Governo do Partido Socialista. Este Memorando não nos fez perder isso.

O que acontecia é que antes das eleições os partidos da oposição, ávidos de ganhar votos, ávidos de querer chegar ao poder, alguns deles, meteram medo aos açorianos com este Memorando.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Hoje, os açorianos, porque votaram no Partido Socialista...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... num partido que disse que ia manter o acordo, não só aceitaram como ratificaram politicamente este acordo. Por isso isto é um documento válido, um documento estruturante e importante para os Açores e os açorianos. Como é um documento que em algumas matérias ficou aquém daquilo que são os compromissos do Estado para com a troika, que ficou muito diferente daquilo que na altura os partidos da oposição metiam medo aos açorianos, porque os Açores não são a Madeira nem são uma Região governada pelo PSD, por ser um documento assim, eu até aconselhava os Srs. Deputados dos partidos da maioria na República a que usem este documento, que ficou aquém daquilo que são as medidas da troika, para convencer os restantes deputados da maioria na República a manter o diferencial fiscal para os Açores e para os açorianos. Não sacrifiquem os Açores e os açorianos, porque não somos responsáveis pelo défice do país, ...

Deputado António Marinho (PSD): É verdade! O Sócrates é que foi o malvado!

O Orador: ... não somos responsáveis pela má gestão do país, e por isso não devemos ser penalizados por essa matéria.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo pela pergunta concreta (aprecio as suas perguntas concretas) da Sra. Deputada Zuraída Soares.

Perguntou, para esclarecer todos os açorianos, se estávamos, por via do Memorando, proibidos de tomar medidas compensatórias na Região.

A resposta é muito clara e objetiva. Como dissemos na campanha eleitoral, como dissemos aquando da aprovação do Memorando, não estamos proibidos.

(Risos do Deputado Jorge Macedo)

A prova concreta do mesmo é que vamos aumentar em 3% o Complemento Regional de Pensão, quando a generalidade da oposição, na campanha eleitoral dizia que...

Deputado João Costa (PSD): O que não sendo a mesma coisa, não tem nada a ver! Uma coisa não tem nada a ver com a outra!

O Orador: ... com o Memorando, não poderia haver Complemento Regional de Pensão.

Deputado João Costa (PSD): O que é que isso tem a ver?

O Orador: Vamos manter a Remuneração Compensatória, vamos manter a Remuneração Complementar, vamos manter o Complemento Açoriano ao Abono de Família, vamos manter o Complemento Regional de Apoio aos Idosos.

Deputado João Costa (PSD): A desonestidade intelectual é uma coisa fantástica!

O Orador: Os mesmos apoios que são diferenciados da República para que os idosos dos Açores tenham mais apoios, para que as crianças nos Açores tenham mais apoio, para que os funcionários públicos da Região tenham mais apoio do que aqueles que têm no Continente.

Aquilo que disseram em plena campanha de que isso seria vedado pelo Memorando, hoje, estamos a demonstrar que não era verdade.

Deputado João Costa (PSD): Quem é que disse isso? Concretize lá quem é que disse isso!

Deputada Berta Cabral (PSD): Quem é que disse isso?

O Orador: Aquilo que dissemos é verdade.

Os açorianos vão manter e ver reforçados estes apoios em 2013, que os mesmos nunca estiveram em causa com o Memorando.

Por isso, Sra. Deputada, a resposta é clara, objetiva e direta.

Deputado João Costa (PSD): Não é é verdade!

O Orador: Segunda questão essencial sobre esta matéria.

Em relação à questão que o Sr. Deputado António Marinho colocou.

A primeira pergunta que o senhor faz é quando vai produzir efeitos uma eventual redução do diferencial fiscal?

Sr. Deputado, o senhor tem que perguntar é ao Governo da República PSD/PP, que foi quem apresentou a proposta, e tem que perguntar aos Deputados do PSD/PP, na Assembleia da República, porque é que vão decidir, única e exclusivamente, primeiro, se se mantém o diferencial fiscal na Região, segundo, se houver redução do diferencial fiscal, a partir de quando é que ele será aplicado?

Isso é uma pergunta que só poderá fazer aos seus Deputados e aos Deputados do PP na Assembleia da República.

Não é uma resposta para o Governo Regional. É uma resposta e uma competência única e exclusivamente do Governo da Assembleia da República. Portanto, essa pergunta tem que ser colocada no momento próprio.

Em relação ao nº. 5 do Memorando, se o Governo Regional o cumpre. Cumpre integralmente nos termos em que o Governo Regional sempre afirmou que seria o nº. 5 do Memorando. Ao contrário do que os senhores disseram, não representava nem implicava qualquer visto prévio do Ministério das Finanças, não implicava, como os senhores disseram, qualquer tutela do Ministério das Finanças, nem implicava qualquer pré-aprovação do Ministério das Finanças destes documentos.

Por isso, como sempre dissemos no passado e comprovamos hoje, no presente, tínhamos razão e não estava em causa minimamente a Autonomia em relação a este ponto.

O mesmo não irá ter qualquer consequência nesse sentido.

Questão final que é importante sobre esta matéria.

O tempo traz sempre a verdade ao de cima.

Esta matéria foi trazida oportunamente hoje, a este debate, pelo Sr. Deputado Aníbal Pires.

Aquilo que dissemos em setembro, aquilo que assumimos perante os açorianos em setembro sobre esta matéria, é exatamente o mesmo que estamos a dizer e a comprovar hoje.

Os outros infelizmente não poderão fazer o mesmo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Os outros são uma casa de família, Sr. Vice-Presidente!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente do Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado do CDS-PP, Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começaria a minha intervenção por referir que parece-me que vivemos aqui sob alguns equívocos.

O Sr. Deputado Rogério Veiros quando faz algumas das afirmações que fez, está a descrever, parece-me, o *superavitólândia*, e não os Açores reais em que vivemos hoje em dia. Parece-me que está um bocadinho desfasado da realidade em que vivemos, em que o Governo foi pedir dinheiro à República, porque não tinha dinheiro para pagar dois empréstimos que venciam em agosto de 2012.

Isso consta de um relatório da IGF. Na página 15, no último parágrafo diz objetivamente que, apercebendo-se dessa situação oportunamente, o Governo Regional desencadeou conversações com o Governo da República tendo em vista a concessão por este de um empréstimo para refinanciamento daquela parcela da dívida direta, o qual terá sido previsto em alteração de sede, inclusive, do Orçamento de Estado de 2012.

Esta situação não surge porque está tudo bem. Surge porque há problemas.

Este Memorando é assinado não porque está tudo bem, mas porque havia uma necessidade premente de tesouraria que tinha que ser salvaguardada e que as condições de mercado não permitiam que ela fosse renegociada.

É preciso aqui dizer que nestas coisas o CDS está muito à vontade, apesar de estar no Governo da República, porque temos estado sempre ao lado da Autonomia.

Estivemos em 2007, votando por unanimidade o Estatuto Político-Administrativo, estivemos na anterior legislatura ao lado dos Açores votando favoravelmente a legislação regional que houve sobre uma coisa que discutimos de manhã na interpelação sobre a exploração dos fundos do mar, dos recursos marinhos dos Açores (também nesse caso estamos ao lado dos Açores) e estivemos também ao lado dos Açores no parecer emitido por esta casa há poucos dias, a propósito da Lei de Finanças Regionais, dando parecer desfavorável às alterações propostas pela Assembleia da República.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Por isso é que os Deputados do PP votaram a favor da lei!

O Orador: Se os açorianos quisessem ter a representatividade de Deputados açorianos na Assembleia da República, tiveram oportunidade de o fazer há uns anos atrás. Não quiseram.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Ah! E os Deputados que estão lá!

O Orador: Não podemos falar pelas outras forças políticas, mas podemos falar pelas nossas.

Não temos deputados eleitos pelo círculo dos Açores na Assembleia da República.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): O senhor está a dizer que os deputados que estão na Assembleia da República não são do PP?

O Orador: Temos sim senhor e já manifestámos a nossa discordância.

O que não vimos da parte do PS foi manifestar a sua discordância em relação a este Memorando de Entendimento.

Este Memorando de Entendimento, este sim, é pôr a República à frente da Região, quando a Região, sem dinheiro, vai pedir este apoio à República e fica sujeita a um conjunto de restrições que fazem história, que fazem praxe.

Algumas das limitações que estão aqui contidas neste Memorando de Entendimento passaram a estar na redação da proposta de alteração da Lei de Finanças Regionais. Essa é que é a questão, é que o alcance deste Memorando de Entendimento vai muito além do prazo, do mero prazo, da sua vigência.

O alcance destas questões, deste paradigma antiautonómico, persistirá mesmo quando este Memorando de Entendimento tiver o seu término.

Este Memorando de Entendimento, que aliás foi assinado pelo Vice-Presidente, não foi assinado nem subscrito por esta Assembleia. Não foi aqui sufragado, muito menos foi ratificado pelos eleitores açorianos.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Que eu saiba, o voto dos eleitores açorianos não serve para branquear as asneiras do Governo Regional.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O voto dos açorianos serve para escolher deputados para esta casa. Não serve para branquear asneiras do Partido Socialista e do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por acaso temos mais eleitos deste lado do que desse!

O Orador: Talvez. Mas isso não é razão para branquear asneiras e cedências no plano da autonomia. Foi o que o Governo Regional fez, foi cedências no plano da autonomia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por isso é que o PP ficou com menos deputados!

O Orador: Autonomia que desde 1976 temos todos tentado aperfeiçoar nesta casa e foi entregue de bandeja pelo Governo Regional com este Memorando. Isso é da responsabilidade exclusiva do Governo Regional e da bancada do Partido Socialista que é suporte do Governo Socialista.

É óbvio, é claro para todos nós que este Memorando vem prejudicar, pelas razões imediatas e pelas razões a médio e a longo prazo que aqui referi. Aliás, já fizemos escola para as alterações à Lei de Finanças Regionais que foram propostas e rejeitadas com parecer negativo por esta casa e também pelo CDS.

Nós não podemos estar de acordo com algumas das coisas que foram aqui ditas pelo Partido Socialista, como se nada se passasse, como se tudo estivesse bem, como se o facto de ter havido eleições tivesse sido o suficiente para que este Memorando de Entendimento deixasse de ser uma coisa má e passasse a ser uma coisa boa.

Isso não é verdade, isso não é o suficiente. Os erros continuam lá.

Eleições já houve muitas, quer para esta casa, quer para a Assembleia da República.

Há leis que são objetivamente más e que continuam a ser más, independentemente de se passar de uma legislatura para outra.

O mesmo se passa com este Memorando. Não é positivo e continua a ser negativo deste ponto de vista.

Aliás, já foi aqui referido o dito ponto 5, da página 2, em que efetivamente prevê – está lá escrito preto no branco – que o Governo Regional deve apresentar os seus documentos previsionais, para apreciação técnica, ao Governo da República, ao Ministério das Finanças.

Isto não é invenção de ninguém. Está ali escrito.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está escrito o quê?

O Orador: Por outro lado, no ponto 7 do mesmo Memorando, está escrito que o Governo Regional compromete-se a aplicar na Região todas as medidas em Lei de Orçamento de Estado que respeitam direta ou indiretamente a quaisquer remunerações dos trabalhadores da função pública, bem como a demais trabalhadores, etc., etc., etc.

O que é que isto refere? O que é que isto quer dizer na prática?

Quer dizer que com a assinatura deste Memorando o Governo Regional passou a aceitar o Orçamento de Estado de 2013, o Orçamento de Estado de 2014, de 2015, 2016 e por aí fora, até estar passados os prazos deste empréstimo.

Passou a aceitar as medidas que venham lá a estar previstas sobre estas matérias que estão aqui descritas neste ponto 7.

É óbvio que o Sr. Vice-Presidente já explicou aqui, e bem, que aquilo que ele conseguiu projetar na despesa fica excluído, por isso é que ele vem defendendo que

algumas das coisas que já foram feitas no passado, pela Região, não vão cair, porque já estão em vigor...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Ah! Mas diziam que caíam! Grande cambalhota!

O Orador: ... e foram projetadas.

Agora o que ele não pode prever, nem pôde inventar foi projeções para medidas que possam vir a ser tomadas de futuro e que vão efetivamente prejudicar a Região.

O que está em vigor não é o que pode vir a estar. Não são os esforços que podem vir a acontecer.

O que pode vir a ser mudado aqui...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Que confusão vai nessa cabeça!

O Orador: ... são muitas coisas em sede de qualquer Orçamento de Estado, em sede de qualquer revisão do Orçamento de Estado e em sede de qualquer maioria parlamentar que esteja na Assembleia da República. Essa é que é a questão, é que os Açores entregam efetivamente o seu poder autonómico, a sua competência orçamental autonómica à República, através deste Memorando.

Isto é que é não saber defender os Açores e estar ao lado do Governo da República.

Não é aquilo que de manhã tentavam acusar o CDS-PP de fazer.

Esta é que é a questão, Sras. e Srs. Deputados, e este é que é o cerne da questão que estamos aqui a debater.

Por isso não podemos efetivamente pactuar e aceitar aqui as descrições otimistas e realistas que ouvimos em relação a esta matéria.

Resta-nos saber aqui uma questão e fazer uma pergunta. É que o dito relatório da IGF que eu citei aponta mais necessidades de tesouraria para os anos vindouros. Há mais Memorandos de Entendimento para aparecerem? Há mais surpresas destas na calha? Se houver, que ao menos sigam a metodologia que agora defendemos, que é virem a esta casa e serem discutidos aqui antes de serem negociados.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra ao Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico, Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de referenciar algumas das afirmações que aqui foram feitas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional não posso deixar de fazer referência à intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que uma das principais razões para estar de acordo politicamente e apoiar, do ponto de vista parlamentar, este Memorando de Entendimento, tem a ver com o facto deste Memorando de Entendimento lhe ter permitido o acesso aos mercados financeiros.

Isto é absolutamente insustentável. Esta afirmação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista está registada no Diário das Sessões.

Eu, desafio o Sr. Vice-Presidente do Governo a que me diga se está de acordo com esta perceção, esta interpretação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

É absolutamente essencial que o Sr. Vice-Presidente informe o seu grupo parlamentar em relação a esta questão, porque, como é óbvio, eu considero que o senhor Vice-Presidente do Governo Regional não poderá sustentar uma afirmação deste tipo.

Outra questão que considero absolutamente fundamental.

Quando se analisa um documento o melhor é ir diretamente à fonte.

De facto, o que o Governo Regional, em relação a esta matéria fez, foi comprometer-se.

Cito o nº 3: “A Região Autónoma dos Açores compromete-se a aplicar as medidas que visam garantir o cumprimento dos objetivos do PAEF, no quadro

das suas competências constitucionais e estatutárias, adotando, se necessário, iniciativas legislativas ou regulamentares.”

Pergunto-lhe se o Governo Regional e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que tem ideias diferentes em relação a estas temáticas, como já vimos, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é saudável!

O Orador: ... está de acordo com o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro?

A posição do Partido Socialista, quer a nível nacional, quer a nível regional não é esta. Não apoiam o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Os senhores assumem aqui este compromisso em nome da Região.

Depois uma pergunta que já foi colocada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e que acho que é uma pergunta muito pertinente.

O ponto nº 5 diz: “O Governo Regional dos Açores compromete-se, para efeitos de apreciação técnica, a dar conhecimento dos seus documentos previsionais, e eventuais revisões, ao Ministério das Finanças, antes da sua apresentação à Assembleia Legislativa Regional.”

Eu tenho a certeza que o Sr. Presidente já o fez, senão não está a cumprir aquilo que é a letra, aquilo que aqui está. O que aqui está não pode ser diferente, não pode ter outra interpretação: “O Governo Regional dos Açores compromete-se, para efeitos de apreciação técnica, a dar conhecimento...”

Isto é a negação do parlamentarismo, porque os documentos devem ser analisados e não ser condicionados por outra coisa que não seja a apreciação...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não queremos condicionar ninguém!

O Orador: ... política por parte das forças políticas e parlamentares que integram este Parlamento.

Esse é que é o fulcro da Democracia e do parlamentarismo, a total soberania do Parlamento e o que verificamos é que o Parlamento recebe um documento que é condicionado, do ponto de vista técnico. Se é condicionado do ponto de vista técnico, isso significa que é condicionado do ponto de vista político, porque um

orçamento, obviamente é técnico, mas os pressupostos técnicos condicionam as opções políticas.

Portanto, isto é a inversão total daquilo que é o parlamentarismo. Ou seja, a soberania do Parlamento em primeira instância.

Mas mais do que isso. Diz aqui "... eventuais revisões...", o que significa que se os Grupos Parlamentares aprovarem alterações ao documento orçamental que nos for apresentado, temos que reenviar este documento ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não é verdade!

O Orador: ... para apreciação técnica.

Isto é aquilo que decorre da interpretação deste texto.

Este texto, Sr. Vice-Presidente, não diz outra coisa, nem pode significar outra coisa, porque o português é uma língua clara e absolutamente objetiva.

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Nem sempre! Costuma-se dizer que o português é traidor!

O Orador: É isto que aqui está escrito.

Isto significa que se compromete a soberania do Parlamento dos Açores.

Mas mais. No ponto nº 7 também se diz o seguinte: "... o Governo Regional dos Açores compromete-se (...) ainda a não aplicar medidas compensatórias que visem aumentar os níveis de despesa projetada em resultado daquelas medidas [é evidente]. O Governo Regional dos Açores compromete-se ainda a uma redução anual dos trabalhadores em funções públicas na Região, em linha com os objetivos do PAEF.".

Portanto, mais uma vez aqui temos o Governo Regional a comprometer-se com os objetivos de um Programa de Ajustamento com que os senhores não concordam politicamente, com que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quer a nível nacional, quer na Assembleia Legislativa, quer a nível especificamente partidário, também não concorda.

Aqui o que existe é uma total falta de independência em relação a este Programa de Ajustamento Económico e Financeiro. Também em relação a esta questão referencio também o Partido Comunista.

Sr. Vice-Presidente, o que tenho a dizer-lhe no âmbito desta matéria é que, de facto, este documento condiciona a autonomia dos Açores. Este documento interfere naquelas que são as competências próprias dos órgãos políticos dos Açores, nomeadamente o Governo Regional e também o Parlamento.

Eu considero que isto é absolutamente evidente.

Portanto, politicamente a posição do PPM é não aceitar, não estamos de acordo, recusamos o Memorando de Entendimento, porque consideramos que representa um retrocesso no processo autonómico.

Nesse sentido vamos votar favoravelmente esta iniciativa do Partido Comunista Português, para servir a autonomia, para servir a autonomia do Parlamento, para servir a democracia, porque a democracia só se consegue preservar se o Estatuto Político-Administrativo for respeitado por todos, se a Constituição da República Portuguesa for respeitada por todos. Não é o caso.

Este Memorando de Entendimento sobrepõe-se a documentos absolutamente fundamentais da democracia, quer a nível nacional, quer a nível da autonomia açoriana.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do Partido Social Democrata, António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por agradecer ao Sr. Vice-Presidente do Governo a resposta que deu às duas questões que coloquei na minha intervenção anterior, numa das quais me mandou perguntar...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu não mandei! Só sugeri! Eu não mando!

O Orador: ... julgo que ao PSD e ao CDS na Assembleia da República. Eu não preciso perguntar.

Há uma coisa que eu tenho a certeza, é que sei que os Deputados do PSD-Açores, na Assembleia da República, vão apresentar...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Vão apresentar ou já apresentaram?

O Orador: ... uma proposta de alteração no sentido de manter o atual diferencial fiscal nos 30%.

Agora há uma coisa na resposta do Sr. Vice-Presidente que eu também identifiquei com completa clareza. É que a prova que o Sr. Vice-Presidente apresentou no início, de que este Memorando não tinha quaisquer implicações no processo orçamental dos Açores, designadamente em matéria de diferencial fiscal ou em matérias que estão no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, constitui efetivamente uma tentativa, da parte do Sr. Vice-Presidente, de tentar mostrar às pessoas aquilo que efetivamente não é verdade. Ou seja, a questão do diferencial fiscal nunca se poderia colocar em relação à proposta que vai ser entregue amanhã. Por isso ela teria que manter intato o diferencial fiscal de 30%. Não poderia ter já os 20%. Portanto, isso não é prova nenhuma, Sr. Vice-Presidente. É óbvio aquilo que o senhor tem que apresentar amanhã.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Óbvio?

O Orador: Era óbvio? Por que é que o senhor havia de pôr os 20% se ainda estão em vigor os 30%?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Ah! Mas então a Lei de Finanças Regionais é que define, não é o Memorando!

O Orador: Obviamente que a questão que vem definida no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, à qual os senhores deram o seu aval e que, como iremos ver a seguir, ratificaram também com a assinatura deste Memorando, é uma questão que nos diz respeito em exclusivo.

Da nossa parte sempre nos manifestámos contra essa matéria.

Relativamente à segunda questão, que é do cumprimento ou não do ponto 5. Foi cumprido o ponto 5. Ou seja, o Governo Regional, tal como se tinha comprometido, deu conhecimento, para efeitos de apreciação técnica, dos seus documentos previsionais e eventuais revisões ao Ministério das Finanças antes da sua apresentação à Assembleia Legislativa.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Ou seja, o orçamento que o senhor vai entregar amanhã foi enviado, foi dado conhecimento para efeitos de apreciação técnica ao Ministério das Finanças.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Portanto, temos isto já como claro. Temos estas duas questões como claras.

Daí vamos então para aquilo que sempre pensámos.

Falou-se, Sr. Vice-Presidente, e de alguma forma no início da sua intervenção deu essa ideia, que este debate, na sequência do Projeto de Resolução do PCP, não trazia nada de novo.

Traz muito de novo e traz algo de muito atual, Sr. Vice-Presidente, designadamente em matérias que hoje em dia são perfeitamente atuais, como bem sabemos pela agenda de todos nós ao longo das últimas semanas, que é a Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

É terrivelmente atual este Memorando, justamente pelo facto de ter um ponto 3 que diz: “A Região Autónoma dos Açores compromete-se a aplicar as medidas que visam garantir o cumprimento dos objetivos do PAEF...”. É terrivelmente atual este Memorando.

Por isso faz sentido aquilo que já em meados de 2011 o PSD sempre disse. O PSD em julho de 2011 chamou a atenção para esta matéria. Em setembro de 2011, na sequência de um conselho de governo que tinha supostamente aprovado um protocolo que estava na base de um empréstimo de 135 milhões de euros, o PSD pediu esse protocolo. Nunca chegou esse protocolo.

Pediu, em simultâneo, que o Sr. Vice-Presidente se deslocasse à Comissão de Economia para o apresentar e o justificar. Nem protocolo, nem qualquer justificação.

A única coisa que foi apresentada na altura foi uma carta enviada pelo então Presidente do Governo ao Sr. Primeiro-Ministro contendo quatro questões básicas, que aliás foram há bocado referidas pelo Sr. Deputado Rogério Veiros. De setembro de 2011, a agosto de 2012, este Parlamento, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, não foi minimamente envolvida nesta questão. Foi mantida completamente à parte, completamente arredada das negociações que entretanto eram feitas entre o Governo Regional e o Governo da República.

Em agosto de 2011 aparece o facto consumado. Aparece no dia 2 de agosto (creio eu que é dia 2 de agosto) um Memorando assinado entre o Governo Regional e o Governo da República, que mereceu da nossa parte uma rejeição absoluta, mais ainda por um outro facto, por ter sido (dito, creio eu, com palavras do Sr. Vice-Presidente – creio eu, não, tenho a certeza) um protocolo feito nos exatos termos que o Governo Regional tinha proposto.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Exatamente!

O Orador: Aí, a questão passou a ter outra dimensão, porque entre outros pontos que vêm ao longo deste Memorando, há dois que são aqueles que coincidem com as duas questões que há pouco coloquei na minha anterior intervenção, que naturalmente nos criaram, para já espanto, por terem sido propostos pelo próprio Governo Regional, e, segundo, receio pelas implicações que eles poderiam vir a ter.

Um deles é efetivamente, chame-lhe visto prévio, chame-lhe pré acordo, chame-lhe aquilo que quiser, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Ah! Agora já não é visto prévio!

Antes das eleições era, agora já não é!

Então onde é que está o visto prévio?!

O Orador: A única questão que é óbvia é que o Governo Regional dos Açores, antes de apresentar o documento (que é o documento fundamental da governação, o documento fundamental para os Açores governar em autonomia)

ao primeiro órgão da autonomia, tem que apresentar esse documento, para efeitos de apreciação técnica, ao Ministério das Finanças.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não era para visto prévio?

O Orador: Isto é a prova mais do que provada que efetivamente, em termos de autonomia, a autonomia sofreu aqui um rude golpe, por isso tem que primeiro dar conta a Lisboa antes de apresentar o documento fundamental da governação ao primeiro órgão de autonomia.

Esta é a questão que manifestamente é o caso mais gritante em termos do ataque à autonomia ao longo dos últimos tempos.

Segunda questão. A segunda questão tem a ver com o ponto 3. Para este ponto 3, que aliás vem na sequência daquilo que o Governo Regional tinha feito em maio de 2011 – não considerando que o chamado acordo da troika era algo que até nem beliscava muito os Açores, era considerado globalmente positivo para os Açores, segundo os termos utilizados pelo então Presidente do Governo – o Governo Regional, no dia 2 de agosto de 2011, vem ratificar tudo o que consta deste Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e vem ratificar designadamente a redução do diferencial fiscal de 30 para 20%.

Por este mesmo motivo o PSD, na sequência daquilo que se passou no dia 2 de agosto de 2012, apelou, antes mesmo das eleições (em setembro de 2012), a que se procedesse a uma revisão deste acordo porque era um Memorando que cerceava a autonomia.

O Governo Regional entendeu não o fazer.

Eleições! Novo Governo Regional!

O PSD, nesta casa, aquando da discussão do Programa do Governo, apelou a que o novo Governo Regional, eventualmente recorrendo a alguma humildade e sendo certo que da parte do PSD nunca iria tentar obter dividendos políticos desse facto, enveredasse junto do Governo da República no sentido de proceder a uma alteração deste acordo, tranquilizando dessa forma a sua própria consciência em relação à autonomia.

Efetivamente, em alguns pontos fundamentais, era o próprio Governo Regional que, pela sua própria mão, tinha atentado contra a autonomia.

O Governo Regional entendeu não o fazer.

Por isso, considera-se exatamente neste momento que é o próprio Governo Regional que deve pôr a mão na sua consciência. Deve ver que nesta Assembleia, estão representadas 6 forças políticas, 5 das quais, no mínimo, consideravam desde setembro de 2011 que era importante o envolvimento deste Parlamento e consideravam desde agosto de 2012 que este Memorando atenta contra a autonomia.

São 5 forças políticas que aqui estão representadas que assim o consideram.

Há uma única força política, que é o Partido Socialista, e o Governo Regional que consideram que não.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É porque temos razão!

O Orador: É importante, é fundamental refletirem sobre esta questão...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Os senhores é que têm que refletir naquilo que disseram em campanha!

O Orador: ... e não teimarem em algo que agora está à vista neste momento a nível de duas questões. É evidente, neste momento, a forma como a autonomia foi beliscada.

O Sr. Vice-Presidente teve que pegar no Orçamento de 2013 e enviá-lo para Lisboa para efeitos de apreciação técnica.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas quem é que lhe disse isso?

O Orador: O Sr. Vice-Presidente, neste momento, felizmente considerando algo de diferente relativamente ao passado, já considera que a redução do diferencial fiscal de 30 para 20% penaliza os Açores.

Há dois factos óbvios, gritantes neste momento, que provam que este documento atenta contra a autonomia.

Por isso consideramos que é importante e ajustada esta iniciativa do Partido Comunista de rejeição completa deste Memorando. Consideramos, e aliás saudamos, a alteração apresentada hoje pelo Sr. Deputado Aníbal Pires. Ela foi

importante, porque não nos consideramos competentes para a avaliação das questões jurídicas.

Agora, somos e devemos ser os atores...

Deputado José San-Bento (PS): Grande ator!

O Orador: ... do juízo político sobre esta iniciativa.

Exatamente por esse motivo, consideramos importante esta iniciativa e vamos obviamente votá-la favoravelmente.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rogério Veiros, permita-me que o interpele diretamente, porque até tenho medo de ter percebido bem, mas também sei que muitas vezes todos nós dizemos coisas que não queremos dizer. Isso acontece a todos.

Eu vou dizer-lhe qual foi a minha interpretação da sua intervenção para dar a possibilidade ao Sr. Deputado de desdizer ou não aquilo que afirmou.

Disse o Sr. Deputado, pelo que eu entendi, que os açorianos por terem votado maioritariamente no Partido Socialista ratificaram o Memorando de Entendimento assinado entre a Região e a República. Foi assim que eu entendi.

Sr. Deputado Rogério Veiros, isto quererá dizer então que os portugueses que escolheram maioritariamente o PSD para o Governo da República ratificaram o Memorando da Troika, assinado com a troika.

Sr. Deputado Rogério Veiro, onde é que fica a luta neste país e nesta Região contra a troika, contra o Governo da República, luta essa em que o Partido Socialista também está implicado na República?

Que grande confusão! Pior, do que isso. O Sr. Deputado Rogério Veiros está a dizer aos açorianos uma coisa muito clara. É que uma opção democrática, uma escolha de uma alternativa política, é um pacto de sangue para o fim da vida.

É bem certo que a legislatura só dura quatro anos, mas o Memorando de Entendimento assinado com a República, Sr. Deputado, vai durar no mínimo 10.

Querá isso dizer que os açorianos ficam obrigados a votar sempre no Partido Socialista porque estão a ratificar permanentemente o Memorando de Entendimento?

Vamos lá ver se nos entendemos, Sr. Deputado. Eu acredito que não foi isto que o Sr. Deputado quis dizer. Portanto, peço-lhe que faça o esclarecimento.

Sr. Vice-Presidente, finalmente começamos a encaminharmo-nos para o esclarecimento final, porque para os diários desta sessão e para a história, Sr. Vice-Presidente, fica o seguinte:

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, questionado se a Região está impedida, por via do Memorando assinado com a República, de implementar medidas antirecessivas, ao abrigo das suas prerrogativas autonómicas e estatutárias, respondeu não. E insistiu: não, e que fique claro!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E disse mais!

A Oradora: Então, todos os açorianos e açorianas, a partir deste momento, têm o direito e a legitimidade de concluírem o seguinte, e é isto que o Bloco de Esquerda conclui:

Estas medidas antirecessivas não são implementadas na Região porque o Governo Regional e o Partido Socialista concordam com as medidas da troika, concordam com as medidas do Governo da República e não usam as prerrogativas da autonomia para aqui fazer diferente.

Vou dar-lhe os exemplos que lhe dei ainda agora, acrescentados de mais uns pozinhos.

- Corte dos subsídios de férias e de Natal;

Considera o Partido Socialista que este corte é um erro grave feito ao país, no entanto faz exatamente o mesmo erro nesta Região.

- Aumento do salário mínimo regional;

O Partido Socialista a nível nacional (aliás, por onde andam os bicéfalos do vosso partido a nível nacional, o Dr. António Costa, entre outros) defende que uma das medidas fundamentais para a economia nacional e do país é aumentar o salário mínimo nacional.

Na Região, o Governo e o Partido Socialista recusam-se a fazer este aumento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a ficar em moda!

A Oradora: - Código do Trabalho;

O Partido Socialista dá um parecer negativo ao conteúdo e às normas deste Código de Trabalho (e bem!) para a República.

Na Região, recusa-se a alterá-lo e a fazer a sua adaptação.

Presidente: Sra. Deputada...

A Oradora: Já vou terminar, Sr. Presidente.

Finalmente, Sr. Vice-Presidente, não é afinal o Memorando de Entendimento que proíbe estas medidas antirecessivas na Região.

Só há uma conclusão: elas não existem porque o Governo Regional não quer, porque o Partido Socialista não quer. Portanto, não vale a pena estar a atirar balas permanentemente para o Governo da República, porque os senhores implementam aqui tudo quanto o Governo da República quer, tudo quanto a troika quer.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o Complemento de Pensão?

A Oradora: Já estava de trás, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já lá vamos!

A Oradora: Um euro, Sr. Vice-Presidente! Que um Governo de direita aumente um euro, pensando que com isso está a fazer um ato de caridade, eu ainda aceito!

Que um Governo do Partido Socialista aumente as pensões de miséria dos nossos idosos, dos nossos reformados, um euro e acha que está a fazer uma medida de justiça social, acho isso absolutamente inacreditável para não dizer indecente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Eu queria informar a Sra. Deputada que já não tem mais tempo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Só posso protestar!

Presidente: Diga?

Deputada Zuraída Soares (BE): Digo que só posso protestar a partir de agora!

Presidente: A Sra. Deputada é que sabe.

Passo a palavra de imediato ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não posso deixar de começar esta intervenção por prestar um esclarecimento ao Deputado Rogério Veiros, fazer algumas apreciações e também pedir alguns esclarecimentos sobre a intervenção que há pouco fez.

Sr. Deputado Rogério Veiros, os motivos da substituição, já os tinha explicado. V. Exa. certamente por algum motivo não os percebeu...

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor disse no discurso as mesmas palavras!

O Orador: ... mas não me custa nada voltar a explicar a V. Exa. por que é que a Representação Parlamentar do PCP fez a proposta de substituição.

Fez a proposta de substituição para expurgar do texto todas as alusões aos juízos jurídicos que tinha no texto, exatamente para que o juízo fosse apenas político.

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor alterou a proposta mas não alterou o discurso!

O Orador: Relativamente à questão do discurso é muito simples: não há nenhuma incongruência...

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor manteve o discurso!

O Orador: ... e escusa de estar a tentar, como fez na sua intervenção, fazer um flic-flac à retaguarda para distrair e descentrar a atenção de quem nos está a ouvir, porque a questão é a seguinte:

Eu posso, em termos políticos, afirmar aquilo que afirmei da tribuna, isto é, considero que o Memorando não tem validade. Para mim, não tem validade! Sabe por que é que não tem validade? Não tem validade porque foi feito pelo Governo Regional à margem desta Assembleia. Aí não tem validade! Já percebeu, Sr. Deputado?!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

É que se for preciso eu ainda volto a reformular isto e posso explicar-lhe ainda de outra maneira.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Faça um desenho, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Deputado Rogério Veiros, V. Exa. esteve aí a falar-nos de um cenário completamente virtual.

É que aquilo que V. Exa. referiu na sua intervenção só pode ter esta adjetivação: V. Exa. falou de uma realidade virtual!

Já agora, Sr. Deputado Rogério Veiros, diga-nos lá quais foram as novas medidas decididas pelo Governo Regional que visam proteger a diminuição dos rendimentos dos trabalhadores, quer eles sejam do setor privado, quer sejam da Administração Pública?

V. Exa. é capaz, mesmo com o apoio telefónico do seu líder parlamentar...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... de nos dizer alguma coisa sobre isto?

Não me parece! Mas eu aguardo calmamente que V. Exa. possa responder-me a esta questão.

Depois há aqui uma outra questão.

Sr. Vice-Presidente, é evidente que o que está escrito não é visto prévio.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah! Boa! Mas então diga a esses senhores que é que disseram que era visto prévio!

O Orador: É para V. Exa. e é para todos. É para mim também...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): E para ali!

O Orador: ... porque utilizei essa adjetivação.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Ah! Muito bem!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, com certeza. Então vamos lá ver.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Já lhe vou bater palmas!

O Orador: Espero que sim, Sr. Vice-Presidente. Eu agradeceria muito, porque esta coisa de estar a falar e não ter palmas às vezes é um bocado... Enfim!

(Risos da Câmara)

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Mas é se não disser mais nada!

O Orador: Custa um bocadinho. Fico-lhe eternamente agradecido.

Já esta questão tinha vindo a acontecer no debate que fizemos em setembro, em que o Deputado do Partido Socialista que fez ...

Deputado Berto Messias (*PS*): Recorda-se quem é que trouxe esse debate?

O Orador: Então não me recordo?! Foi o Partido Socialista! Qual é o problema?

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito obrigado!

O Orador: ... a defesa do Memorando, e dos grandes benefícios do Memorando... Aliás, um dos grandes benefícios do Memorando era a defesa da Região e o orador até dizia assim: “os que esperavam secretamente que a austeridade nacional se abatesse com toda a sua fúria sobre as famílias e empresas açorianas foram desmentidos pelo Memorando de Entendimento com o Governo da República, que traz menos austeridade para os Açores”.

Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista:

Ele pode trazer menos austeridade para os Açores, mas não é por via do Memorando de Entendimento. Não é por essa via.

Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, digam-me lá uma coisa:

A realidade dramática da situação social e económica que se vive atualmente na Região, o Memorando de Entendimento protegeu-nos? Protegeu-nos?! Não me parece! Mas era isso que o orador dizia.

O orador dizia também a determinada altura, relativamente a esta questão do visto prévio: "... desmentido por aquilo que está escrito porque ao contrário dos que não têm vergonha em afirmar, as propostas de Plano e Orçamento dos Açores não vão a qualquer visto prévio do Ministério das Finanças".

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está a ver!

O Orador: Sim senhor. E todos nós sabemos isso.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah, sabem?

Deputado Berto Messias (PS): Não parece!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista:

Todos nós sabemos isso. Mas também sabemos, tal como dizia o orador, o Deputado do Partido Socialista na altura, esses documentos são enviados para conhecimento e apreciação técnica que aferirá se os mesmos concretizam uma situação orçamental próxima do equilíbrio. É isto, não é, Sr. Vice-Presidente?

Sr. Vice-Presidente, agora diga-me lá:

Acha que é abusivo que em termos políticos isto se designe de visto prévio?

O Sr. Vice-Presidente diz que sim.

Então eu vou dizer-lhe que não.

O que é que acontece, Sr. Vice-Presidente, se nesta apreciação técnica, que é aqui referida, os documentos não concretizarem essa situação orçamental próxima do equilíbrio? O que é que acontece?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nada!

O Orador: Não é não acontece nada, Sr. Vice-Presidente.

Não acontece nada, porque V. Exas. conformaram a proposta de orçamento a esta apreciação técnica, aproximando-a da tal situação orçamental próxima do equilíbrio. Se não o fizer, é evidente que ela será rejeitada pelo Governo da República.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, a utilização do termo visto prévio que eu usei naquela tribuna tem toda a razão de ser, porque esta apreciação técnica não passa disso mesmo, é de um visto prévio.

V. Exa. tem, e muito bem, é o cuidado, no documento que envia para Lisboa, de o conformar à questão do equilíbrio orçamental.

Depois, Sr. Vice-Presidente, não posso deixar de lhe dizer o seguinte:

V. Exa. insistiu – disse-o na sua intervenção – nos apartes na questão do aumento do Complemento Regional de Pensão.

O Complemento Regional de Pensão assim como outros complementos regionais nunca estiveram em causa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah, estiveram!

O Orador: V. Exa. nunca ouviu nenhum dirigente, nem nenhum militante do PCP afirmar...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu tenho aqui o que disseram na campanha!

Deputada Berta Cabral (PSD): Então diga!

O Orador: Posso, Sr. Vice-Presidente?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pode!

O Orador: V. Exa. nunca ouviu, quer pela minha boca, quer pela boca de qualquer dirigente regional do PCP dizer...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Que a remuneração compensatória ia acabar!

O Orador: Quer conversar sobre a remuneração compensatória? Podemos conversar.

Sobre a remuneração compensatória, se foi esse o recado que mandaram ao Deputado Rogério Veiros, digo já o seguinte:

A remuneração compensatória foi criada antes do Memorando de Entendimento. Portanto, essa não serve. Sr. Deputado, essa não vai servir.

Sr. Vice-Presidente, nunca estiveram em causa os apoios complementares que foram criados na Região ao longo da nossa história.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah, não?!

O Orador: Não!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Agora!

O Orador: Não é agora! Na opinião do PCP isso nunca esteve em causa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Na campanha!

O Orador: Nem na campanha, nem fora da campanha, porque de facto não é isso que lá diz.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é o que lá diz, é o que diziam!

O Orador: Cada um sabe de si. O PCP nunca afirmou isso.

Sr. Vice-Presidente, não venha com a argumentação do que foi anunciado pelo Presidente do Governo, e que V. Exa. hoje já aqui referiu, sobre o aumento do Complemento Regional de Pensão em 3%.

O aumento do Complemento Regional de Pensão em 3% não dará um euro, que a Deputada Zuraida Soares...

Deputada Zuraida Soares (BE): Dava 85 cêntimos no escalão máximo!

O Orador: Não dará o tal euro. Andará à volta de um euro e meio.

Sr. Vice-Presidente, acha que isso é uma coisa que se diga ou que sirva de bandeira para justificar o que quer que seja?

Um aumento que andará à volta de um euro e meio para o Complemento Regional de Pensão?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Abrange 95% das pessoas!

Deputada Zuraida Soares (BE): Dá 45 cêntimos no escalão mais baixo!

(Pausa)

Presidente: Sr. Deputado, pode continuar. O Parlamento está em silêncio para o ouvir.

O Orador: É conveniente que esclarecesse esse valor.

Sr. Vice-Presidente, é evidente que este aumento do Complemento Regional de Pensão estará conformado à apreciação técnica que o Ministério fez.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem é que fez a apreciação técnica?

O Orador: Está conformado à apreciação técnica.

A pergunta que lhe deixo, para finalizar esta intervenção, é a seguinte:

Sr. Vice-Presidente, quanto é custa, em termos do Orçamento Regional, o aumento de 3% sobre o Complemento Regional de Pensão?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Também queria informar que o seu tempo terminou.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não pode ser!

Presidente: O Sr. Secretário acabou de me informar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor secretário enganou-se!

Presidente: Se o Sr. Deputado não concorda agradecia que passasse a usar um cronómetro.

O Sr. Secretário está aqui com dois cronómetros a cronometrar o tempo.

Estou a informar-lhe que já não tem mais tempo.

Muito obrigado, de qualquer maneira.

Vou passar a palavra para o Sr. Deputado do Partido Socialista, Rogério Veiros.

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiro, Sr. Deputado do PPM, para esclarecer. O que eu afirmei foi que o que o presente Memorando pretende é assegurar os mecanismos de acesso da Região ao sistema financeiro. Esclarecido sobre essa matéria, sucintamente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não eram os mercados financeiros?

O Orador: Sr. Deputado Nuno Melo Alves, queria esclarecer-lhe algumas questões.

O Partido Socialista iniciou, promoveu e trouxe à Assembleia Legislativa Regional, no dia 4 de setembro, uma interpelação ao Governo Regional sobre esta matéria, sobre este protocolo.

Por isso, o protocolo de entendimento foi discutido na Assembleia Legislativa Regional antes das eleições. O Partido Socialista trouxe-o à discussão e teve essa iniciativa. Foi o Partido Socialista que o fez.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): E foi ratificado?

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, ele foi debatido na Casa Mãe da autonomia açoriana.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

O Orador: Foi debatido na Casa Mãe da autonomia açoriana.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

O Orador: Sr. Deputado, quem o ouve falar até parece que o senhor não é membro de um partido que está agarrado à austeridade pela austeridade.

O Sr. Deputado parece que não é membro do CDS-PP a nível nacional.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Por acaso não é!

O Orador: As políticas do Governo central é que estão a causar graves problemas às nossas famílias, às nossas empresas e à nossa economia.

São os senhores o “pai” da austeridade. Querem austeridade que vai para além da troika.

Os senhores é que são o partido que quer dar cabo do estado social neste país e das regalias que este país conquistou.

Gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, que os senhores não elegeram nenhum deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral dos Açores porque os açorianos assim não o quiseram, mas os senhores têm representatividade na Assembleia da República para evitar que os açorianos sejam penalizados com o aumento de impostos.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): E o senhor também!

O Orador: É aí que queremos ver o papel do CDS na defesa dos interesses das açorianas e dos açorianos e da economia açoriana. É isso que é preciso ver e é aí que eu gostava de ouvir o Sr. Deputado falar sobre essa matéria.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Já vamos falar!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É um pedido legítimo!

O Orador: Sra. Deputada Zuraida Soares, nós não temos nenhuma liderança bicéfala no PS.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não tinham! Agora têm!

O Orador: A liderança bicéfala é própria do Bloco de Esquerda.

Gostaria de lhe dizer que o que acontece, Sra. Deputada, é que depois de ter sido discutido aquele documento na Assembleia Legislativa Regional tivemos eleições regionais.

Os partidos apresentaram-se aos açorianos a dizer aquilo que entendiam sobre o presente Memorando.

Os senhores apresentaram-se a dizer que não concordavam com o Memorando.

O Partido Socialista apresentou-se a dizer que concordava e que ia manter o Memorando.

Por isso, politicamente, os açorianos foram bem esclarecidos pelo Partido Socialista. Aquilo que dissemos antes das eleições é o que fazemos depois das eleições. Mantemos a nossa palavra dada aos açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Fizeram cavalo de batalha na Assembleia da República e agora vêm dizer o contrário?

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga, Sr. Deputado!

O Orador: ... ficou provado pela sua intervenção. O senhor alterou a sua proposta, mas não alterou o texto da sua intervenção.

Recordo que foi no dia 4 de setembro de 2012, penso eu, que o PS interpelou o Governo sobre esta matéria.

Gostaria aqui de dizer que o Sr. Deputado Duarte Freitas acusou o Partido Socialista de ser como os pais daquele soldado que veem o soldado a marchar trocado no plutão e dizem que o filho é que vai certo e os outros vão errados.

Mas a prova é que o PSD continua a marchar errado e quem marcha certo nos Açores é o Partido Socialista, ao lado dos açorianos.

Deputados Berto Messias e José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Sérgio Ávila.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate foi extremamente esclarecedor.

É um debate que serviu, e muito, e foi oportuno. Foi oportuno porque todos concluímos que, ao contrário do que afirmavam em plena campanha eleitoral, o Memorando de Entendimento assinado entre o Governo Regional e a República não condicionou o Orçamento da Região, nem o Plano para 2013.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Ah, condicionou!

O Orador: Ao contrário do que disseram, afinal não havia visto prévio.

Ao contrário do que disseram, não havia pré-aprovação do Ministério das Finanças.

Ao contrário do que disseram, não havia tutela do Ministério das Finanças.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não é verdade! Protesto!

O Orador: Mais importante do que isto.

Este debate demonstrou que, ao contrário do que alguns disseram, este Memorando, não acabava com a remuneração compensatória, não acabava com a remuneração complementar, não acabava com os complementos e com os apoios sociais existentes.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Parece o Sócrates a anunciar o Memorando da Troika!

O Orador: Chegámos todos à conclusão que aquilo que alguns tinham dito antes das eleições não correspondia à verdade dos factos.

Mais importante, depois de chegarmos todos a esta conclusão, agora, para continuarem a tentar desresponsabilizar-se das responsabilidades que alguns têm, chegam ao ponto de dizer que a redução do diferencial fiscal é responsabilidade do Memorando assinado pelo Governo Regional com a República, para o efeito, dizendo que isso está no ponto 3 do Memorando.

Vou ler cuidadosamente o ponto 3 de Memorando.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Leia lá!

O Orador: “A Região Autónoma dos Açores compromete-se a aplicar as medidas que visam garantir o cumprimento dos objetivos do PAEF, no quadro

das suas competências constitucionais e estatutárias, adotando, se necessário, iniciativas legislativas ou regulamentares.”

Ou seja, a Região Autónoma dos Açores, no âmbito das suas competências constitucionais e estatutárias. É isso que está aqui dito.

O que eu pergunto, e depois dou claramente a resposta, é que obviamente a Lei de Finanças Regionais, e logo a mudança de diferencial fiscal, não é uma competência estatutária e constitucional da Região. É uma competência da Assembleia da República, logo a sua revisão e a revisão do diferencial está, como provei, completamente fora deste Memorando.

O que os senhores estão a tentar fazer é a tentar se desresponsabilizar em relação aos açorianos das responsabilidades que são exclusivamente da Assembleia da República, desculpando-se com um documento que não diz nada daquilo que os senhores pretendem que ele diga.

Não é isso que está aqui! Não é isso que é verdade!

Se os açorianos tiverem menos diferencial fiscal é única e exclusivamente responsabilidade da Assembleia da República e dos Deputados da Assembleia da República.

A prova clara de que assim acontece é que se a interpretação do PSD fosse válida, em 2013 nós não teríamos capacidade de manter o diferencial fiscal.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

O Orador: No âmbito das competências constitucionais e estatutárias da Região e no âmbito do Orçamento da Região vamos manter este diferencial fiscal tal como está.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Cada um assuma as suas responsabilidades.

Mas mais interessante foi o Sr. Deputado António Marinho ter começado a sua intervenção a dizer que o PSD já tinha entregue na Assembleia da República a sua proposta para manter o diferencial fiscal.

Deputado António Marinho (PS): PSD-Açores!

O Orador: Ah! O PSD-Açores já entregou na Assembleia da República a sua proposta?

Começou dizendo que já entregou e acabou a dizer que vai entregar.

Pois eu digo-lhe, quem cumpriu a sua palavra foi o PS, porque o PS e os Deputados dos Açores do PS na Assembleia da República já entregaram a proposta para manter o diferencial fiscal, ao contrário do PSD que prometeu uma coisa e ainda não a fez.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores fazem política é para a fotografia e para a televisão!

Isso não é aceitável!

O PSD já não faz debates!

Presidente: Muito obrigado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado do CDS-PP, Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, é preciso desmistificar e esclarecer algumas coisas.

Dizia o Sr. Deputado Rogério Veiros que os efeitos da crise que sentimos são por culpa do Governo da República atual. Penso que está muito distraído em relação ao que se passou nos últimos anos em Portugal, nomeadamente na governação do anterior Primeiro-Ministro.

Inclusive, foi distribuída uma carta de intenções solicitando, em inglês, um pedido de assistência de 78 biliões de euros durante um período de 3 anos, assinada pelo Sr. Fernando Teixeira dos Santos e pelo Sr. Carlos da Silva Costa, então governador do Banco de Portugal, e dirigida a um senhor chamado Dominique Strauss-Kahn, pedindo este apoio financeiro. A troco disto, dizia no ponto nº 5 da carta (em inglês e traduzido soltamente por mim) que Portugal estaria preparado para tomar todas as medidas necessárias adicionais para cumprir com os objetivos desse programa adicional.

Esta carta segue assinada, naquela altura a 17 de maio de 2011, por estes senhores.

Por outro lado, falou que o aumento de impostos vem por culpa disso, ou melhor, por culpa deste Governo da República e não por culpa de outras situações.

Gostaria de lembrar-lhe uma notícia do GaCS, de 4 de maio de 2011, ...

Deputada Berta Cabral (PSD): Exatamente!

O Orador: ... dando conta que Carlos César teria sido recebido em São Bento, pelo Primeiro-Ministro José Sócrates, numa audiência em que também esteve presente Sérgio Ávila, e que em relação ao acordo a assinar com a troika ele dizia que: “em relação à redução do diferencial fiscal, anunciou que será apenas alterado a partir de 2012 o limite máximo de diferenciação do IRS, do IRC e do IVA na Região, o qual passará a ser 20%, quando agora está fixado no máximo 30%. Esta medida, frisou, terá um impacto reduzido em termos de número de contribuintes de IRS”.

Quem dizia isto era o então Presidente do Governo Regional, senhor que dá pelo nome de Carlos César.

O que nos parece aqui irónico é que por cá se faça o discurso da riqueza e se culpe as restrições à República.

Parece que foi o rico que pediu dinheiro ao pobre, sendo o rico a região (a *superavitolândia*) a pedir dinheiro ao pobre, que é a nação.

Além disso, parece que o país é que asfixia.

Não asfixia. O Governo acabou de anunciar o aumento de 75 milhões nas transferências previstas para a próxima Lei de Finanças Regionais.

Aparentemente está tudo bem. Só o senhor é que não vê isso.

Deputada Berta Cabral (PSD): Não dá jeito!

O Orador: De resto, o seu Governo diz que está tudo bem, que o Memorando está tudo bem, que está tudo ok e que não há problemas para a região, não há perdas de autonomia.

Não é verdade, Sr. Deputado, e é isso que queremos relembrar. Há perdas para a autonomia.

Não foi o rico que pediu dinheiro ao pobre. Ambos estão igualmente pobres. Talvez foi o roto ao descalço.

A situação é grave e é isso que temos que encarar aqui.

Infelizmente, não me parece que o Partido Socialista está disposto a perceber as implicações deste Memorando de Entendimento entre a República e a Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito direta, Sr. Vice-Presidente.

O Governo Regional já remeteu ao Ministério das Finanças, para efeitos de apreciação técnica, os documentos orçamentais que irá apresentar nesta Assembleia? Já o fez? Sim ou não! É uma questão fundamental.

Já que estamos num Parlamento, a origem dos parlamentos é exatamente esta.

Fez-se uma revolução, a Revolução Francesa, para que os parlamentos pudessem votar os impostos e para que os parlamentos pudessem fazer o seu orçamento.

Aqui temos um elemento do antigo regime, que é, antecede os parlamentos e condiciona a liberdade de decisão dos parlamentos. Parece-me absolutamente óbvio, ainda por cima, com um conceito absolutamente antidemocrático e que não respeita em nada o funcionamento de um sistema parlamentar, que é as tais eventuais revisões.

Imagine que os senhores aprovam uma proposta de alteração de qualquer um destes grupos parlamentares ou do próprio Partido Socialista que altera o Orçamento, ou que os senhores não tinham maioria absoluta.

Como é que os senhores podiam garantir e podiam remeter para o Ministério das Finanças estas alterações? Depois, o que é que acontecia em termos...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sabe a diferença entre alteração e revisão?

O Orador: Sr. Vice-Presidente, veja bem o que é que acontecia se o viesse a fazer.

O Sr. Vice-Presidente tem estado a negar constantemente aquilo que não é técnico.

O senhor é licenciado em economia, mas esta questão não é técnica. Esta questão é pura e simplesmente de português.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Alteração não é revisão e é isso que o senhor não percebe. O que é que eu hei de fazer?!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional comprometeu-se a enviar, para efeitos de apreciação técnica, estes documentos orçamentais.

A pergunta é muito concreta:

O Sr. Vice-Presidente (o senhor ou o Governo Regional) remeteu estes documentos para o Ministério das Finanças? Sim ou não!

Se sim, tenho mais duas ou três questões a colocar-lhe a seguir.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Secretário da Mesa vai fazer o favor de informar todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas, para o tempo que ainda disponibilizam, porque logo de seguida vamos fazer o intervalo das 5 e meia às 6 horas. Ficam informados do tempo que ainda têm disponível para continuar o debate.

Secretário: Partido Comunista: - 5 segundos (negativo).

Governo Regional: 12 minutos e 30 segundos;

Partido Socialista: 14 minutos e 40 segundos;

PSD: 6 minutos e 50 segundos;

CDS-PP: 1 minuto e 45 segundos;

Bloco de Esquerda: - 1 minuto e 30 segundos (negativo)

PPM: 30 segundos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas.

Eram 17 horas e 25 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, Sras. Deputadas, agradecia que retomassem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 06 minutos.

Vamos dar continuidade o debate do Projeto de Resolução que rejeita o Memorando de Entendimento assinado pelo Governo Regional e o Governo da República, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado. O Sr. Deputado tem ainda 30 segundos.

Passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não me inscrevi!

Presidente: Não? Deram-me essa indicação. Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Não tenho mais nenhuma inscrição.

Agora, sim, tenho a inscrição do Sr. Deputado Paulo Estêvão, do Partido Popular Monárquico. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah, inscrevi-me, inscrevi-me!

O Orador: Agora é que diz que se inscreveu.

De qualquer das formas vou voltar a fazer a pergunta, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional cumpriu aquilo que está previsto no nº 5 do Memorando? Já enviou, para efeitos de apreciação técnica, os documentos orçamentais no sentido deles tomar conhecimento o Ministério das Finanças? Sim ou não!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já me lembro por que é que me tinha inscrito, antes da pergunta do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Era para referir uma afirmação do Sr. Deputado Nuno Melo Alves, que disse que a Região ia ter mais 75 milhões de euros com a nova Lei de Finanças Regionais.

Sr. Deputado, o senhor não percebeu nada do que é que se passou.

A região não vai ter mais 75 milhões de euros.

O que vai acontecer é que vão repor os 75 milhões de euros que indevidamente iam tirar à região.

A região não terá mais dinheiro do que tem. Irá manter o valor que incorretamente ia ser (por um erro que já foi reconhecido pelo Governo da República) retirado.

Ou não percebeu bem, ou quis dizer uma coisa que não correspondia à realidade.

Em relação à resposta ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, reafirmo aqui aquilo que disse: o Governo irá cumprir integralmente o que está definido do ponto 5 do Memorando (nos termos em que está definido no ponto 5 de Memorando), ou seja, irá remeter o Orçamento e os Planos previsionais ao Ministério das Finanças antes de entregar na Assembleia

Deputada Berta Cabral e Deputado João Costa (*PSD*): Entrega amanhã!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tenho mais uma inscrição do Sr. Deputado do PSD, Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para um registo rápido, mas que julgo importante.

Acabámos de ouvir o reconhecimento, por parte do Sr. Vice-Presidente, que pela primeira vez na história da autonomia os documentos orçamentais serão remetidos para a República antes de serem entregues nesta Assembleia.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É um momento que é preciso registar para memória futura e que aqui não deve ser deixado de se sublinhar.

Outro sublinhado que gostaria de fazer é que também, pela primeira vez na História, houve deputados dos Açores no Parlamento nacional que votaram contra o seu grupo parlamentar para defender a autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Contente (PS): A primeira vez no PSD, aqui não! A primeira vez marca-se!

Presidente: Agora sim, não tenho mais nenhuma inscrição para o debate...

O Sr. Deputado Rogério Veiros acabou de se inscrever. Tem a palavra.

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Algumas perguntas, breves, ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

Gostaria de citar o Diário das Sessões, do dia 4 de setembro.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão disse (e passo a citar):

«Há aqui um compromisso. Peço a todos os açorianos para lerem o ponto nº 7: “O Governo Regional dos Açores compromete-se ainda a uma redução anual dos trabalhadores em funções públicas na Região (...)”. Está aqui escrito preto no branco. É este o compromisso.

Vão existir despedimentos na Região Autónoma dos Açores por parte do Governo Regional. É um compromisso assumido.» Fim de citação.

Queria perguntar ao Sr. Vice-Presidente do Governo qual foi o funcionário público que foi despedido no âmbito deste documento?

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Sr. Deputado António Marinho: «O que começou por ser anunciado como uma mera aplicação das medidas da troika, depois como um documento inócuo e até

(pasmese!) como um fortalecimento da Autonomia, acaba por submeter a Região ao controlo do Ministério das Finanças.»

Queria perguntar ao Sr. Vice-Presidente se foi o Sr. Ministro das Finanças quem elaborou a proposta de Orçamento da Região para 2013?

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é essa a questão!

O Orador: Cito novamente.

Sra. Deputada Zuraída Soares: «Se bem o li o conteúdo do Memorando (e está aqui presente o Sr. Vice-Presidente no plenário que poderá dizer se estas conclusões são legítimas ou não), é verdade que o conteúdo do Memorando vincula o Governo Regional a:

- 1- “Manter uma situação orçamental próxima do equilíbrio,
 - 2- “Reduzir salários e o número de funcionários da administração regional”
- (e não é no número que o Governo Regional decidir, é no número que está inscrito...»

Queria perguntar se o Sr. Vice-Presidente reduziu algum salário a algum funcionário público da região no âmbito deste Memorando de Entendimento?

São três perguntas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Sérgio Ávila.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para continuar o debate.

Primeira questão: obviamente, e ao contrário do que foi dito, não houve, não há,

...

Deputada Zuraída Soares (BE): Nunca haverá é que é importante!

O Orador: ... nem nunca haverá qualquer despedimento de funcionários da Administração Pública Regional, ao contrário do que foi aqui referido.

Segundo, obviamente não houve, não há, nem haverá, por conta deste Memorando, qualquer redução de vencimento dos funcionários públicos, ao contrário do que foi dito pelos partidos da oposição.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há! Então não há! Não é responsabilidade do Governo Regional mas há!

O Orador: Terceiro: ao contrário do que também foi dito e reafirmado pelos partidos da oposição, não há, nem haverá qualquer visto prévio, qualquer condicionalismo, qualquer tutela ou qualquer pré-aprovação do Ministério das Finanças em relação ao Orçamento e aos Planos da Região.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que é a apreciação prévia?

Deputado João Costa (PSD): É um selo de correio!

O Orador: Aquilo que os senhores disseram no passado não é verdade. Aquilo que os senhores disseram que seria o efeito do Memorando não é verdade.

Portanto, está na altura de quem disse que era necessário visto prévio (e repito, que disseram que era necessário visto prévio) do Governo da República...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que é a apreciação prévia?

O Orador: ... agora digam que reconheceram que não tinham razão.

Errar, todos erramos!

Reconhecer o erro, é uma virtude, não é um mal!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do CDS-PP, Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sr. Presidente, pedi a palavra para uma interpelação à Mesa.

Só para informar que vamos fazer chegar à Mesa, para relembrar ao Sr. Vice-Presidente, uma notícia do GaCS, de 13 de fevereiro de 2013, em que, citando a própria notícia, que por sua vez deveria citar o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, diz assim:

“(…) podemos hoje anunciar que o Ministério das Finanças reconheceu que os Açores tinham razão e que a LFR teria de ser ajustada de forma a aumentar as transferências para a RAA em 75 milhões de euros por ano (…)”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Leia o resto!

O Orador: Eu li tudo. Reconhecendo as “falhas na quantificação”.

A notícia foi dada pelo GaCS ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Amanhã vamos fazer essas contas!

O Orador: ... Gabinete de Apoio à Comunicação Social, no âmbito da Presidência do Governo Regional dos Açores e é a notícia que citámos que fala em aumentar.

Deputado Rogério Veiros (PS): No âmbito da proposta!

O Orador: Não somos nós.

Era esta a interpelação à Mesa, para fazer chegar este esclarecimento.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Fico a aguardar o documento e darei entrada na Mesa.

Neste momento tenho a inscrição do Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem 10 segundos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi aqui lembrada uma afirmação que quero, Sr. Deputado, reiterar.

Estou absolutamente convencido que, no prazo de vigência deste Memorando de Entendimento, para se concretizar a redução anual dos trabalhadores em funções públicas na região em linha com os objetivos do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, não será suficiente a saída que temos registado na região, que se deve exclusivamente às reformas...

Deputado Rogério Veiros (PS): Não apoiado!

O Orador: ... e ao facto de não terem sido reposicionados os trabalhadores para saldar este défice que tem a ver com as saídas para as reformas.

Estou absolutamente convencido, ...

Presidente: Sr. Deputado, ...

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Presidente: Agradecia.

O Orador: ... dado a juventude dos funcionários da nossa Administração Regional, que para concretizar este objetivo a minha afirmação é correta e irá ocorrer no prazo de vigência deste Memorando de Entendimento.

Reitero aquilo que disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Informo que terminou o seu tempo.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Deputado do CDS-PP, Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta que fiz há pouco e não foi respondida. Queria reiterá-la e colocá-la aqui eventualmente ao Sr. Vice-Presidente ou ao Sr. Deputado Rogério Veiros, se quiser responder e se souber.

Há pouco, perguntei, em relação a futuros memorandos, já que este é tão inócuo, se há necessidade de fazer futuros memorandos. Se forem todos como este, absolutamente inócuos, não percebemos por que não se há de fazer um em relação às dívidas da saúde, em relação às dívidas de outras empresas públicas, em relação a um conjunto de outras coisas.

Se de inócuo falamos, só poderemos ter vantagens, não é?

Com licença.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Vice-Presidente acabou de se inscrever. Tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, reafirmamos que não haverá qualquer despedimento na função pública. Por mais jovem que seja a Administração Pública Regional, haverá pelo menos um aposentado por ano. Isso cumpre integralmente o que está no Memorando.

Essa questão não se coloca. Aliás, posso dar-lhe os dados dos aposentados líquidos em 2012. Acabou de sair, no dia 15 de fevereiro de 2013, o Relatório Global Final de 2012, da Administração Pública Regional.

Sem qualquer despedimento e na gestão normal da Administração Pública Regional houve uma redução de 2,2% do número de funcionários da Administração Pública Regional. São os dados oficiais do Governo da República, publicados segunda-feira passada, o que demonstra efetivamente a consistência de toda a nossa argumentação.

Essa situação não faz qualquer sentido.

Em relação à questão de novos memorandos, objetiva e evidentemente as condições internacionais de mercado alteraram-se substancialmente. Portanto, não há necessidade de memorandos e se houvesse – aliás, é a grande conclusão deste debate – ninguém conseguiu determinar uma única coisa, um único aspeto, onde os açorianos tenham sido minimamente beliscados ou minimamente prejudicados por este memorando.

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tenho inscrito na minha lista o Sr. Deputado do Partido Socialista, Rogério Veiros. Faça favor.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Gostaria de perguntar ao senhor líder da bancada do PSD, no âmbito daquilo que é a política europeia de ajustamento orçamental e todo o controlo que é feito aos diferentes países da Comunidade Europeia no âmbito da sua política económica e na sua política orçamental, e a necessidade que esses países têm de remeter as informações em termos de défices futuros e défices a ter, se considera que está em causa a perda de soberania dos diferentes países da Comunidade Económica Europeia?

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, BE e PCP: Claro que está!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Rogério Veiros.

Agora, sim, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas. Faça favor.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma resposta elementar, Sr. Deputado Rogério Veiros.

Sabe por que é que se fazem as alterações aos tratados e por que é que se fazem os tratados?

Porque há entregas de soberania dos países à União. É tão simples quanto isto.

Neste caso, não foi feito um tratado, mas foi entregue parte da soberania e da autonomia dos Açores à República sem sequer este Parlamento saber.

É tão simples quanto isto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Duarte Freitas.

O Sr. Deputado Rogério Veiros já está em pé. Faça favor. Tem a palavra.

(Risos da Câmara)

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me discordar plenamente de V. Exa.

São os acordos que Portugal rubricou, e são os compromissos que Portugal assinou, que obrigam a nossa Região a fazê-lo e não aquilo que é o documento que está a ser discutido neste momento, Sr. Deputado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O malvado do Sócrates!

(Risos do Deputado João Costa)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Rogério Veiros.

Tenho mais uma inscrição. Sr. Deputado Berto Messias faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Farei uma brevíssima intervenção que entendo fazer devido às afirmações, há pouco, do Presidente do PSD-Açores sobre a suposta votação dos Deputados do

PSD-Açores na República, ao contrário do seu grupo parlamentar e ao contrário do Governo da República.

Sr. Deputado Duarte Freitas, deixe-me dizer-lhe que será a primeira vez que isso acontece quando muito pelos Deputados do PSD.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Cá estaremos, cá estará o Partido Socialista, para avaliar e sinalizar politicamente aquilo que acontecerá na votação final global deste documento e aquilo que acontecerá ao longo dos próximos tempos relativamente aos Açores e ao Governo da República.

Esperamos, sinceramente (eu espero e espera esta bancada) ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Uma proposta, porque ainda não entrou!

O Orador: ... que esse suposto novo registo não seja uma alegada determinação circunstancial e não seja aquilo que assistimos, há relativamente pouco tempo, quando se dizia à boca cheia em pré-campanha que os Deputados do PSD-Açores iriam votar contra o Orçamento de Estado e poucos dias depois os Deputados do PSD-Açores votaram a favor do Orçamento de Estado.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, aqui estaremos. Aqui estará o Partido Socialista para avaliar se aquilo que refere é uma alegada mudança de registo ou se é de facto uma sincera e genuína defesa dos interesses dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado do CDS-PP, Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado (líder parlamentar) Berto Messias, sempre que a situação vos incomoda parece-me que remetem com questões para a República.

Nós estamos num Parlamento a falar de decisões de outro Parlamento. Não vos parece um bocadinho absurdo?

Deputado José San-Bento (PS): Não fomos nós que falámos. Foi ali!

O Orador: Falámos, falámos sim senhor.

Temos que pensar aqui no sentido de voto que o Partido Socialista devia ter. Devia votar ao lado desta proposta do PCP, de rejeitar este Memorando de Entendimento com a República, que foi assinado exclusivamente pelo Governo Regional. Ao contrário daquilo que foi aqui afirmado, não foi debatido, não foi discutido e sobretudo não foi votado ou ratificado nem por este Parlamento, nem pelos eleitores açorianos. Não foi trazido a esta casa para ter uma aprovação. Foi aqui dado conhecimento, mas poderíamos ter tido conhecimento por um jornal.

Era nesse problema, nesse aspeto que os senhores deviam estar a pensar, não era no que se passa na Assembleia da República.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho mais uma inscrição. Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para agradecer a intervenção do meu digníssimo colega, líder parlamentar do Partido Socialista, Berto Messias.

Dizer-lhe que espero que esteja atento a esta postura, porque naturalmente vai ver que vamos continuar a ser consequentes.

Gostava de saber era se da parte do Partido Socialista iria haver esta coerência, esta consequência.

Vamos ver os dois exemplos e dois caminhos trilhados até aqui nesta matéria.

O Partido Socialista na República, com José Sócrates, assinou o Memorando que impunha a descida do diferencial fiscal de 30 para 20%. Isto significava para os açorianos mais impostos.

De seguida assinou o Memorando que estamos aqui hoje a discutir.

Entretanto, o então Presidente do Governo dizia que esta subida de impostos não seria significativa para os Açores e que até o Memorando assinado com a troika tinha sido um bom acordo para a Região Autónoma.

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O Partido Social Democrata dos Açores sempre discordou desta diminuição do diferencial fiscal, sempre discordou do aumento dos impostos para os açorianos.

Recentemente, no XX Congresso do PSD-Açores, como Presidente do partido, afirmei perante o congresso, os açorianos e quem nos ouvia, que iríamos votar contra a Lei de Finanças das Regiões Autónomas se ela contivesse a disposição de diminuição do diferencial fiscal, isto é, se na Lei de Finanças das Regiões Autónomas o Governo da República atual concretizasse aquilo que o Governo da República de José Sócrates tinha assinado com aplauso do então presidente do Governo, Carlos César.

Fomos meramente coerentes e consequentes parlamentarmente.

Votámos contra.

Se isto foi feito como foi feito até aqui, eu esperava que não houvesse dúvidas relativamente ao tratamento futuro, porque eu, já fui demasiado claro. Se a proposta que os Deputados do PSD-Açores, na Assembleia da República, vão apresentar, relativamente à manutenção do diferencial fiscal, isto é, que os açorianos não paguem impostos, não passar, se for chumbada, vamos votar de novo contra, na votação final global, a Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Chama-se a isto coerência.

Aquilo que não é coerência é aquilo que o Partido Socialista tem vindo a fazer, porque até se fosse coerente devia votar a favor da diminuição do diferencial fiscal.

Para ser coerente devia concordar com o aumento de impostos para os açorianos. Foi isso que sempre disse, foi com isso que sempre concordou, foi isso que estatuiu com a troika.

Estamos a ser coerentes até aqui e consequentes. E vamos continuar a ser.

Não concordamos que os açorianos paguem mais impostos e passem esse dinheiro para os bolsos do Governo Regional, por culpa de um acordo assinado com a troika que agora está sendo concretizado com o Governo da República, que apesar de ser do PSD não faz com que os deputados do PSD-Açores votem a favor, antes pelo contrário, afirmam a sua posição de defesa da autonomia das açorianas e dos açorianos para que eles não paguem mais impostos por culpa do acordo assinado com José Sócrates.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

Deputado João Costa (PSD): Já lhe disseram o que é que vai dizer!

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volto a dizer que registo com agrado esta mudança de registo por parte da liderança do PSD relativamente a estas matérias. Agora espera-se – e volto a dizer – que isto não seja um registo de circunstância, porque não basta dizer é preciso fazer.

Relativamente a essa matéria posso dizer-lhe que os Deputados do Partido Socialista dos Açores, na Assembleia da República, já entregaram em sede de comissão parlamentar uma proposta de alteração que visa precisamente manter o atual diferencial fiscal entre os Açores e o Continente Português. Não sei se isso já aconteceu por parte do PSD-Açores, mas acredito que acontecerá a curto prazo.

Devo dizer também que já é conhecida e foi tornada pública, há algum tempo, uma proposta que foi apresentada pelo Sr. Presidente do Governo dos Açores ao Sr. Primeiro-Ministro relativamente a essa matéria, afirmando que deve ser mantido no atual diferencial fiscal.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, fica muito claro que a decisão de manter o atual diferencial fiscal nos Açores está nas mãos do PSD e do CDS-PP a nível

nacional. É o mesmo que dizer também que está nas mãos do atual Governo da República.

Apesar do PSD (e também o CDS-PP!) tentar permanentemente reescrever a história, tentar permanentemente agarrar-se ao passado com uma manobra de diversão para desviar as atenções das responsabilidades que tem pelas maldades e pelo agravamento da situação económica e social do nosso país, promovida pelos seus companheiros a nível nacional, não pode passar em claro que essa decisão cabe hoje única e exclusivamente ao Governo da República. Ou seja, depois da votação final global da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que está agora em comissão parlamentar e que será votada a curto prazo em plenário da Assembleia da República, se dessa lei resultar um aumento de impostos para os açorianos, isso deve-se única e exclusivamente à intransigência e à má vontade do Governo da República, do PSD e do CDS-PP a nível nacional.

Volto a dizer: ainda bem – reconheço! – que o PSD-Açores é a favor da manutenção desse diferencial fiscal.

Ainda bem que sobre esta matéria temos um consenso alargado nos Açores em defesa da manutenção desse diferencial fiscal.

Deputado João Costa (PSD): Agora!

O Orador: Agora, Sras. e Srs. Deputados, espera-se que se passe das palavras aos atos. Espera-se consequência das propostas que fazemos.

Deputado João Costa (PSD): O senhor não era a favor disso!

O Orador: Portanto, espera-se que o PSD-Açores influencie os seus companheiros a nível nacional para que se mantenha o diferencial fiscal dos Açores.

Porque das duas, uma: ou é só conversa ou o PSD-Açores não tem qualquer influência nas políticas promovidas pelo Governo da República referentes à Região Autónoma dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que o PSD-Açores não tem qualquer influência (mas é que não tem mesmo qualquer influência!) foi naquilo que o Governo do Eng^o José Sócrates assinou com a troika.

Deputado Berto Messias (PS): Já cá faltava! O senhor não tinha mais nada para dizer!

O Orador. Aí é que não temos qualquer influência.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O PSD-Açores não tem qualquer influência naquilo que o Governo do Eng^o José Sócrates assinou com a troika, que impunha a diminuição do diferencial fiscal. Isto é, o Eng^o José Sócrates com o aplauso dos socialistas dos Açores, na altura, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... comprometeu-se com a troika a que os açorianos iriam pagar mais impostos para engordar os bolsos do Governo Regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sobre isso não temos qualquer influência. Sobre isso fomos sempre contra desde o primeiro momento.

Se há aqui alguém que deve ser coerente e não está sendo, é o Partido Socialista.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque nós, desde a primeira hora, temos dito o mesmo: ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Exatamente!

O Orador: ... discordamos que os açorianos paguem mais impostos, por via do acordo que o Governo Socialista da República assinou com a troika, e com isso vai encher os bolsos do Governo Regional.

Deputada Berta Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Sempre discordámos disso e sempre o dissemos.

O Governo Regional Socialista é que aplaudiu e agora está tentando dar o dito pelo não dito.

Nós é que dizemos: bem-vindos a este lado das bancadas que sempre estiveram contra o aumento de impostos que José Sócrates caucionou com a troika.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Deixe-me dizer-lhe mais uma questão, Sr. Deputado Berto Messias.

Aquilo que defendemos é uma questão de princípio. Nós não concordamos que se diminua o diferencial fiscal porque achamos que este diferencial fiscal, tal como está, e já vem desde a década de 80, significa a justa compensação pelos custos acrescidos que temos por via da nossa insularidade, de dispersão e de distância. É esse o nosso entendimento.

Achamos que isto é uma trave mestra da nossa autonomia e do nosso sistema autonómico.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não aceitamos condicionar esta benesse, que não é benesse para os açorianos, mas esta vantagem que os açorianos têm para compensar os sobrecusto, subverter isto ao cumprimento num ano ou noutra, por um governo ou outro, de matérias orçamentais.

Isto não é uma matéria de governação, é uma matéria de regime, é uma matéria de autonomia.

Os açorianos não podem pagar mais impostos para encher os bolsos do Governo Regional, por via deste Governo cumprir mais ou menos.

Têm que pagar menos impostos, porque é a justa compensação para os custos acrescidos da nossa insularidade e previstos no nosso Estatuto autonómico.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Jorge Macedo (PSD): E o PS dizia que não fazia mal reduzir o desconto!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado do CDS-PP, Nuno Melo Alves. Queria recordar que tem 35 segundos. Muito obrigado. Tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei muito curto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para recordar aqui aos Deputados da bancada do Partido Socialista que o CDS, ao contrário do PS, desde 2011 e desde as negociações com a troika, tem-se oposto à redução do diferencial fiscal, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então por que é que votou a favor na Assembleia da República?

O Orador: ... ao contrário do Partido Socialista que, quando o Presidente do Governo Regional e o Vice-Presidente do Governo Regional, então Secretário das Finanças, foram reunir com o Primeiro-Ministro, antes da assinatura do acordo final da troika, não deram qualquer importância, nas palavras do próprio Carlos César, Presidente do Governo Regional na altura. Não se preocupou quase nada. Passo a citá-lo:

“Esta medida, frisou, terá um impacto reduzido em termos do número de contribuintes de IRS no que toca à redução da diferenciação fiscal”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade!

O Orador: Essa não foi a nossa preocupação. A nossa preocupação foi sempre que esta medida seria efetivamente penalizadora.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem deu a conferência de imprensa foi o Sr. André Bradford e a Sra. Secretária Piedade Lalanda!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado Berto Messias, do Partido Socialista.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero eternizar aqui discussões, muito menos recuperar discussões que já tivemos aqui muitas vezes.

Já discutimos aqui o Memorando da Troika variadíssimas vezes; já discutimos aqui este Memorando por proposta do Partido Socialista no plenário de setembro, uma interpelação feita nesta casa por proposta do PS relativamente a este assunto. Portanto, não temos problema absolutamente nenhum em discutir este ou qualquer outro assunto que os senhores entendam.

Mas Sr. Deputado Duarte Freitas, deve haver aqui um equívoco nas referências que o senhor faz ao Memorando de Entendimento da troika.

Deixe-me fazer uma precisão histórica. Deixe-me referir o Dr. Eduardo Catroga, seu companheiro, militante ativo do PSD, coordenador do programa eleitoral do PSD, que disse publicamente que o Memorando teve uma grande influência dele, senão era pior ainda. Portanto, ele teve uma grande responsabilidade no Memorando de Entendimento da troika assinado pelo Partido Socialista, pelo PSD e pelo CDS-PP.

Mas não vamos recuperar essa discussão que é muito antiga.

Também digo-lhe olhos nos olhos, digo-lhe a si e a digo a todos os Deputados nesta Casa:

Nós não temos problema absolutamente nenhum de referir as questões relativas à consagração no Memorando de Entendimento da troika, referentes à alteração ao diferencial fiscal.

Os senhores tentam levantar o fantasma, referir as responsabilidades do Partido Socialista nessa matéria.

Nós discutimos isso aqui imensas vezes, com total transparência, com total frontalidade, aliás, como sempre o fizemos nesta e noutras matérias, mas também já o dissemos, e os senhores têm a obrigação política e moral de o reconhecer, de que os pressupostos que existiam, quando essa alteração do diferencial foi consagrada no Memorando de Entendimento da troika, mudaram consideravelmente.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é que é interessante!

O Orador: Desde logo, autêntica tempestade fiscal que o Governo da República impõe aos portugueses, um aumento de impostos brutal do qual não há memória no Portugal democrático, dito até pelo Sr. Ministro das Finanças que era um aumento de impostos enorme. Mudou esse pressuposto.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E porquê?

Deputado João Costa (PSD): Eram a favor então! Estamos esclarecidos!

O Orador: Outro pressuposto que foi alterado foi ser pública a situação real e financeira de cada uma das duas Regiões Autónomas.

Infelizmente para os nossos concidadãos madeirenses, um colapso económico e social na Região Autónoma da Madeira que originou um resgate financeiro por parte do Governo da República.

Por outro lado, aquilo que foi referido relativamente às contas públicas dos Açores, devidamente comprovado e visado...

Deputado João Costa (PSD): Nada como o calor do debate!

O Orador: ... por várias entidades públicas perfeitamente insuspeitas e idóneas, como o EUROSTAT, o Tribunal de Contas, o FMI, a Comissão Europeia. Por acaso, estas duas últimas até fazem parte da troika.

Deputado João Costa (PSD): Não era assim há um ano e meio atrás?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Se vamos fazer uma análise séria a estas matérias, aqui estamos para fazê-la, discutindo todos os pressupostos e discutindo tudo aquilo que existia na altura da elaboração do Memorando de Entendimento da Troika e tudo aquilo que existe hoje.

Portanto, o Partido Socialista não tem qualquer tipo de problema em fazer esta discussão, onde e quando V. Exas. quiserem.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado Duarte Freitas, que acabou de fazer uma intervenção, de facto, num registo agradável, num registo que eu reconheço que é importante, porque julgo que o Partido Social Democrata teve um papel fundamental na construção da nossa autonomia.

Os Açores precisam que o maior partido da oposição contribua efetivamente para o fortalecimento dessa autonomia, o que infelizmente não tem acontecido no passado recente.

Portanto, registo com agrado essa sua intervenção, mas deixe-me dizer-lhe: o senhor deve usar exatamente o mesmo registo e deve dizer aquilo que disse aqui e agora, olhos nos olhos, ao Sr. Primeiro-Ministro...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já disse! Olha que medo!

O Orador: ... e ao Governo da República, porque são eles os responsáveis pela proposta e aprovação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Se mantiverem, se alterarem o atual diferencial fiscal, e isso significar um aumento de impostos para os açorianos, é responsabilidade única e exclusiva do atual Governo da República.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Saúde)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Ouvindo o Sr. Deputado Duarte Freitas, até parece que nos Açores não houve um brutal aumento de IVA e do IRS recentemente, que não estava no Memorando inicial e que foi imposto pelo Governo da República do PSD-PP.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não estava no acordo da troika aumentar impostos?

Afinal o senhor não leu o Memorando da Troika!

O Orador: Ou seja, hoje estamos a viver nos Açores uma situação substancialmente mais gravosa do ponto de vista dos impostos, e no país, por

um aumento brutal, segundo as palavras do próprio Governo da República, dos impostos que não estavam no Memorando inicial.

Nenhum açoriano ganha absolutamente nada com a discussão que se dizia há dois anos.

O que é preciso saber é apenas uma coisa. É se o atual Governo da República PSD/CDS-PP, se os Deputados na Assembleia da República que têm essa decisão na mão e têm exclusivamente essa competência, querem ou não manter o diferencial fiscal na Região.

Essa decisão cabe única e exclusivamente aos Deputados da Assembleia da República.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Cabe à troika!

O Orador: Não ponham a questão no acordo da troika, porque não estava no acordo da troika aumentar o IVA e o IVA foi aumentado; não estava o aumento do IRS e o IRS foi aumentado para todos os portugueses, sem resultados e sem impactos como recentemente se demonstrou em todo o país com uma recessão económica superior àquilo que estava previsto, com um desemprego substancialmente superior àquilo que estava previsto e com o montante de dívida pública do país a atingir o seu limite máximo desde sempre e mantendo exatamente o mesmo desequilíbrio orçamental que tinham há dois anos.

Este é o cerne da questão que deve ser aqui colocado, devendo ser claramente definido e clarificado que esta matéria é uma matéria exclusiva da Assembleia da República e da maioria do PSD/PP que tem nas suas mãos este resultado.

Também está na hora de saber se o PSD-Açores representa alguma coisa no PSD nacional, se a sua voz é ouvida, consentida ou ignorada.

Esse será o momento para sabermos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria penso que já foi claramente definida qual foi a postura do Partido Social Democrata dos Açores em relação ao diferencial fiscal.

Em relação ao tom e ao conteúdo das minhas intervenções, aqui, penso que já é o habitual, mas gostaria de sublinhar de novo o seguinte:

Assistimos, hoje, aqui, a algo muito importante e muito significativo para a nossa autonomia, o reconhecimento por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional que, ao cumprir o Memorando que foi proposto e assinado, tal qual ele o propôs com o Governo da República, pela primeira vez na história da autonomia os documentos orçamentais, antes de entrarem nesta casa vão a Lisboa para serem analisados no Terreiro do Paço.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é o que interessa!

Deputados João Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Esse é o momento histórico que vai ficar gravado pela negativa nos anais da nossa autonomia.

Também quero dizer aqui e sublinhar que aquilo que os Deputados do Partido Social Democrata dos Açores fizeram na Assembleia da República vão continuar a fazer, sempre que estiver em causa defender os açorianos e as açorinas, mesmo contra os desejos do Governo Regional.

Mesmo que os desejos do Governo Regional sejam que se aumente os impostos para, como aconteceu nos sucessivos PECs, engordar o Orçamento Regional, mesmo que seja esse o secreto desejo do Governo Regional, nós vamos marcar a nossa posição na defesa das açorianas e dos açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): O passado recente não lhe permite afirmar isso!

O Orador: Somos contra o aumento de impostos...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que o Governo de José Sócrates subscreveu com a troika e que vai penalizar muitíssimo os açorianos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Somos contra e vamos continuar a marcá-lo. Disse-o cara a cara, Sr. Deputado Berto Messias, ao Presidente do meu partido ainda não há muitos dias.

Deputado Berto Messias (PS): Pelos vistos tem que dizer outra vez!

O Orador: E vou continuar a dizê-lo.

Aquilo que os açorianos e as açorianas podem ter a certeza, e os Srs. Deputados nesta casa, é que vamos continuar a ser coerentes. Para nós, mais importante do que o Partido Social Democrata, são os açorianos e as açorianas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho mais nenhuma inscrição. Vamos passar à votação do Projeto de Resolução que rejeita o Memorando de Entendimento assinado entre o Governo Regional e o Governo da República, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Vamos passar à votação. Agradecia algum silêncio e poucos apartes nas votações.

Os Srs. e as Sras. Deputadas que votam a favor façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 28 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental (artigo 67º). Às 19 horas retomamos os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

Eram 18 horas e 47 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradece que ocupassem os vossos lugares para darmos seguimento à nossa Agenda.

Eram 19 horas e 05 minutos.

Vamos dar início ao ponto seguinte da nossa Agenda: **Petição n.º 10/2012 - Alameda dos Plátanos da Povoação a património paisagístico da RAA** – apresentada por António Manuel Vieira Resendes, na qualidade de primeiro subscritor.

Chamava a atenção dos Srs. Deputados que os tempos previstos para este debate são:

PS: 10 minutos

PSD: 10 minutos

CDS-PP: 10 minutos

BE: 10 minutos

PCP: 10 minutos

PPM: 10 minutos

Mais uma nota. De acordo com o nº 3 do artigo 192º do Regimento, as Representações Parlamentares teriam 5 minutos cada. Contudo é praxe parlamentar a atribuição de 10 minutos a todos os partidos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É uma benesse!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É para agradecermos?

Presidente: Agradece que a Sra. Relatora da CAPAT fizesse o favor de apresentar o relatório.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório no âmbito da apreciação da Petição n.º 10/2012 – Alameda dos Plátanos da Povoação a património paisagístico da Região Autónoma dos Açores

**Capítulo I
INTRODUÇÃO**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 7 de fevereiro de 2013, na delegação de S. Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a apreciação e relato, em execução do solicitado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa, da Petição n.º 10/2012 – “Alameda dos Plátanos da Povoação a património paisagístico da Região Autónoma dos Açores”.

A mencionada Petição, contendo 373 assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 2 de abril de 2012, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação e relato.

**Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei 43/90, de 10 de agosto.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2012/A, de 20 de novembro, as matérias relativas a ambiente, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

1. APRECIÇÃO DA PETIÇÃO

a) Da admissibilidade

Apreciada a admissibilidade da Petição, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, por unanimidade, admiti-la por estarem verificados todos os requisitos legais e regimentais.

b) Objeto da petição

Os peticionários pretendem que a Alameda dos Plátanos, no concelho da Povoação, seja considerada património paisagístico da Região Autónoma dos Açores, por conseguinte, protegida por lei.

Pretendem, ainda, que a referida alameda mantenha a sua traça original, designadamente, caminho de cascalho vermelho ladeado por duas alas de plátanos e tapumes ou sebes de hortências e que sejam criadas condições tendo em vista o seu melhoramento e preservação.

c) Diligências efetuadas

Admitida a Petição, a Comissão decidiu efetuar as seguintes diligências:

- i. Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro subscritor;
- ii. Audição do Secretário Regional dos Recursos Naturais;
- iii. Audição do Presidente da Câmara Municipal da Povoação;

- iv. Audição do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios;
- v. Solicitação de pareceres escritos às ONGA e Associações locais com intervenção em matéria de ambiente;
- vi. Visita ao local.

As diligências realizadas são sucintamente descritas abaixo:

i. AUDIÇÃO DOS PETICIONÁRIOS

A Comissão procedeu à audição dos Peticionários na pessoa do primeiro subscritor da petição, Senhor António Manuel Vieira Resendes. A audição decorreu no dia 21 de agosto de 2012, na delegação de S. Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

A Comissão procedeu à audição dos peticionários, na pessoa do primeiro subscritor, Dr. António Resendes, na sua reunião do dia 21 de agosto de 2012.

O **Presidente da Comissão** saudou o exercício do direito de petição pelos cidadãos, pedindo ao primeiro subscritor que apresentasse à Comissão a motivação e fundamentos da petição apresentada.

O **Peticionário** apresentou-se como professor de Matemática na Vila da Povoação, formado pela Universidade dos Açores e procedeu a uma apresentação de fotos destinada a elucidar sobre o local visado pela iniciativa. Segundo o Peticionário, a Alameda dos Plátanos faz parte do imaginário da população local e de todos os que trabalharam ou transitaram pela Povoação e não tem dimensão para o trânsito de vários veículos pesados em simultâneo.

Acrescentou que o projeto que motivou a petição implicava o abate de metade dos plátanos ou a asfaltagem do caminho e que, em resposta à intervenção no local, foi criado um grupo no *Facebook* que decidiu, posteriormente, elaborar a petição.

Para o Peticionário, é admissível discutir a manutenção das hortências, uma vez que se trata de uma planta não endémica que poderia ser substituída por urze.

Considera que a manutenção da Alameda implica um funcionário a tempo inteiro que pode trabalhar também na manutenção de um miradouro localizado no fim do caminho.

Considera que, além da manutenção de um caminho que tem história, deveria ponderar-se a sua integração no Parque Natural de S. Miguel, uma vez que se localiza na orla do parque do Pico da Vara. Segundo disse, os peticionários pretendem a preservação de tudo o que identitário do concelho e dos Açores.

O Deputado **Luís Silveira**, do **CDS/PP**, agradeceu a presença do peticionário a quem questionou sobre a titularidade da tutela da estrada, qual o enquadramento da pretensão para pavimentar o caminho e se esteve em causa o abate de plátanos.

Respondendo ao Deputado, o **Peticionário** referiu que não foi promotor de qualquer projeto, pelo que não se considera a pessoa mais indicada para responder às questões. Acrescentou que o caminho é classificado como caminho agrícola, pelo que será da tutela do IROA. Segundo o Peticionário, o caminho seria em betão e sem bermas e, numa primeira versão, estavam identificados 132 plátanos para abate, respeitantes a apenas metade do caminho. Prosseguiu dizendo que o peticionários, sentindo a responsabilidade de apresentar uma alternativa para a construção do caminho dos Arrastadouros, apresentaram um traçado alternativo, em parte do qual apenas seria necessário alargar a via. Quanto à ponte, precisaria de um novo tabuleiro e, noutros dois troços, o caminho incorporaria caminhos agrícolas.

Segundo o Peticionário, o caminho em causa tem 600 plátanos, dos quais teriam que ser abatidos 300, caso o caminho dos Arrastadouros fosse construído a partir da Alameda dos Plátanos.

Usou da palavra do Deputado **Jorge Macedo**, do **PSD**, que se identificou como sendo um dos peticionários. Disse ter pensado que se tratava da reabilitação de um caminho em mau estado, tendo porém verificado que este é o melhor caminho de terra batida dos Açores. Para o Deputado, a questão não se prende com o estado do piso nem com o trânsito de pesados, tratando-se apenas de uma

teimosia e disparate. Concluiu saudando o surgimento da petição, que permitiu alertar para a situação em causa.

Comentando a intervenção do Deputado, o **Peticionário** concordou com a qualidade do piso, lembrando, no entanto, que em algumas zonas aquele perde qualidade devido à água que escorre das pastagens. Reiterou que a via precisa de ser preservada e considerou adequado proceder-se à regularização do piso e à colocação de caleiras para drenagem a montante.

O Deputado **Hernâni Jorge**, do **PS**, considerou que o objeto da petição é claro quanto ao pedido de classificação e preservação do bem em causa. Considerou que houve dinâmicas que defenderam o alargamento da via e, num segundo momento, prescindiu-se desse alargamento e pretendeu-se a asfaltagem para dar resposta a determinadas atividades económicas e ao trânsito de certos veículos. Para o Deputado, não subsistem dúvidas quanto ao valor paisagístico do que foi mostrado pelo Peticionário, pese embora a questão de compatibilização de usos. Considerou que o valor paisagístico não depende de endemismos e que a apresentação de um traçado alternativo é o reconhecimento da existência daquelas atividades. Para o Deputado, existe a possibilidade de conciliar os vários interesses sobre a construção de uma nova via, mantendo o valor paisagístico da via em causa que, aliás, surgiu por via de uma utilidade económica.

Comentado a intervenção do Deputado, o **Peticionário** disse que no momento atual, atenta a utilização que é dada à estrada, apenas é necessário regularizar o piso e que estima que atualmente passem 5 a 10 viaturas pesadas na estrada. Contudo, considerou ser necessário criar uma da zona nascente até à zona poente, para apoio às atividades económicas daquela bacia hidrográfica.

A Deputada **Zuraida Soares**, do **BE**, pretendeu saber como é que os peticionários tiveram conhecimento do projeto, se têm informação oficial ou oficiosa de que a intervenção está bloqueada e a que situação a intervenção visa responder.

O **Peticionário** disse não saber responder à última questão colocada, mas que o traçado que propõe iria colmatar as necessidades que se sentem nas atividades

económicas. Quanto ao abate dos plátanos, referiu ter o mesmo sido conhecido numa discussão pública na junta de freguesia de Nossa Senhora dos Remédios com a presença do Presidente da Câmara. Nessa reunião foi referida a intenção inicial de abater 132 plátanos, mas que afinal seriam apenas 12, para permitir o cruzamento de veículos, mantendo-se a intenção de pavimentar o piso, eventualmente com coloração.

O Deputado **Carlos Mendonça**, do **PS**, saudou os peticionários e referiu a existência de dúvidas sobre a tutela da estrada, uma vez que há caminhos agrícolas da responsabilidade de autarquias e a estrada a causa tem mais de 70 anos. O Deputado pretendeu saber quantas explorações se incluem na área agrícola; qual a largura da estrada; a que tipo viaturas pesadas se refere o peticionário; como é que se passou do abate de 132 para 12 árvores; se o traçado proposto pelos peticionários se destina a caminho agrícola ou para utilização geral e se pressupõe a asfaltagem de terrenos.

O **Peticionário** considerou que as questões colocadas nada têm a ver com a petição mas sim com a história do processo e referiu que o projeto foi desenvolvido pelo IROA e Secretaria Regional da Agricultura e Florestas. Quanto às explorações, são muitas e é necessária uma estrada para a vida económica das explorações e para a vida das pessoas. Segundo o Peticionário, o objeto da petição dispensaria a participação na discussão destas questões, mas os peticionários entenderam apresentar a proposta de um traçado alternativo.

O Deputado **Luís Silveira** pretendeu saber se na reunião com os autarcas participou algum membro do Governo Regional. Quis, também, saber se, caso o Governo não tivesse condições para avançar com uma alternativa, os peticionários entendem que a requalificação da Alameda dos Plátanos e a construção de uma outra ligação poderiam ser uma solução a curto prazo. Para o Deputado, sendo o projeto do IROA e porque o perímetro é agrícola e a responsabilidade de manutenção do município, fica explicado o interesse da autarquia na asfaltagem do terreno, por ser mais fácil manter.

Quanto à primeira questão, o **Peticionário** respondeu que o Governo não esteve presente, mas esclareceu que se tratou de uma reunião popular e informal. Disse

ficar sempre incomodado quando, em relação à Povoação, se fala sempre em remendos e nunca no que é bom, referindo o concelho tem mais área e população e a ilha de Santa Maria. Concluiu dizendo que, não sendo possível avançar com o caminho dos Arrastadouros, o aproveitamento de um caminho agrícola existente seria uma alternativa rápida.

O Deputado **Jorge Macedo** evidenciou o aspeto construtivo da petição, ao apresentar uma alternativa e manifestou dúvidas quanto à posição do Partido Socialista.

A Deputada **Isabel Almeida Rodrigues**, do **PS**, protestou pela forma abusiva como o Deputado Jorge Macedo tirou conclusões sobre a posição do PS e aproveitou para fazer propaganda política. A Deputada destacou a importância da participação dos cidadãos.

O Deputado **Carlos Mendonça** esclareceu que não veiculou qualquer posição do PS, apenas pretendendo ser esclarecido às questões que colocou.

O **Peticionário** informou que o traçado proposto passa por propriedade privada que teria que ser adquirida ou expropriada e concluiu a audição esperando que a Assembleia Legislativa faça uma apreciação imparcial e construtiva da petição apresentada.

ii. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DOS RECURSOS NATURAIS

A Comissão procedeu à audição do Secretário Regional dos Recursos Naturais na sua reunião do dia 10 de janeiro de 2013.

O **Presidente da Comissão** procedeu ao enquadramento da diligência no âmbito da análise da Petição n.º 10/2012.

O **Secretário Regional** começou por referir que a ideia de melhorar o caminho dos Arrastadouros previa, numa primeira versão, o abate de plátanos da Alameda e que a melhoria das condições de vida tem que ser equilibrada com a preservação do nosso património. Considerou que houve uma evolução na

decisão na sequência da qual os plátanos irão manter-se na sua quase totalidade. Segundo esclareceu, far-se-á a asfaltagem com pigmentação, para melhorar a circulação e permitir uma manutenção acessível. Nesse sentido, foi lançado um concurso que decorre e a sua concretização dependerá das disponibilidades financeiras. Ao concluir a sua intervenção, deu a garantia de que os plátanos continuarão com o seu esplendor.

O Deputado **Luís Silveira**, do **CDS-PP**, manifestou o seu agrado pela posição do governo e questionou se a questão das águas pluviais será acautelada.

O **Secretário Regional** considerou que não é habitual pavimentar a estrada sem acautelar o escoamento das águas pluviais.

O Deputado **José Andrade**, do **PSD**, considerou que a classificação do património em questão permitirá a preservação do existente e a requalificação da Alameda e questionou se o Governo considera possível e provável propor a classificação como património paisagístico.

Respondendo ao Deputado, o **Secretário Regional** disse que a intenção do Governo é classificar como área de paisagem protegida ao abrigo do regime do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A.

O Deputado **José Andrade** quis, então, saber se o piso asfaltado é compatível com a classificação do local, tendo o **Secretário Regional** informado que, da avaliação que fez, resulta que é compatível porque a classificação terá isso em conta.

iii) AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA POVOAÇÃO

Por impossibilidade de agenda invocada pelo próprio, não foi possível proceder à audição do Presidente da Câmara da Povoação.

iv) AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

A Comissão procedeu à audição do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, no dia 11 de janeiro de 2013, durante a visita ao local.

O **Presidente da Junta de Freguesia** relevou a singularidade do local e a sua importância paisagística e turística e considerou que o processo, com origem na estrada dos Arrastadouros, foi desencadeado por lavradores que pretendiam a melhoria da circulação.

O autarca disse não ter participado no projeto que o Governo pretendia implementar, o qual descaracterizaria completamente o local. Manifestou a sua preocupação face ao impacto da obra na realização, no local, de um importante troço do Sata Rally Açores.

A Deputada **Catarina Furtado**, do **PS**, quis saber qual a opinião preponderante quanto ao tipo de intervenção que deverá ser realizada no local.

O **Presidente da Junta de Freguesia** começou por lembrar que o PDM prevê a implantação do parque industrial do concelho nas proximidades da Alameda dos Plátanos. Segundo o autarca, o local deverá ser preservado como se encontra e questionou qual o impacto da proteção da zona naquele tipo de estrutura. Considerou que as pessoas apreciam a preservação do espaço com a melhoria do piso, havendo divergências quanto a este manter-se ou não de terra. Informou que o projeto nunca lhe foi facultado enquanto autarca e esclareceu que o projeto dos Arrastadouros liga todas as lombas pelo Norte. Por si, defende a manutenção do local como está.

O Deputado **Luís Silveira**, do **CDS-PP**, iniciou a sua intervenção considerando que a manutenção de estradas com piso de terra é difícil devido às condições hidrológicas da nossa Região. O Deputado pretendeu saber se o autarca prefere manter o piso como está ou uma solução de pavimentação com betão avermelhado e drenagem das águas pluviais.

Respondendo ao Deputado, o **Presidente da Junta de Freguesia** reiterou a sua opinião pessoal de manutenção do local tal como se encontra, acrescentando, no entanto, que se não ocorrer corte abusivo de árvores, não vê inconveniente na pavimentação com coloração adequada e retenção das águas. Entende

importante salvaguardar que a classificação da zona não interferirá com a instalação de novas atividades.

O Deputado **Luís Rendeiro**, do **PSD**, começou por referir a posição assumida pelo Secretário Regional dos Recursos Naturais, que considerou de consenso e quis saber se o autarca considera uma boa opção a classificação como área de paisagem protegida e qual a parcela da estrada que é utilizada no rali.

O **Presidente da Junta de Freguesia** mostrou-se satisfeito por a posição do Governo ir de encontro à que assumiu inicialmente, mas considerou que é uma solução que não agrada aos que defendem a manutenção do piso de terra. Quanto ao rali, utiliza menos de metade do caminho e não tem traçado alternativo à Alameda dos Plátanos.

O Deputado **Carlos Mendonça**, do **PS**, quis ser esclarecido quanto à localização da futura zona industrial e da escola.

O **Presidente da Junta de Freguesia** esclareceu que o local concreto não está definido, apenas que será na freguesia e acrescentou que defende a localização da escola na parte urbana da Lomba do Alcaide e a da zona industrial no Pico do Congo.

O Deputado **Pedro Moura**, do **PS**, pretendeu saber se a classificação da Alameda dos Plátanos inviabilizará a estrada dos Arrastadouros e o parque industrial.

Respondendo ao Deputado, o **Presidente da Junta de Freguesia** disse que tem que analisar as implicações da classificação e reiterou que o essencial é preservar a estrada.

O Deputado **Luís Garcia**, do **PSD**, questionou se a instalação do parque industrial é competência camarária.

O **Presidente da Junta de Freguesia** respondeu que apenas está previsto em plano diretor municipal.

v. CONTRIBUTOS DE OUTRAS ENTIDADES

A Comissão solicitou pareceres escritos às ONGA e Associações locais com intervenção em matéria de ambiente. Os pareceres recebidos são juntos ao presente relatório e dele fazem parte integrante.

vi. VISITA AO LOCAL

A Comissão visitou o local objeto da Petição no passado dia 11 de janeiro de 2013, tendo percorrido a totalidade da via em causa.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* saúda a participação dos cidadãos através do instrumento de participação política do direito de petição e considera que a classificação como área protegida, bem como a intervenção anunciada ao nível do piso e das águas pluviais permitem compatibilizar os diferentes interesses e usos que se identificaram para o local.

O *Grupo Parlamentar do PSD* saúda a participação dos Peticionários através do uso do instrumento de participação cívica que é a Petição Pública. Considera que houve duas questões constantes do texto da petição que não foram respondidas pelo Governo e que têm a ver com a manutenção do piso da Alameda dos Plátanos em terra batida, bem como as consequências da intervenção a realizar naquele local no troço do SATA Rally Açores que percorre parte da Alameda. O facto de haver ainda um trilho pedestre que passa naquele local, trilho esse cujas características ficarão alteradas, também deverá ser merecedor de atenção. O PSD compreende os custos associados à manutenção daquele troço em terra batida e aceita a solução, proposta pelo Secretário dos Recursos Naturais, da pavimentação do local com um piso asfáltico pigmentado, como sendo uma solução de consenso.

Para o PSD, o facto que esteve na origem do processo que levou ao surgimento desta petição foi a falta de bom senso no tratamento do património paisagístico que constitui a Alameda dos Plátanos, o qual ter-se-ia perdido se tivesse sido efetuada a intervenção inicialmente prevista.

O *Grupo Parlamentar do CDS-PP* saúda os peticionários e considera adequada a pavimentação do caminho em massa asfáltica betuminosa vermelha e a construção de bermas adequadas à drenagem das águas pluviais, mantendo os plátanos, embora admitindo, em caso de extrema necessidade, o eventual corte de algum exemplar, e a classificação como área protegida.

A *Representação Parlamentar do PCP* saúda os peticionários e dá o seu acordo à solução apresentada pelo Governo Regional, que consistirá no arranjo do piso e das bermas e o tratamento das águas pluviais e evitará o corte desnecessário de árvores.

Capítulo V

CONCLUSÕES

Concluídas as diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 10/2012, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A Alameda dos Plátanos, localizada na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, concelho da Povoação, pela singularidade das suas características estéticas, constitui um importante valor paisagístico e um recurso turístico significativo para o concelho da Povoação.
2. As suas características e valores justificam a atribuição de um estatuto de proteção ao abrigo do regime de áreas protegidas estatuído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 4 de abril, que aprovou o regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade.

3. Existem opiniões divergentes quanto à natureza da intervenção a realizar para melhoria das condições de circulação na via em causa, designadamente quanto à manutenção ou não do piso em terra batida.
4. A classificação como área protegida, bem como a intervenção anunciada ao nível do piso e das águas pluviais, que ocorrerá em toda a extensão da via, afigura-se adequada à compatibilização dos diferentes interesses e usos que se identificaram para o local, sendo, porém, necessário compatibilizar essa intervenção com a manutenção da etapa do SATA Rally Açores, que se realiza no local, e do trilho que atravessa a Alameda dos Plátanos.

Considerando que a Petição foi subscrita por 373 cidadãos, a mesma deverá ser apreciada em reunião do Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 192.º do respetivo Regimento.

Ponta Delgada, 7 de fevereiro de 2013

A Relatora, *Isabel Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, relatora da CAPAT.

Estão abertas as inscrições para debate da petição.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP quer começar por saudar esta iniciativa e de uma forma até, digamos, efusiva. Esta movimentação popular teve como

consequência evitar um atentado ao património paisagístico dos Açores, concretamente no concelho da Povoação. Em nome da recuperação ou da melhoria de uma estrada, a opção do Governo era o asfalto, a opção da população foi a salvaguarda daquela Alameda e daquelas árvores.

Para quem conhece a Alameda dos Plátanos é de facto uma beleza singular.

Relativamente aos trabalhos que a Comissão desenvolveu e àquilo que apresenta como conclusões, o PCP teve oportunidade de as aprovar em sede de Comissão.

Penso que se encontrou uma situação consensual que satisfaz os interesses dos peticionários, preservando-se assim aquele património paisagístico da Região, para além do facto de se ter encontrado uma situação adequada, e que não fere efetivamente a Alameda dos Plátanos, para que a melhoria do piso da estrada regional ser o adequado às necessidades de circulação mas também associada a uma coisa que era fundamental que era a preservação daquela Alameda.

É de facto um bom exemplo da iniciativa popular que travou a tempo uma opção do anterior governo, que era um autêntico atentado ao património da Região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Social Democrata, José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A petição da Alameda dos Plátanos merece do PSD uma apreciação plenária estruturada em seis tópicos:

- a importância do local
- o projeto inicial
- a pertinência da iniciativa
- o recuo do Governo
- as condicionantes da intervenção
- a vitória da cidadania

Em relação à importância do local – que extravasa o próprio concelho da Povoação e até a ilha de São Miguel – convém contextualizar e importa sublinhar, desde logo, que estamos perante “*uma das poucas estradas que ainda mantêm a estrutura das estradas tradicionais do arquipélago*”, como referem as organizações não-governamentais do ambiente que foram consultadas pela nossa comissão.

Trata-se de uma via que tanto serve as acessibilidades agrícolas como as carreiras urbanas, com cerca de 700 metros de extensão em pavimento de terra batida, circundante à freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, que configura uma alameda de 600 plátanos com idade estimada de 70 anos.

Este conjunto paisagístico evidencia reconhecido sentido estético, valor ambiental, herança cultural e interesse turístico.

Caracterizada assim a importância do local, dificilmente se compreende o seu projeto inicial.

O governo chegou a considerar uma intervenção nesta estrada regional que passaria pelo abate de até metade das suas árvores – seriam abatidos 130 a 300 plátanos! – e pela cobertura do seu pavimento com asfaltagem em betão e sem bermas.

É esta incompreensível intenção do governo que motiva uma pertinente petição intitulada “Alameda dos Plátanos da Povoação a património paisagístico da Região Autónoma dos Açores”, com o primeiro subscritor António Resendes e mais 372 assinaturas, entrada no Parlamento a 2 de abril de 2012.

O seu objeto é tão claro como justificado: que a Alameda dos Plátanos seja considerada património paisagístico da Região; que mantenha a sua traça original; que sejam criadas condições para o seu melhoramento.

Em face da petição, da evidência e do senso comum, o governo recuou para a posição natural de respeitar o local, contornando assim um problema que podia e devia ter sido evitado desde o princípio.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora, os plátanos não serão abatidos, o caminho será pavimentado em massa asfáltica betuminosa com pigmentação vermelha e serão construídas bermas adequadas à drenagem das águas pluviais.

Para além disso, e sobretudo, a Alameda dos Plátanos será classificada como área de paisagem protegida.

Importa, contudo, alertar ainda para três condicionantes que devem ser consideradas na intervenção agora prevista:

Primeiro, a utilização daquela via como importante troço competitivo do SATA Rallye Açores, sem alternativa local;

Depois, a sua condição de integrar o percurso turístico pedestre de homologação oficial entre a Povoação e o Pico da Vara;

Por fim, a sua localização no perímetro de implantação do futuro parque industrial do concelho da Povoação, previsto em PDM.

Em todo este processo – que tanto evidencia o esforço mobilizador do presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios como regista a expressa indisponibilidade do presidente da Câmara Municipal da Povoação para ser ouvido pelo Parlamento – em todo este processo, dizia, importa sublinhar a iniciativa e a persistência deste movimento peticionário.

A petição da Alameda dos Plátanos constitui um bom exemplo de cidadania ativa e, sobretudo, de cidadania decisiva.

Esta petição vence a insensibilidade do governo e confere carácter consequente ao exercício do direito peticionário como instrumento eficaz de participação cívica.

Esta petição demonstra que vale a pena reagir.

Esta petição é uma lição para o futuro!

Disse.

Deputados Luís Garcia e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente queria começar por saudar todos os peticionários desta pretensão relacionada com a Alameda dos Plátanos da Povoação e com a manutenção, no fundo, da sua traça e da realidade tal como historicamente ela tem subsistido.

Faço esta saudação de uma forma muito especial na pessoa do seu primeiro peticionário, o Dr. António Resendes, que, de acordo com o próprio relatório de Comissão, é professor de matemática na Povoação e dá, na nossa opinião, um exemplo aos seus alunos e alunas de exercício de cidadania. Fez mais por este valor democrático do que qualquer disciplina de educação para a cidadania, ou de qualquer manual de educação para a cidadania.

De facto, é exercendo esta capacidade de indignação, de não aceitação de uma decisão do Governo, prepotente, mal explicada e que obviamente lesava, quer em termos ambientais, quer em termos históricos e culturais, uma realidade e uma Alameda que, neste caso, ninguém queria que tal acontecesse.

Portanto, resistir a este tipo de decisão e, mais, ter uma atitude pró-ativa, tão pró-ativa que os peticionários chegam ao ponto de apresentar alternativas ao Governo Regional para que este desiderato de destruição de mais de metade dos plátanos, do piso e de toda a envolvente, pudesse não ser consumado.

É, de facto, um exemplo de exercício de cidadania, para o qual todos os alunos e alunas deste professor deverão olhar.

Como diz o povo, tudo está bem quando acaba bem.

Desta vez, felizmente (nem sempre podemos dizer o mesmo de todas as petições e de todas as reivindicações que vêm a esta casa, independentemente da justeza maior ou menor que elas possam apresentar) acabou bem e houve capacidade do Governo Regional de reconhecer o erro que ia cometer, de recuar caminho.

Como ainda agora disse, e bem, o Sr. Vice-Presidente, errar é humano. Reconhecer o erro e corrigi-lo, isso muitas vezes é que é difícil.

Desta vez o Governo Regional foi capaz de o fazer, por intervenção direta destes peticionários, pela sua teimosia, pela sua resistência.

De qualquer maneira não terminarei sem antes referir que se tudo está bem quando acaba bem, importaria perceber por que razão é que começou tão mal.

Donde é que veio esta ideia peregrina? Porquê? Com que objetivos? Com que interesses? E a quem é que servia?

Esta é uma pergunta que não poderia deixar de sinalizar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico, Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, saudar esta iniciativa dos peticionários. Trata-se de um ato de cidadania ativa como aqui foi referenciado. É isto que as pessoas devem fazer, participar ativamente na democracia e apresentar os seus pontos de vista, independentemente dos partidos. Portanto, complementar do trabalho dos partidos políticos na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Muitas vezes, o que acontece é que o Parlamento acaba por ter um papel importante de sensibilização em relação aos poderes públicos e de trazer à colação uma apreciação política e mais generalista da sociedade.

Às vezes temos um burocrata qualquer que faz um projeto, que tem uma menor sensibilidade cultural, que tem uma menor sensibilidade para o valor patrimonial. Depois temos este tipo de projetos.

Penso que muitas vezes não será uma decisão política. É muitas vezes uma decisão de um burocrata obscuro que considera que esta é a melhor opção.

Depois, quando é confrontado com um conjunto de valores que é importante preservar, o bom senso acaba por triunfar, como é o caso.

Considero que acaba por ser uma boa solução e associo-me às decisões e às conclusões que a Comissão retirou a este assunto.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do CDS-PP, Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais felicitar os peticionários por terem trazido a esta casa o direito de petição e alerta para que não se cometesse o crime ambiental que o Governo Regional se preparava para cometer com o abate de 300 plátanos...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): 100 plátanos!

O Orador: 300 é o que está no relatório, Sra. Deputada. Foi aquilo que nos foi transmitido.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas são 100!

O Orador: Se são 100, tem que dizer à Sra. Relatora que se enganou.

Aquilo que nos foi transmitido foi que estava previsto abater 300 plátanos. É aquilo que está relatado e é aquilo que condenamos. Não percebemos como é que algum governo consegue ter a insensibilidade de cometer um crime desta natureza.

Ainda bem que os peticionários trouxeram esta petição até a esta casa, embora tenham sido tomadas inúmeras diligências, pela população, em relação a esta matéria. Inúmeros foram também, por parte da população, os alertas que foram dados através da própria comunicação social para que não se chegasse àquilo que se queria e executasse o projeto que o Governo Regional pretendia para aquela zona.

Deputado José Contente (PS): Isto não se trata da Fajã dos Vimes!

O Orador: Até porque percebeu-se, no âmbito das audições e das diligências que foram feitas no âmbito da Comissão, que aquilo afinal não é uma estrada agrícola, mas sim uma estrada regional. É bem diferente de uma estrada agrícola.

Não se percebe por que é que, inicialmente, era o IROA, ou os Recursos Naturais, ou a Secretaria da Agricultura da altura, que iria fazer uma intervenção numa estrada que nem era sua, porque a estrada é uma estrada regional.

Tivemos oportunidade – nós, CAPAT – quando nos dirigimos ao lugar para ver a Alameda, de ver um autocarro passar com pessoas. Portanto, é uma estrada regional.

No entanto, aquilo que importa salvaguardar, e o objetivo da petição de certa forma conseguiu, foi que se viesse a reestruturar aquela estrada, que houvesse uma intervenção, mas não se abatesse os plátanos.

O Sr. Secretário dos Recursos Naturais assumiu um compromisso com a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, que, como já aqui foi frisado, visa pavimentar a estrada com massa asfáltica betuminosa avermelhada, bem como construir as devidas drenagens das águas fluviais.

Por tudo isto, e por também haver o compromisso da tutela em que a zona será classificada como área protegida, o CDS-PP entende que esta é uma boa solução. Se calhar não é a solução ideal, não é aquela que os peticionários, no caso em concreto, pretendiam, porque pretendiam mantê-la em terra batida, mas também não é menos verdade que sabemos que manter troços daqueles em terra batida é cada vez mais difícil.

Portanto, juntando-se o útil ao agradável, parece-nos que é uma solução pertinente e aquilo que esperamos é que, para além do compromisso, se torne uma realidade e que a estrada, de facto, seja reabilitada, porque o estado dela é bastante acentuado em termo de degradação.

O CDS-PP congratula-se com a iniciativa destes cidadãos e, como frisei, espera que as soluções apresentadas pelo Governo se tornem numa realidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do Partido Socialista, Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista queria saudar a participação dos cidadãos nesta Petição, e neste caso.

A utilização das petições, que se verifica cada vez mais na nossa vida política, é o exemplo do empenhamento dos açorianos nas causas públicas e na importância que esse empenhamento tem para construirmos um futuro melhor para todos.

Neste caso, como aqui já foi referido, a solução encontrada vai ao encontro das necessidades e dos desejos da população e mereceu, de facto, a concordância da generalidade das forças políticas.

Lembro-me que o Deputado Luís Silveira, do CDS, quando interveio na Comissão, manifestou apreço pela posição do Sr. Secretário e pela tentativa que havia de chegar a um consenso de melhorar a estrada.

A estrada não podia só ser melhorada em termos do piso de terra, como muito bem referiu na altura o Sr. Deputado Luís Silveira, porque devido às nossas condições climáticas, hidrológicas e pluviosidade, tinha que haver, digamos assim, uma pavimentação e uma drenagem de águas.

O Sr. Deputado Luís Rendeiro, do PSD, também referiu a posição assumida pelo Secretário Regional dos Recursos Naturais que considerou de consenso.

Portanto, houve um esforço do Governo para ir ao encontro das necessidades das populações e satisfazer as necessidades das mesmas.

Mas há aqui umas questões que merecem ser esclarecidas, nomeadamente quanto à maneira como tudo isto se processou.

Foi aqui referida a importância desta Petição para o recuo do Governo.

Ora, esta Petição entrou na Assembleia Regional em abril de 2012 e, em novembro de 2011, já tinha o Governo decidido que o projeto que previa o abate de alguns plátanos não iria ser concretizado.

Deputado João Costa (PSD): Antes de entrar já tinham andado a recolher assinaturas!

O Orador: É evidente que nestas questões houve uma cadeia hierárquica de decisões.

Houve alguém que fez um projeto. Esse projeto foi apresentado. Houve a participação da população e das autarquias locais. A Câmara Municipal manifestou-se com reservas.

O Governo decidiu, em novembro de 2011, que esse projeto iria ser modificado. Falou aqui o Sr. Deputado Luís Silveira do abate de 300 plátanos. O que ouvimos na Comissão, dito pelo peticionário, em resposta à Deputada Zuraida Soares, foi:

“Quanto ao abate dos plátanos, referiu ter o mesmo sido conhecido numa discussão pública na junta de freguesia de Nossa Senhora dos Remédios com a presença do Presidente da Câmara. Nessa reunião foi referida a intenção inicial de abater 132 plátanos, mas que afinal seriam apenas 12, para permitir o cruzamento de veículos, mantendo-se a intenção de pavimentar o piso, eventualmente com coloração.”

Deputado Jorge Macedo (PSD): 132 para 12? Não estamos a falar da mesma coisa!

Deputado João Costa (PSD): É a vírgula!

O Orador: Quantos plátanos é que eram para abater?

De facto, há vários números. O certo é que não foram abatidos plátanos, arranjou-se uma situação de consenso e o que interessava, que era servir as populações, foi feito,

É preciso também recordar aqui que, hoje, todos temos consciência de que a Alameda dos Plátanos é fundamental e vai manter-se.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, o próprio Secretário Regional dos Recursos Naturais já nos disse que a zona iria ser classificada e também já nos transmitiu que na última reunião do Conselho Regional do Ambiente houve uma primeira abordagem ao assunto.

Tudo parece que vai acabar bem, e houve um consenso generalizado em relação à Alameda dos Plátanos.

Recordo que esta questão da Alameda dos Plátanos já dura há cerca de quase 20 anos.

Em agosto de 2004, o então candidato a Presidente do Governo Regional pela Coligação Açores, Victor Cruz, apresentou na Vila da Povoação o projeto de construção da Estrada dos Arrastadores, que “ligará, a montante, várias lombas das freguesias da Povoação e de Nossa Senhora dos Remédios, numa extensão de 9.800 metros. Aquela nova estrada aumentará o número de alternativas reais para a implantação de atividades económicas ou sociais, através da melhoria

das acessibilidades. Solos urbanos e urbanizáveis até agora com pouca procura serão valorizados.” Era então a ideia, em 2004.

É evidente que as coisas evoluíram.

Deputado Berto Messias (PS): Com esse projeto, cortavam-se todos os plátanos!

O Orador: Foi fundamental a participação da população.

O que eu acho que é preciso aqui referir é o esforço que houve, por parte do Governo, para criar um consenso. Muitas vezes andamos aqui à procura das coisas que nos separam e não à procura das coisas que nos unem.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: É muito mais fácil procurarmos as coisas que nos unem e assim construiremos de certeza um futuro melhor para os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional dos Recursos Naturais)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Luís Silveira pede a palavra para?

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faça favor.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sr. Presidente, gostaria que explicasse a esta câmara o que é que estamos aqui a discutir.

Tanto quanto sei, estamos a discutir um relatório, que foi apresentado pela Sra. Relatora da CAPAT, em relação às diligências que foram efetuadas no âmbito desta petição.

Deputado Berto Messias (PS): Estamos a discutir a petição. Isto é a artimanha regimental do CDS-PP!

O Orador: A declaração do PS vai muito para além daquilo que aqui está relatado, ou seja, foram ditas aqui inúmeras informações que não foram faladas nem dadas pelo Sr. Secretário na Comissão, no âmbito da audição.

Portanto, há aqui uma série de informação que foi dada, que não está relatada, que não foi dita na Comissão pelo próprio Sr. Secretário dos Recursos Naturais. Se há essa informação, se o Governo tem essa informação para dar a esta câmara, que a dê.

Nós estamos aqui a discutir este relatório.

O Sr. Deputado disse que o Deputado Luís Silveira tinha dito que não eram 300 plátanos.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Artur Lima faz muita falta nessa bancada!

O Orador: Aquilo que eu disse foi que o peticionário, aquando da sua audição, disse que eram 300 e é o que está relatado.

A questão do número, se são 12 ou se são 132, isso não importa.

A questão é que foi dada aqui uma série de informações.

Tentou-se desvalorizar a petição, por parte do Partido Socialista, que isto não valia nada porque o Governo já tinha desistido, ...

Deputado Berto Messias (PS) Isto é uma interpelação?

O Orador: ... que em tempo útil já tinha o projeto e isto não veio fazer nada.

Não foi aquilo que foi dito na Comissão.

Presidente: O Sr. Deputado pergunta à mesa o que é que se está a discutir aqui. Vou ler: Petição n.º 10/2012 - Alameda dos Plátanos da Povoação a património paisagístico da RAA, apresentada por António Manuel Vieira Resendes, na qualidade de primeiro subscritor.

Estávamos a discutir esta petição.

Se o Sr. Deputado quiser fazer um protesto, consulte o artigo 88º do Regimento e utilize essa possibilidade.

Não tenho mais inscrições. Vamos terminar aqui a discussão e o debate da petição.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputado Zuraída Soares (BE): Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Artigo 67º do Regimento. Está concedido.

Atendendo ao adiantado da hora, julgo que podemos terminar a sessão por hoje.

Amanhã os trabalhos recomeçam às 10 horas já com a Sra. Presidente presente.

Desejo a todos uma boa noite. Até amanhã às 10 horas da manhã.

Eram 19 horas e 35 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Partido Social Democrata (PSD)

Bruno Filipe de Freitas Belo

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de Lima

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documento Entrado

Listagem da correspondência

1-Projeto de Lei

Assunto: Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos - n.º 341/XII - n.º 17/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 02 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 02 – 26;

Assunto: Altera o regime de incompatibilidades dos deputados bem como o regime de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos - n.º 343/XII - n.º 18/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 02 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 02 – 26.

2-Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece o regime aplicável aos contratos de compra e venda de leite cru de vaca, celebrados entre produtores, intermediários e transformadores – MAMAOT – Reg. DL 7//2013) – n.º 9/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2012 – 11 – 21

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 01 – 21;

Assunto: Procede à segunda alteração ao Decreto Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, conformando-o com disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno - PCM (MEE) - (Reg. PL 16/2013) – N.º 11/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 01 – 25

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 02 – 06;

Assunto: Estabelece o regime jurídico aplicável à atividade de trabalho aéreo, conformando-o com a disciplina de Decreto Lei n.º 92/2010, de 26 de junho, que transpôs a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno - MEE - (Reg. DL 17/2013 n.º10/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 01 – 28

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 02 – 11;

Assunto: Procede à definição do regime jurídico da prevenção e proteção contra o tráfico das Novas Substâncias Psicoativas - M. Saúde - Reg DL 41/2013 – n.º 12/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 02 – 13

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 02 – 22.

3 - Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Altera o Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário](#)- n.º 7/X

Autor: BE

Data entrada: 2013– 02 –05

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013-03- 11;

Assunto: [Altera o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário](#) - n.º 8/X

Autor: BE

Data entrada: 2013– 02 – 05

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013-03-06;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/X - Medidas complementares ao subsídio de desemprego](#) - n.º 9/X

Autor: PSD

Data entrada: 2013– 02 – 14

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

4 - Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Regime jurídico aplicável às novas substâncias psicoativas](#) - n.º 2/X

Autor: Governo

Data entrada: 2013– 01 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013-02-25.

5 – Projeto de Resolução:

Assunto: Resolve recomendar ao Governo Regional que suspenda definitivamente todos os apoios a projetos para estabulação total ou permanente de gado bovino, incluindo os que estejam em análise e ainda não tenham recebido despacho - proposta de substituição – N.º 12/X

Autor: CDS/PP

Entrada: 2013 – 01 – 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 02 – 22;

Assunto: Que recomenda ao Governo Regional que, em execução do disposto nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril e subsequentes alterações, proceda à atualização do acréscimo regional ao salário mínimo nacional e do complemento regional de pensão – N.º 14/X

Autor: BE

Data entrada: 2013– 01 – 24

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013-01-25;

Assunto: Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as iniciativas necessárias com vista à aquisição de um navio com capacidade de transporte de passageiros, veículos e carga, para estabelecimento de uma ligação marítima regular, anual, entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria - N.º 15/X

Autor: PCP

Data entrada: 2013– 01 – 25

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013-02-25;

Assunto: [Atlas do Património Imaterial dos Açores](#) - N.º 16/X

Autor: PPM

Data entrada: 2013-01-29

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013-03-01;

Assunto: [Danças e Bailinhos do Carnaval da Terceira como Património Cultural Imaterial de Portugal](#) - N.º 17/X

Autor: PSD

Data entrada: 2013-02-08

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013-03-08;

Assunto: [Criação do Canal Parlamento/Açores](#) - n.º 18

Autor: PPM

Data entrada: 2013-02-11

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

6 – Propostas de Resolução:

Assunto: [Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013](#) – n.º 1/X

Autor: Mesa da ALRAA

Data entrada: 2013-02-01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013-02-15.

7 – Requerimentos:

Assunto: [Evolução do stock do Parque de Reserva de Combustíveis da ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.01.21

Referência: 54.07.09 – N.º36/X;

Assunto: [Projetos de estabulação permanente de gado nos Açores](#)

Autores: Artur Lima, Luís Silveira e Nuno Melo Alves (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.01.22

Referência: 54.01.00 – N.º37/X;

Assunto: [O fim do cinema comercial na Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.01.22

Referência: 54.07.02 – N.º38/X;

Assunto: [Pagamento do Leite aos Produtores de São Jorge com meses de atraso](#)

Autores: Artur Lima e Nuno Melo Alves (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.01.22

Referência: 54.01.05 – N.º39/X;

Assunto: [Exportação de produtos frescos da ilha Graciosa por via marítima](#)

Autores: João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

Data de Entrada: 2013.01.22

Referência: 54.03.04 – N.º40/X;

Assunto: [Estudos técnicos realizados no âmbito da introdução de energias renováveis no abastecimento de energia elétrica à ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.01.22

Referência: 54.07.09 – N.º41/X;

Assunto: [A urgência em garantir a observância da liberdade das candidaturas eleitorais da oposição política no âmbito dos procedimentos da administração regional](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.01.23

Referência: 54.07.09 – N.º42/X;

Assunto: [Levantamento e aquisição de objetos de valor cultural na Ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.01.25

Referência: 54.07.09 – N.º43/X;

Assunto: [Deslizamentos na Maia](#)

Autor: Anibal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2013.01.25

Referência: 54.06.01 – N.º44/X;

Assunto: [Irregularidades no Piso da Via Vitorino Nemésio](#)

Autores: Luís Rendeiro, António Ventura e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2013.01.25

Referência: 54.03.03 – N.º45/X;

Assunto: [Os festivais de música constituem um cartaz importante da oferta cultural com proveito turístico, dinamizando assim a economia local especialmente nos concelhos e ilhas de menor dimensão](#)

Autores: José Andrade e Aida Amaral (PSD)

Data de Entrada: 2013.01.25

Referência: 54.03.01 – N.º46/X;

Assunto: [Manutenção do Projeto LIFE "Ilhas Santuário para as Aves Marinhas" na ilha do Corvo.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.01.30

Referência: 54.07.09 – N.º47/X;

Assunto: [Açores perdem Cinema Permanente](#)

Autores: José Andrade e Cláudio Almeida(PSD)

Data de Entrada: 2013.01.30

Referência: 54.03.02 – N.º48/X;

Assunto: [Valências na Aerogare Civil das Lajes – Ilha Terceira](#)

Autores: Artur Lima, Luís Silveira e Nuno Melo Alves (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.01.30

Referência: 54.01.03 – N.º49/X;

Assunto: [Parques de estacionamento da Aerogare Civil das Lajes - Ilha Terceira](#)

Autores: Artur Lima, Luís Silveira e Nuno Melo Alves (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.01.30

Referência: 54.01.03 – N.º50/X;

Assunto: [Reestruturação dos serviços de saúde na ilha de São Jorge](#)

Autores: Luís Silveira, Artur Lima, e Nuno Melo Alves (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.02.01

Referência: 54.01.05 – N.º51/X;

Assunto: [Proposta da EasyJet](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.02.04

Referência: 54.07.00 – N.º52/X;

Assunto: [Horário de abertura ao público do Pinhal da Paz](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.02.04

Referência: 54.07.02 – N.º53/X;

Assunto: [Requalificação da Estrada Leste , na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.02.04

Referência: 54.07.04 – N.º54/X;

Assunto: [Administração de cuidados de saúde na ilha Graciosa](#)

Autores: João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

Data de Entrada: 2013.02.04

Referência: 54.03.04 – N.º55/X;

Assunto: [Apoios na área da alimentação animal para a ilha das Flores](#)

Autor: Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2013.02.05

Referência: 54.03.08 – N.º56/X;

Assunto: [Apoio à Promoção da Substituição da Utilização de Gases Liquefeitos na Ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.02.06

Referência: 54.07.09 – N.º57/X;

Assunto: [Construção da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico](#)

Autores: Duarte Freitas e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2013.02.06

Referência: 54.03.06 – N.º58/X;

Assunto: [Projeto do Edifício Multisserviços na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.02.07

Referência: 54.07.09 – N.º 59/X;

Assunto: [Contratação de um docente de educação especial para a Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013.02.07

Referência: 54.07.09 – N.º60/X;

Assunto: [Operacionalidade do Porto da Calheta](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2013.02.08

Referência: 54.03.05 – N.º61/X;

Assunto: [Frota automóvel da Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PSD)

Data de Entrada: 2013.02.11

Referência: 54.07.00 – N.º62/X;

Assunto: [Tarifas "Last minute" inacessíveis à maioria dos Açorianos](#)

Autores: Luís Silveira, Artur Lima, e Nuno Melo Alves (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.02.14

Referência: 54.01.00 – N.º63/X.

8 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Trilhos pedestres da Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.01.22

Referência: 54.07.09 – N.º 11/X;

Assunto: [Anulação do procedimento concursal – 2](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.01.23

Referência: 54.07.09 – N.º 16/X;

Assunto: [Estado atual do processo de levantamento e aquisição, realizado pela Direção Regional da Cultura, de levantamento e aquisição, pela Direção Regional da Cultura, dos objetos de valor cultural e patrimonial existentes na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.01.23

Referência: 54.07.09 – N.º 21/X;

Assunto: [Integração da Educação Pré-Escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.01.23

Referência: 54.07.09 – N.º 28/X;

Assunto: [Atribuição/Pagamento de Bolsas de Estudos](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.01.24

Referência: 54.03.00 – N.º 13/X;

Assunto: [Remodelação do Museu Carlos Machado](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.01.24

Referência: 54.03.02 – N.º 14/X;

Assunto: [Cedência de interesse público](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.01.25

Referência: 54.07.00 – N.º 7/X;

Assunto: [Remodelação do Museu Carlos Machado “Pior a Emenda que o Soneto”](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.01.28

Referência: 54.03.02 – N.º 18/X;

Assunto: [Oferta de eventos culturais na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.01.31

Referência: 54.07.09 – N.º 27/X;

Assunto: [Subtração Ilegal de Remuneração devido a participação em Candidatura Eleitoral da Oposição](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.01

Referência: 54.07.09 – N.º 22/X;

Assunto: [EDA: Cortes de Fornecimento de Energia Elétrica na Ilha Terceira com frequência escandalosa, reprovável e Persistente](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.01

Referência: 54.01.03 – N.º 24/X;

Assunto: [Apoios ao Desporto Atrasados](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.01

Referência: 54.03.00 – N.º 29/X;

Assunto: [Porto Comercial do Pico](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.01

Referência: 54.03.06 – N.º 30/X;

Assunto: [Curriculum Regional](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.04

Referência: 54.07.00 – N.º 31/X;

Assunto: [Apoio à comunicação social privada dos Açores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.06

Referência: 54.03.00 – N.º 10/X;

Assunto: [Pagamentos do Governo Regional dos Açores às empresas de construção civil](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.07

Referência: 54.03.03 – N.º 8/X;

Assunto: [Limpeza de Estrada e Aquedutos da Vila da Praia](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.02.07

Referência: 54.03.04 – N.º 23/X.

9 – Comunicações/Informações:

Assunto: Relatório informativo final referente às ações de sensibilização para a temática do voluntariado desenvolvidas no ano de 2012, em cumprimento da resolução n.º 1/2012/A, de 9 de janeiro

Proveniência: Presidência do GRA

Data de Entrada: 2013.01.02;

Assunto: Interpelação ao Governo Regional a respeito da estratégia a desenvolver pela Região Autónoma dos Açores no âmbito das diversas vertentes da Economia do Mar

Proveniência: PPM

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.01.22;

Assunto: Ofício da primeira subscritora a informar da desistência da Petição n.º 19 - Para realização de obras de manutenção e início da construção da nova Escola Básica e Secundária de Velas.

Proveniência: Carla Brasil Avelar

Comissão: Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.02.01;

Assunto: Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita ao fabrico, à apresentação e à venda de produtos do tabaco e produtos afins [COM(2012)788], bem como a respetiva Avaliação de Impacto.

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Economia

Data de Entrada: 2013.02.20;

Assunto: Documentação entregue aquando da audiência com SEXA a Presidente da ALRAA

Proveniência: Grupo Enfermeiros do Curso de Pós-licenciatura de Es. Em Enfermagem Comunitária

Data de Entrada: 2013.02.01;

Assunto: Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Açorianos entregue aquando da audiência realizada com Sua Excelência a Presidente da ALRAA

Proveniência: CGTP-IN Açores

Data de Entrada: 2013.02.01;

Assunto: Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre "Desmantelamento, por parte da tutela política do Governo Regional dos Açores, dos serviços administrativos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira"

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2013.02.04;

Assunto: Interpelação ao Governo Regional sobre "A defesa e sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2013.02.04;

Assunto: Cancelamento da Sessão de Perguntas ao Governo Regional sobre: Desmantelamento, por parte da tutela política do Governo Regional dos Açores, dos serviços administrativos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2013.02.06;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 1/2013 - "Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores (SDEA, E.P.E.)"

Proveniência: Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2013.02.07;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento de um debate de urgência sobre a situação económica, social e financeira dos Açores

Proveniência: CDS/PP

Data de Entrada: 2013.02.11;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão “do Projeto de Resolução - “Criação do Canal Parlamento/Açores” - n.º 18/X

Autor: PPM

Data entrada: 2013– 02 – 11;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional - n.º 9/X - Medidas complementares ao subsídio de desemprego

Autor: PSD

Data entrada: 2013– 02 – 14.

10 – Relatórios:

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.14;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 633/2012 – “Regulamenta o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a partir de 2013”](#)

Comissão: [Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho](#)

Data de Entrada: 2013.01.30;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 329/XII – “Altera o Estatuto dos Deputados, aditando novos impedimentos”](#)

Comissão: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.07;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 113/XII – “Aprova o Código de Processo Civil”](#)

Comissão: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.07;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 120/XII – “Procede à quinta alteração ao Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, ajustando o valor da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho”](#).

Comissão: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.07;

Assunto: [Pedido de autorização para o Deputado José António Vieira da Silva Contente prestar depoimento escrito, no âmbito da auditoria realizada ao enquadramento legal de apoios atribuídos pela secretaria regional da ciência, tecnologia e equipamentos \(relato de auditoria – Proc. n.º 12/106.01\) que corre termos junto da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas](#)

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.11;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Duarte Manuel Braga Moreira](#)

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.11;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado José Manuel Gregório de Ávila](#)

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.11;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Luís Virgílio de Sousa da Silveira](#)

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.11;

Assunto: [Anteposta de Lei n.º 1/X – “Sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores \(Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93 de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de Junho”](#)

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.14;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 1/X – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013”](#)

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.14;

Assunto: [Projecto de Resolução n.º 8/2013 – Cria a comissão eventual para a revisão do sistema eleitoral da Região.](#)

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.14;

Assunto: [Petição n.º 10/2012 – “Alameda dos Plátanos da Povoação a património paisagístico da Região Autónoma dos Açores”](#)

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.02.15;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 122/XII – “Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais”](#)

Comissão: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.01.14

Assunto: Conta da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano económico de 2011

Comissão: Política Geral

Data de Entrada: 2013.01.24;

(O presente relatório encontra-se em anexo ao relatório da Comissão de Economia)

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Comissão: Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.02.15;

Assunto: Proposta de Resolução nº 3/2012 – Conta da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano económico de 2011

Comissão: Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.02.11;

(O presente relatório encontra-se em anexo ao relatório da Comissão de Economia)

Assunto [Projeto de Proposta de Lei que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, conformando-o com a disciplina da Lei nº 9/2009, de 4 de março e do Decreto-Lei nº 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas nºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno – PCM \(MEE\) – \(Reg. PL 16/2013\).](#)

Comissão: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.02.05;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 121/XII – “Aprova a Lei de Finanças das Regiões Autónomas”](#)

Comissão: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.01.23;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 124/XII – “Procede à sétima alteração da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto”](#)

Comissão: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.01.23;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Estabelece as normas de execução do orçamento do Estado para 2013 – MFAP – \(Reg. DL 5/2013\)”](#)

Comissão: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.01.23;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime aplicável aos contratos de compra e venda de leite cru de vaca, celebrados entre produtores, intermediários e transformadores – MAMAOT – \(Reg. DL 7/2013\).](#)

Comissão: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.02.06;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico aplicável à atividade de trabalho aéreo, conformando-o com a disciplina do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno – MEE – \(Reg. DL 17/2013\)](#)

Comissão: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.02.11;

Assunto: Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita ao fabrico, à apresentação e à venda de produtos do tabaco e produtos afins [COM(2012)788], bem como a respetiva Avaliação de Impacto

Comissão: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2013.02.11;

Assunto: Projeto de Resolução — “Recomenda ao Governo Regional que realize os procedimentos necessários, nomeadamente a criação de uma dotação orçamental adequada, para que as obras de ampliação (alargar e prolongar o cais) e modernização do Porto da Casa se possam iniciar ainda no decorrer do ano 2013”;

Comissão: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.02.15;

Assunto: Projeto de Decreto Legislativo Regional – “Alteração ao ANEXO (Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca – FUNDOPESCA) do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de maio de 2002”;

Comissão: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.02.15;

Assunto: Projeto de Resolução — “Recomenda ao Governo que encomende à Universidade dos Açores a realização de um estudo técnico-científico aprofundado sobre os reais impactos do fim do regime das quotas leiteiras nos Açores”

Comissão: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.02.15.

11 – Diários:

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários da Sessão Plenária n.ºs 7, 8, 9 e 10, bem como as Separatas n.ºs 3 e 4/X.

—

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco